

MESTRADO
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

As marcas de têxteis em Portugal (1883-1933)

Ana Rita de Oliveira Gomes

M

2023



Ana Rita de Oliveira Gomes

As marcas de têxteis em Portugal (1883-1933)

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea, orientada pela Professora Doutora Maria da Conceição Meireles Pereira e pelo Professor Doutor Gaspar Martins Pereira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2023

A todos aqueles que fazem parte do meu coração.

Sumário

Declaração de honra	7
Agradecimentos	8
Resumo	9
Abstract	10
Índice de Figuras	11
Índice de Quadros	12
Lista de abreviaturas e de siglas	14
Introdução	15
1.A indústria têxtil em Portugal entre finais do século XIX e o início do Estado Novo	21
1.1. As crises do final do século XIX.....	21
1.2. O início do século XX: crise e crescimento.....	27
1.3. Os efeitos da Grande Guerra	34
1.4. Os anos 20 e a crise mundial de 1929	36
1.5. A depressão dos anos 30 e o Estado Novo	40
2. A evolução legislativa sobre as marcas comerciais e industriais	44
2.1. A legislação mundial: a Convenção de Paris e o Acordo de Madrid	44
2.1. A adesão de Portugal.....	47
2.1.1. A «lei das marcas» de 1883	47
2.2.2. O decreto de 1894 sobre a propriedade industrial.....	49
2.2.3. A tabela de classificação de produtos de 1901.....	53
3. As marcas de têxteis em Portugal (1883-1933).....	55
3.1. A evolução do uso das marcas de têxteis face ao conjunto das marcas registadas	55
3.2. A distribuição geográfica das empresas que registavam as marcas de têxteis, por setores e períodos	61
3.3. O peso das diferentes categorias de têxteis nos registos de marcas	70
3.4. As empresas que investiram nas marcas de têxteis	89
3.4.1. Os registos de marcas de têxteis por empresas	97
3.5. Os sinais de exportação das marcas de têxteis.....	114
3.5.1. As marcas de têxteis estrangeiras registadas em Portugal.....	119
Conclusão.....	124
Fontes e bibliografia.....	127
Anexos	131
Anexo 1 – Evolução dos registos de marcas por classes de têxteis (1883-1901).....	132

Anexo 2 – Evolução dos registos de marcas por classes de têxteis (1901-1933).....	133
---	-----

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 04 de setembro de 2023

Ana Rita de Oliveira Gomes

Agradecimentos

A título inteiramente pessoal, cabe-me dedicar esta dissertação a todos aqueles que a tornaram possível. Em primeiro lugar, aos orientadores desta investigação, Professor Doutor Gaspar Martins Pereira e Professora Doutora Maria da Conceição Meireles Pereira, pelo contínuo apoio e pela inestimável partilha de conhecimento e de sugestões, que tornaram este trabalho realizável.

Aos incansáveis investigadores do projeto de investigação «Made in Portugal: marcas e denominações de origem entre o local e o global», do CITCEM, que, num trabalho de entreajuda, permitiram a construção da base de dados, entre 1883 e 1933.

Aos meus pais, por terem encorajado este projeto, sem nunca me deixarem desistir. Uma referência especial à minha avó que sempre acreditou que, um dia, a vida iria sorrir para mim.

Ao meu namorado Rodrigo, a quem prometi um agradecimento especial, pela sua preciosa ajuda na organização dos registos de marcas. Mas, sobretudo, por me ter dado a mão, em todas as alturas que não achava possível levar este trabalho a bom termo.

Finalmente, aos meus companheiros inseparáveis da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Carlos, Flávia e Rafaela, pela amizade e pelos meses de estudo.

Resumo

A partir de 1883, com a aprovação da célebre «lei das marcas», as empresas do setor têxtil – um dos mais importantes da economia portuguesa – recorriam ao uso das marcas registadas para promover a valorização dos seus produtos no mercado interno e externo. Entre 1883 e 1933, a evolução dos registos de marcas de têxteis foi pouco linear, relacionando-se com o tipo de empresas que investiam no uso das marcas, com a distribuição territorial das empresas a nível nacional e internacional e, sobretudo, com o peso das diferentes categorias de têxteis nos registos de marcas. A partir de 1901, as marcas de têxteis ofereceram-nos estratégias de identidade, valorizando a utilização de imagens para transmitir a ideia de qualidade e autenticidade das suas marcas.

Palavras-chave: registos, marcas, têxteis.

Abstract

From 1883, with the approval of the famous «trademark laws», companies in the textile sector – one of the most important sectors in the Portuguese economy – began to resort to the use of registered trademarks to promote the valorisation of their products in both domestic and international markets. Between 1883 and 1933, the evolution of the textile trademark registrations followed an uneven path, closely related to the types of companies investing in the use of trademarks, the geographical distribution of these companies at the national and international levels, and, above all, the significance of different textile categories in trademark registrations. Starting from 1901, textile trademarks provided strategies for identity, placing emphasis on the use of imagery to convey the idea of quality and authenticity associated with their brands.

Key-words: trademarks, textiles, record

Índice de Figuras

FIGURA 1 – MARCA DA EFANOR, EM 1911.	103
FIGURA 2 – MARCA DA FÁBRICA DE SANTO TIRSO, EM 1907.	103
FIGURA 3 – MARCA DA ALMEIDA, CUNHA, EM 1928.	104
FIGURA 4 – MARCA DE ANTÓNIO NOGUEIRA, EM 1918.	104
FIGURA 5 – MARCA DA CFTL, EM 1913.....	105
FIGURA 6 – MARCA DE JOSÉ MARIANI, EM 1918.	105
FIGURA 7 – MARCA DA FIAÇÃO DO BOGIO, EM 1908.	106
FIGURA 8 – MARCA DA CLARK & C. °, EM 1929.....	106
FIGURA 9 – MARCA DA FÁBRICA RIO VIZELA, EM 1915.	107
FIGURA 10 – MARCA DE JOSÉ OLIVEIRA, ANTUNES & C. ^a , EM 1913.....	107
FIGURA 11 – MARCA DE OLIVEIRA, ANTUNES, EM 1915.....	108
FIGURA 12 – MARCA DE OLIVEIRA, ANTUNES & C. ^a , EM 1913.	108
FIGURA 13 – MARCA DE J. P. & COATS, EM 1916.	108
FIGURA 14 – MARCA DE FERREIRA, MARQUES & C. ^a , EM 1913.	108
FIGURA 15 – MARCA DE MANUEL RODRIGUES DE OLIVEIRA SÁ & FILHOS, EM 1930.	109
FIGURA 16 – MARCA DE ARMANDO CARVALHO, EM 1926.	110
FIGURA 17 – MARCA DE OLIVEIRA & SILVA, EM 1924.	110
FIGURA 18 – MARCAS DOS ARMAZÉNS GRANDELLA, EM 1930.	110
FIGURA 19 – MARCA DE BENJAMIM MATOS, EM 1912.....	111
FIGURA 20 – MARCA DE JOSÉ CLEMENTE, EM 1913.....	111
FIGURA 21 – MARCA DE SOUSA & MORAES, EM 1912.....	112
FIGURA 22 – MARCA DOS GRAHAM’S, EM 1918.....	112
FIGURA 23 – MARCA DA FÁBRICA DE BRANQUEAÇÃO E ACABAMENTOS, EM 1932.	113
FIGURA 24 – MARCA DE AURELIANO NEVES, EM 1908.....	113
FIGURA 25 – MARCA DE PIMENTEL & ALVES, EM 1913.....	113
FIGURA 26 – MARCA DA HERZ & SCHOBERG, EM 1932.	113
FIGURA 27 – MARCA DE ALMEIDA CUNHA, EM 1918.....	114
FIGURA 28 – MARCA DE LUIZ GONZAGA DA SILVA, EM 1901.....	114
FIGURA 29 – MARCA DE ALMEIDA, CUNHA & IRMÃO, EM 1913.....	114

Índice de Quadros

QUADRO 1 – EVOLUÇÃO DOS REGISTOS DE MARCAS DE TÊXTEIS FACE AO CONJUNTO DAS MARCAS REGISTRADAS (1883-1933).....	57
QUADRO 2 – NÚMERO DE REGISTOS DE MARCAS DE TÊXTEIS EFETUADOS NA REGIÃO DO PORTO (1883-1933).....	63
QUADRO 3 – NÚMERO TOTAL DE REGISTOS DE MARCAS DE TÊXTEIS EFETUADOS NA REGIÃO DE BRAGA (1883-1933).....	64
QUADRO 4 – NÚMERO DE REGISTOS.....	66
QUADRO 5 – NÚMERO DE REGISTOS DE MARCAS DE TÊXTEIS EFETUADOS NA REGIÃO DE LISBOA E SANTARÉM (1883-1933).....	66
QUADRO 6 – NÚMERO DE REGISTOS DE MARCAS DE TÊXTEIS EFETUADOS EM OUTRAS REGIÕES DO PAÍS (1883-1933).....	69
QUADRO 7 – NÚMERO DE REGISTOS DE MARCAS DE TÊXTEIS POR CLASSES (1895-1901).....	72
QUADRO 8 – PRODUTOS REFERIDOS NOS REGISTOS DAS MARCAS DE TÊXTEIS (1883-1901).....	73
QUADRO 9 – NÚMERO DE REGISTOS DE MARCAS DE TÊXTEIS POR CLASSES (1901-1933).....	75
QUADRO 10 – PRODUTOS REFERIDOS NOS REGISTOS DAS MARCAS DE TÊXTEIS DA CLASSE 44. ^a - LANIFÍCIOS (1901-1933).....	77
QUADRO 11 – PRODUTOS REFERIDOS NOS REGISTOS DAS MARCAS DE TÊXTEIS DA CLASSE 45. ^a – SEDA (1901-1933).....	79
QUADRO 12 – PRODUTOS REFERIDOS NOS REGISTOS DAS MARCAS DE TÊXTEIS DA CLASSE 46. ^a – LINHOS (1901-1933).....	81
QUADRO 13 – PRODUTOS REFERIDOS NOS REGISTOS DAS MARCAS DE TÊXTEIS DA CLASSE 47. ^a – ALGODÕES (1901-1933).....	83
QUADRO 14 – PRODUTOS REFERIDOS NOS REGISTOS DAS MARCAS DE TÊXTEIS DA CLASSE 49. ^a – ROUPA BRANCA (1901-1933).....	85
QUADRO 15 – PRODUTOS REFERIDOS NOS REGISTOS DAS MARCAS DE TÊXTEIS DA CLASSE 51. ^a – RENDAS E BORDADOS (1901-1933).....	87
QUADRO 16 – PRODUTOS REFERIDOS NOS REGISTOS DAS MARCAS DE TÊXTEIS DA CLASSE 52. ^a - MALHAS, LUVARIA, ETC. (1901-1933).....	88
QUADRO 17 –	89
QUADRO 18 – EMPRESAS PORTUGUESAS QUE PROCEDERAM AO REGISTO DE MARCAS DE TÊXTEIS, POR DATAS DE FUNDAÇÃO (1883-1933).....	92
QUADRO 19 – GRANDES EMPRESAS QUE INVESTIRAM NO REGISTO DE MARCAS DE TÊXTEIS (1883-1933).....	94

QUADRO 20 – MÉDIAS EMPRESAS QUE INVESTIRAM NO REGISTO DE MARCAS DE TÊXTEIS (1883-1933)	96
QUADRO 21 – PROMOTORES DAS MARCAS DE TÊXTEIS, SEGUNDO A ORIGEM (1883-1933).....	98
QUADRO 22 – PROMOTORES DAS MARCAS DE TÊXTEIS, SEGUNDO O LUGAR NA CADEIA DE NEGÓCIOS (1883-1933).....	99
QUADRO 23 – REGISTOS EFETUADOS PELAS PRINCIPAIS EMPRESAS E/OU PROPRIETÁRIOS PORTUGUESES (1883-1933)	100
QUADRO 24 – NÚMERO DE REGISTOS DE MARCAS DE TÊXTEIS EFETUADOS POR EMPRESAS E/OU PROPRIETÁRIOS COM SEDE NO ESTRANGEIRO (1883-1933)	117
QUADRO 25 – REGISTOS EFETUADOS PELAS PRINCIPAIS EMPRESAS ESTRANGEIRAS (1883-1933)	121

Lista de abreviaturas e de siglas

CFT.....COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS DO PORTO

CFTLCOMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS LISBONENSE

COMP.COMPANHIA

EFANOREMPRESA FABRIL DO NORTE

Introdução

As marcas apresentam uma função distintiva para diferenciar «produtos ou serviços de uma pessoa, dos produtos ou serviços idênticos ou similares de outra pessoa»¹, permitindo aos consumidores identificarem, facilmente, o que pretendem adquirir. Há 140 anos, o Estado português aderiu aos princípios de regulação das marcas comerciais e industriais, com a aprovação da famosa «lei das marcas», a 4 de junho de 1883.

Todavia, a questão das marcas tem sido alvo de pouco interesse pelos historiadores portugueses, ao contrário do que vem acontecendo noutros países, sobretudo nas áreas do Direito e da Economia, mas também no campo da História. O projeto «Made in Portugal: marcas e denominações de origem entre o local e o global», que está a ser desenvolvido no CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, visa explorar os usos e a evolução concetual das marcas, numa perspetiva diacrónica, demonstrando a sua importância na vida económica e social. Um dos eixos deste projeto centra-se no estudo da evolução das marcas e denominações de origem de três dos produtos mais importantes da economia nacional, o vinho, os têxteis e as conservas. Colaborando com a equipa desse projeto, orientei a minha investigação para o estudo das marcas de têxteis, um setor essencial da industrialização portuguesa nos séculos XIX e XX, sendo esta dissertação, «As marcas de têxteis em Portugal, entre 1883 e 1933», o resultado desse trabalho.

O principal objetivo consiste em compreender a evolução das marcas de têxteis, entre 1883 e 1933, aprofundando os estudos de caso já realizados sobre diversas empresas do setor. Antes de expormos os resultados da pesquisa empírica realizada, procuraremos traçar, no primeiro capítulo, de forma sintética, um panorama geral sobre a evolução desse setor industrial no período em análise. No segundo capítulo, abordaremos a legislação das marcas comerciais e industriais em finais do século XIX e inícios do século XX. O terceiro e último capítulo focar-se-á na evolução das marcas de têxteis em Portugal. Assim, com o levantamento completo das marcas registadas, de 1883 até 1933, pretender-se-á averiguar o número total dos pedidos de registos de marcas têxteis por empresas e/ou proprietários e identificar o tipo de empresas que investiam no uso de marcas de têxteis – firmas novas ou antigas; grandes, médias ou pequenas – e os perfis dos detentores das marcas. Com base no registo de marcas, tentaremos analisar a distribuição geográfica das

¹ ALMEIDA, Alberto Ribeiro de — *Denominação de Origem e Marca*. Coimbra: Coimbra Editora, 1999, p. 333.

empresas a nível nacional, de maneira a compreender se a indústria têxtil continuava mais centrada no Norte ou se já se verificava uma preponderância de grandes empresas têxteis em Lisboa.

A utilização de estratégias de gestão e valorização das imagens pelas empresas constituiu outro objetivo da nossa pesquisa. Tentaremos analisar os valores da imagem e os elementos característicos das marcas de têxteis, averiguando se coexistiam características comuns entre as mesmas. De maneira a compreender a sua diversidade, a finalidade passa por identificar se as empresas apostavam em marcas nominais e figurativas ou se tendiam para o registo de marcas de fantasia.

Finalmente, procurar-se-á compreender se as marcas registadas demonstravam uma tendência para a exportação e, simultaneamente, analisar as marcas têxteis estrangeiras registadas em Portugal – por empresas de estrangeiros sediadas em Portugal ou empresas com sede no estrangeiro.

O panorama bibliográfico permite considerar que são praticamente inexistentes os estudos que se centram nas marcas de têxteis, optando-se pela análise de obras relacionadas com as marcas de fabrico e a indústria têxtil. Mesmo na bibliografia estrangeira sobre marcas, os têxteis raramente ocupam a atenção dos investigadores.

Na revisão da literatura, para preparar a nossa pesquisa, destacamos algumas obras fundamentais. A primeira, *Trade Marks and Brands: An Interdisciplinary Critique*, de Lionel Bently, Jennifer Davis e Jane Ginsburg², pretende dar resposta às diferentes questões sobre as marcas registadas e os diferentes conceitos que poderão abranger. A obra de Alberto Francisco de Almeida, intitulada *Denominação de origem e marca*³, dá-nos conhecimento da legislação na esfera jurídica comunitária e no domínio jurídico internacional, em confronto com o caso português e numa perspetiva evolutiva. Outros estudos foram analisados para que se obtivesse um escopo mais completo sobre a problemática das marcas de fabrico. Realça-se o valor do texto «Reading Registrations. An Overview of 100 Years of Trademark Registrations in France, the United Kingdom, and the United States», de Paul Duguid, John Mercer e Teresa Lopes⁴. Trata-se de um artigo que analisa o sistema de registo de marcas nos Estados Unidos da

² BENTLY, Lionel; DAVIS, Jennifer; GINSBURG, Jane C. (ed.) — *Trade Marks and Brands: An Interdisciplinary Critique*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

³ ALMEIDA, Alberto Ribeiro de — *Denominação de Origem e Marca*. Coimbra: Coimbra Editora, 1999.

⁴ DUGUID, Paul; MERCER, John; LOPES, Teresa da Silva — «Reading Registrations. An Overview of 100 Years of Trademark Registrations in France, the United Kingdom, and the United States». In DUGUID, Paul; LOPES, Teresa da Silva (ed.) — *Trademarks, Brands, and Competitiveness*. Nova Iorque: Routledge, 2010.

América, no Reino Unido e na França, entre 1860 e 1970, expondo ainda uma comparação com o caso português.

No que diz respeito às marcas de têxteis são de realçar os estudos coletivos de Patrício Sáiz e Paloma Fernández e de David Higgins e Geoffrey Tweedale. O primeiro, intitulado «Catalonian Trademarks and the Development of Marketing Knowledge in Spain, 1850-1946»⁵, apresenta uma visão geral do primeiro registo de marcas, no mundo ocidental, oferecendo um quadro mais complexo e diversificado da importância das marcas registadas a nível nacional e regional. Igualmente, o estudo de David Higgins e Geoffrey Tweedale, intitulado «The Trade Mark Question and the Lancashire Cotton Textile Industry, 1870-1940»⁶, analisa a importância das marcas nas atividades dos «merchant-converters», que canalizaram a procura mundial dos têxteis para Lancashire.

Quanto à indústria têxtil em Portugal, é de realçar os estudos «A indústria têxtil do Norte de Portugal até à década de 1920: representações empresariais»⁷ e «Uma nebulosa a noroeste: a indústria algodoeira»⁸, de Jorge Fernandes Alves, centrados na região Norte e no Vale do Ave. O primeiro dá-nos um contexto da expansão da tecelagem e do *boom* das fiações, destacando que a contínua dependência da importação do fio, face à crescente procura da tecelagem em expansão, no decorrer do século XIX, levará a investimentos na fiação, que se irão multiplicar. O segundo estudo apresenta a emergência das unidades algodoeiras no Norte de Portugal e a consequente expansão do Porto para o Vale do Ave, identificando as primeiras instalações algodoeiras na região e a multiplicação das chamadas «companhias» ou «sociedades anónimas» para compreender a ampliação do negócio dos tecidos. Debruçando-nos, ainda, nos estudos do mesmo autor, destaca-se o capítulo «A Indústria Têxtil do Vale do Ave»⁹ que explana o sistema fabril do Vale do Ave, entre 1845 e 1909, e a obra *Fiar e tecer: uma perspetiva histórica da*

⁵ SÁIZ, Patricio; FERNÁNDEZ PÉREZ, Paloma — «Catalonian Trademarks and the Development of Marketing Knowledge in Spain, 1850-1946». *The Business History Review*, vol. 86 (2), Summer 2012, p. 239-260.

⁶ HIGGINS, David; TWEEDALE, Geoffrey — «The Trade Mark Question and the Lancashire Cotton Textile Industry, 1870–1940». *Textile History*, vol. 27 (2), 1996, p. 207–228.

⁷ ALVES, Jorge Fernandes — «A indústria têxtil do Norte de Portugal até à década de 1920: representações empresariais». In *A Indústria Têxtil no Vale do Ave. História, desafios e perspectivas. Actas do Congresso*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1998, p. 11-33.

⁸ ALVES, Jorge Fernandes — «Uma nebulosa a noroeste: a indústria algodoeira». *Ler História*, n. ° 36, 1999, p. 83-123.

⁹ ALVES, Jorge Fernandes — «A Indústria Têxtil do Vale do Ave». In MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel (coord.) — *Património e Indústria no Vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002, p. 372-389.

*indústria têxtil a partir do Vale do Ave*¹⁰, que se dedica ao estudo da produção de fibras e tecidos de linho, do algodão, da lã, das sedas e veludos e da estamparia, indicando as principais fábricas das diferentes categorias de têxteis, do Porto ao Vale do Ave.

Com maior amplitude, a nível nacional, destaca-se o primeiro volume – «A Indústria Têxtil» – da obra *História do Trabalho e das Ocupações*, sob a coordenação de Nuno Luís Madeira¹¹, dedicado aos artesãos, operários, administradores e funcionários do têxtil. O autor analisa a evolução e a perspetiva da divisão nacional do trabalho, em três momentos particularmente importantes – os séculos XV e XVI, o final do século XVIII e a segunda metade do século XIX – por se tratar de fases de transformação de vocabulário profissional e pelo aparecimento e extinção de ocupações.

Sublinham-se, ainda, dois estudos de publicação mais recuada no tempo, sem perder a sua pertinência para esta investigação, de José Perdigão e de José de Campos Pereira. No primeiro, «A indústria em Portugal: (Notas para um inquérito)»¹², o autor opta por analisar o estado das indústrias em cada um dos distritos e nas ilhas – Açores e Madeira –, de acordo com a classificação de cada indústria¹³, referindo o número de estabelecimentos, a quantidade e potência dos motores e a média de operários que empregavam. A obra de José de Campos Pereira, intitulada «*Portugal Industrial: Características. Números. Comentários*»¹⁴, dá-nos a conhecer um estudo realizado em 1917, apresentando os valores de produção e as características das várias categorias de têxteis – o algodão, a lã, o linho, as sedas e os veludos e as rendas e os bordados – de Norte a Sul de Portugal. Oferece ainda informações significativas para se compreender a distribuição geográfica e operária das principais fábricas de Portugal.

Para a contextualização deste período salienta-se bibliografia geral sobre o período entre o final da Monarquia e o Estado Novo, nomeadamente as obras dirigidas

¹⁰ ALVES, Jorge Fernandes — *Fiar e tecer: uma perspetiva histórica da indústria têxtil a partir do Vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão/Museu da Indústria Têxtil, 1999.

¹¹ MADUREIRA, Nuno Luís (ed.) — *História do Trabalho e das Ocupações*. Vol. I, *A Indústria Têxtil*. Lisboa: Celta, 2001.

¹² PERDIGÃO, José Henrique de Azeredo — «A Indústria em Portugal (Notas para um inquérito)». *Arquivos da Universidade de Lisboa*. Vol. III. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1916.

¹³ A indústria têxtil correspondia à classe IX.

¹⁴ PEREIRA, José de Campos — *Portugal Industrial: Características. Números. Comentários*. Lisboa: Livraria Profissional, 1919.

por Oliveira Marques¹⁵ e Fernando Rosas¹⁶. O estudo de Jaime Reis, «A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913»¹⁷, caracteriza o crescimento da produção industrial, em Portugal, nos anos que precederam a Primeira Guerra Mundial – centrando-se na dicotomia clássica entre os subperíodos que decorreram desde 1870 a finais da década de 1880 e desde 1891 a 1913 – e a desvantagem competitiva do país em relação aos seus concorrentes estrangeiros. Destaca-se, ainda, a obra *A economia portuguesa no século XIX*, de Pedro Lains¹⁸, sobre o comércio externo e o crescimento económico em Portugal no período entre a Regeneração e o início da Grande Guerra. Por fim, o estudo de David Justino, *A formação do espaço económico nacional Portugal, 1810-1913*¹⁹, examina a evolução dos preços e o crescimento da economia portuguesa, abordando diversas temáticas, como, por exemplo, as matérias-primas e os produtos têxteis, as disparidades do setor industrial e os fatores de desestruturação e reestruturação da economia e da sociedade portuguesa, durante o século XIX.

Apesar de terem sido analisados outros estudos sobre as marcas de fabrico e a indústria têxtil, em boa verdade, não existe, tanto quanto foi possível apurar, bibliografia que se debruce somente nas marcas de têxteis, em Portugal. Caberá, espera-se, a esta investigação contribuir para colmatar essa lacuna bibliográfica.

A investigação que desenvolvemos incidiu sobre um conjunto particular de fontes, nomeadamente o *Diário do Governo*²⁰ e o *Boletim da Propriedade Industrial*²¹. Os registos eram da competência da Repartição de Comércio e Indústria – integrada na Direção Geral do Comércio e Indústria –, passando a ser publicados, regularmente, no *Diário do Governo*, a partir de dezembro de 1883. Um ano depois, o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria começava a publicar o *Boletim de Propriedade Industrial*, reunindo mais informação sobre a propriedade industrial.

¹⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) — «Portugal da Monarquia para a República». In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) — *Nova História de Portugal*. Vol. XI. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

¹⁶ ROSAS, Fernando (coord.) — «O Estado Novo (1926-1974)». In MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal*, vol. 7. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

¹⁷ REIS, Jaime — «A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913». *Análise Social*, vol. XXIII (96), 1987-2.º, p. 207-227.

¹⁸ LAINS, Pedro — *A economia portuguesa no século XIX*. Lisboa: INCM, 1995.

¹⁹ JUSTINO, David — *A formação do espaço económico nacional, Portugal, 1810-1913*. 2 vol. Lisboa: Veja, 1989.

²⁰ *Diário do Governo*. Lisboa, 1820-1976.

²¹ *Boletim da Propriedade Industrial*. Lisboa, [1884?]-2006.

É ainda importante referir que o setor das marcas é muito regulamentado, sendo necessário refletir sobre a importância das fontes legislativas. Por proposta do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, a Câmara dos Deputados e a Câmara dos Pares aprovaram a primeira «lei das marcas», publicada em 4 de junho de 1883, na sequência da Convenção de Paris, de 20 de março desse ano, analisando-se, ainda, o decreto de 1894, o regulamento para a sua execução, em 1895, e o decreto de 1901.

Como elementos essenciais para o apuramento de dados sintéticos para o conhecimento do estado da indústria têxtil, recorreu-se a outras fontes como o *Inquérito Industrial de 1881*²², o *Inquérito Industrial de 1890*²³ e o *Boletim do Trabalho Industrial*²⁴.

O *Inquérito Industrial de 1881* encontra-se dividido em dois volumes. No primeiro, os inquiridores dão-nos conhecimento dos depoimentos e da visita às fábricas, no distrito de Lisboa. No volume seguinte, obtemos informações sobre as visitas às fábricas do distrito do Porto e às restantes regiões, apresentados dados estatísticos obtidos através do inquérito indireto. O *Inquérito Industrial de 1890* permite-nos estudar a caracterização dos estabelecimentos industriais, com dados sobre o número de operários, os capitais, a força motriz, etc. Por sua vez, no *Boletim do Trabalho Industrial*, os diferentes números analisados dão-nos conhecimento sobre a organização do trabalho nacional, sob o ponto de vista da população operária, dos motores empregados na indústria, das matérias-primas e da produção industrial.

No que concerne às opções metodológicas, a análise intensiva constituiu o método de pesquisa central desta investigação. Para o melhor tratamento dos dados recolhidos produziu-se uma base de dados, em *FileMaker*, onde se registaram todas as informações dos registos de marcas, entre 1883 e 1933, cujo levantamento foi partilhado por toda a equipa do projeto «Made in Portugal», do CITCEM.

²² *Inquérito Industrial de 1881*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881-1882.

²³ *Inquérito Industrial de 1890*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.

²⁴ *Boletim do Trabalho Industrial*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1906-1939.

1. A indústria têxtil em Portugal entre finais do século XIX e o início do Estado Novo

1.1. As crises do final do século XIX

Em Portugal, no século XIX, apesar da existência de alguns focos industriais, vivia-se um panorama geral de autossubsistência, com a utilização de artefactos locais, associados às necessidades básicas. Não havia um País industrial, uma vez que nenhuma região dispunha de recursos essenciais para o aproveitamento da indústria a vapor²⁵ e, conseqüentemente, a concorrência estrangeira fazia-se sentir, através da introdução de matérias-primas, produtos manufacturados e investimentos na indústria extrativa e transformadora²⁶.

Após o período da Regeneração, a política do fontismo – personalizada em Fontes Pereira de Melo – assentou na crença do progresso, através da expansão do mercado e da difusão da tecnologia²⁷. Apesar de ainda se conceder bastante importância à atividade agrícola, este processo deu origem à consolidação do crescimento industrial²⁸ e, sobretudo, ao aparecimento de centros de atividade fabril, nas zonas urbanas, aliadas à introdução das máquinas a vapor²⁹.

Muitos foram os entraves para o desenvolvimento da indústria. Em termos gerais, argumentava-se com a fragilidade da burguesia portuguesa para colocar em prática um modelo de progresso industrial e a pequena dimensão do mercado interno – apesar de fortemente protegido –, bem como a quase inexistência de capital para aplicar nos setores industriais, como fatores determinantes para o atraso económico. Para além disso, o papel ativo do Estado no incentivo à industrialização foi diminuto, uma vez que não foram aplicadas «isenções fiscais, subsídios, empréstimos baratos ou contratos governamentais»³⁰, como se verificou, por exemplo, na Europa de Leste.

²⁵ RAMOS, Rui (coord.) — «A Segunda Fundação». In MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal*, vol. 6. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 31.

²⁶ MENDES, J. M. Amado — «Sobre as relações entre a indústria portuguesa e estrangeira no século XIX». *Análise Social*, n.º 61-62, 1980. Vol. XVI, p. 37.

²⁷ RAMOS, Rui (coord.) — «A Segunda Fundação», p. 141.

²⁸ Entre 1873 e a Grande Guerra identificaram-se dois surtos industriais. O primeiro ocorreu entre 1873 e 1886, como reação a uma procura interna crescente e, o segundo, de 1891 até à I Guerra Mundial, pela substituição das importações e a depreciação dos câmbios. REIS, Jaime — «A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913», p. 209.

²⁹ *Idem*, p. 207.

³⁰ *Idem*, p. 217.

No início da década de 1890, deu-se uma depressão económica que originou a contração de despesas públicas e, conseqüentemente, a falência de empresas³¹. As dificuldades nas finanças do Estado e na balança de pagamentos teriam conduzido ao termo do modelo de crescimento económico corporizado nas políticas de Fontes Pereira de Melo³². A economia portuguesa esteve vinculada à economia mundial, essencialmente, através dos movimentos de capitais que ligavam os mercados monetários. No entanto, como nos apresenta Jaime Reis:

Nalguns casos, foram as condições internas, e não externas a influência preponderante que levou ao aparecimento das crises monetárias [...]. Embora também tivessem componentes externas, as quebras da atividade bancária [...] de 1891 foram sobretudo conseqüências de febres especulativas locais, que levaram [...] a uma fase de estagnação que durou cinco anos³³.

Perante as transformações da economia mundial – nomeadamente, através das perturbações verificadas nos mercados internacionais –, em 1891, Portugal abandonou o padrão-ouro, suscitando a desvalorização da moeda. Após o *Ultimatum* de 1890, as circunstâncias financeiras e políticas proporcionaram o relançamento da indústria nacional³⁴ e o abandono do livre-cambismo, que, desde o tratado anglo-português de 1842³⁵, orientara progressivamente as políticas económicas nacionais. Como conseqüência, em 1892, a ideia de uma pauta alfandegária protecionista foi adotada no ministério de Oliveira Martins³⁶, que tinha por base a proteção aduaneira do mercado nacional para garantir «o êxito da implantação das indústrias substitutivas da importação, o que afetava diretamente o poderoso complexo dos interesses britânicos e do *import/export*»³⁷.

Centrando a atenção no comércio externo, Pedro Lains mostra que os preços das exportações sofreram «acentuadas flutuações, sobretudo depois de Portugal ter abandonado o padrão-ouro em 1891»³⁸. Ainda assim, na década de 1890, o crescimento do volume de exportações foi relativamente comum na maioria dos países³⁹. Sobre a evolução das importações, «em 1892, as importações começaram a crescer a preços

³¹ RAMOS, Rui (coord.) — «A Segunda Fundação», p. 141.

³² LAINS, Pedro — *A economia portuguesa no século XIX*, p. 35.

³³ REIS, Jaime — «A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913», p. 216.

³⁴ ROSAS, Fernando — *O Estado Novo nos anos trinta, 1928-1938*. Lisboa: Estampa, 1986, p. 56.

³⁵ LAINS, Pedro — *A economia portuguesa no século XIX*, p. 39.

³⁶ RAMOS, Rui (coord.) — «A Segunda Fundação», p. 148.

³⁷ ROSAS, Fernando — *O Estado Novo nos anos trinta, 1928-1938*, p. 56

³⁸ LAINS, Pedro — *A economia portuguesa no século XIX*, p. 74.

³⁹ *Idem*, p. 79.

constantes [...] de forma regular»⁴⁰, sendo que, como eram essencialmente destinadas à indústria, aumentavam de modo a acompanhar a produção industrial⁴¹. Ao longo dos anos noventa de Oitocentos, as importações foram-se recompondo, com o auxílio das entradas de ouro e moeda estrangeira derivadas do aumento das reexportações dos produtos coloniais para os mercados europeus e dos Estados Unidos da América⁴².

Na indústria têxtil, a partir da década de 1880, deu-se uma aceleração da concentração industrial, com a criação de novas «“fábricas de fiação e tecelagem” [...] que exprime a convicção generalizada da necessidade de verticalização para conseguir ganhos de escala»⁴³.

Desde o início do século XIX, assistira-se à instalação de unidades têxteis em diversas zonas do país. Algumas fábricas do Norte do País começaram a dedicar-se à produção de panos de linho, embora importassem a matéria-prima pela ausência de quantidade e qualidade do produto em Portugal⁴⁴. Na região do Vale do Ave há referência a duas fábricas dedicadas à produção de linho: a Fábrica de Algodão e Linho, de Francisco Guimarães, em Pedome – empregando 8 homens –, e a Fábrica de Mogege⁴⁵. Tendo em conta a ausência de mecanização necessária para uma produção eficaz, em 1884, iniciava-se um processo de aquisição e de transferência tecnológica. O principal responsável foi António Guimarães – um antigo mercador linheiro – que mandou um caixeiro praticar em Manchester e encomendar teares *Jacquart* para abrir a Fábrica de Fiação e Tecidos do Castanheiro (1885)⁴⁶. Na região Centro e Sul do País destacam-se algumas fábricas dedicadas à fiação e tecelagem mecânica de linho. À data do *Inquérito Industrial de 1881*, a Fábrica Aliança, situada na Rua de Santa Marta, em Lisboa, dedicava-se à produção de tecidos de linho – lisos e adamascados –⁴⁷ e a Companhia Nacional de Fiação e Tecidos de Torres Novas, fundada em 1854, produzia, anualmente, 80.000\$000 réis em fiados de linho⁴⁸.

⁴⁰ *Idem*, p. 119.

⁴¹ *Idem, ibidem*.

⁴² *Idem*, p. 161.

⁴³ ROSAS, Fernando (coord.) — «O Estado Novo (1926-1974)», p. 28.

⁴⁴ ALVES, Jorge Fernandes — *Fiar e tecer: uma perspetiva histórica da indústria têxtil a partir do Vale do Ave*, p. 6.

⁴⁵ *Idem*, p. 10.

⁴⁶ ALVES, Jorge Fernandes — «A Indústria Têxtil do Vale do Ave», p. 373.

⁴⁷ *Inquérito Industrial de 1881*, p. 173-175.

⁴⁸ De acordo com o diretor da Companhia Nacional de Fiação e Tecidos de Torres Novas, Alfredo Mendes da Silva, não vendiam fiação de linho «porque toda a que fazemos é insuficiente para a nossa tecelagem. Branqueamos em peça, e em fio, o que é igual na indústria do linho». *Inquérito Industrial de 1881*, p. 75-89.

Das indústrias domésticas, as zonas de produção de renda dividiam-se em cinco centros: Peniche, Olhão, Setúbal, Viana do Castelo e Horta. Em Peniche, em 1880, embora as condições de produção fossem precárias, estavam empregadas 1.200 pessoas – mulheres e crianças – cujos salários variavam entre os 30 e os 100 réis. O comércio das rendas era feito por intermediários e os produtos podiam ser adquiridos nas lojas existentes no distrito de Leiria, havendo, portanto, uma colocação ativa no mercado⁴⁹. Por outro lado, na Madeira, a atividade do bordado teve o seu início de exploração comercial em 1850 – período de depressão económica⁵⁰. Com o passar das décadas, a partir de 1880, apesar de continuar a ter imensa procura, o bordado da Madeira – executado de forma manual – sofreu com a concorrência do bordado suíço – produzido mecanicamente na década de 1870 – com desenhos e padrões inovadores. Não obstante, em 1881, estabeleceu-se a primeira empresa de bordados alemã, no Funchal, registando um grande crescimento de valores de exportação, na década de noventa⁵¹, sendo a cidade de Hamburgo o principal destino deste produto. O processo de exportação ficou marcado pelo sistema aduaneiro *drawback* – estabelecido em 1897 – que, de acordo com Benedita Câmara, «desagravava, sob o ponto de vista fiscal, os tecidos que fossem exportados da Alemanha e voltassem ao País valorizados para serem de novo reexportados»⁵².

Além de ser trabalhada, em grande parte, na esfera doméstica, a indústria de lanifícios funcionava, também, em fábricas localizadas nas Beiras – Covilhã, Manteigas, Gouveia, Seia e Guarda – e em algumas regiões do Sul do País, usufruindo da energia hidráulica⁵³, as quais não acompanharam o crescimento evidenciado pelas empresas algodoeiras, na década seguinte⁵⁴. Em 1881, no Porto, a única fábrica de lã que merecia reconhecimento económico continuava a ser a de Lordelo do Ouro, de Plácido Lino dos Santos, fundada em 1854, cujo valor da produção anual era de 77.824\$855 réis⁵⁵, destacando-se duas companhias de lanifícios em Padornelo, com uma produção anual de

⁴⁹ *Idem*, p. 19.

⁵⁰ CÂMARA, Benedita — *A Economia da Madeira (1850-1914)*. Vol. 2. Funchal: Universidade da Madeira, 1997. Dissertação de Doutoramento em História Contemporânea, p. 439.

⁵¹ *Idem*, p. 451-452.

⁵² *Idem*, p. 457.

⁵³ MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) — «Portugal da Monarquia para a República», p. 135.

⁵⁴ NEVES, Pedro José Marto — *Grandes empresas industriais de um país pequeno: Portugal. Da década de 1880 à 1.ª Guerra Mundial*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Economia e Gestão, 2007. Dissertação de Doutoramento em História Económica e Social, p. 147.

⁵⁵ *Inquérito Industrial de 1881*, p. 109-115.

43.284\$000 réis⁵⁶, e no Vale da Piedade⁵⁷, cuja maior produção correspondia a panos finos e diagonais de lã⁵⁸, em Gaia. Os principais centros produtores de lã encontravam-se na Covilhã, no Fundão e em Portalegre. Em Lisboa, a Companhia de Lanifícios de Arrentela, empregando 420 operários e produzindo panos pretos, edredons e casimiras⁵⁹, a Fábrica de B. Daupias & C.^a, a Companhia de Lanifícios de Alenquer e a Fábrica de José Diogo da Silva⁶⁰ eram as principais fábricas que se dedicavam à produção lanifícia.

A indústria do algodão era de todas a mais importante do setor têxtil, ganhando um papel determinante, por via das inovações revolucionárias industriais, uma vez que transformaram o algodão num produto popular, com um valor gradualmente mais baixo⁶¹. Durante a segunda metade do século XIX, a malha fabril algodoeira ganhou consistência no Porto. Sublinha-se, como exemplo, o caso de Jacinto Silva Pereira, que decide ampliar a sua própria fição, em Cedofeita, equipando-a com uma máquina a vapor e através da utilização de *mules* para a produção própria de fio⁶². Além disso, salienta-se a fição de Montebelo, da Companhia de Fiação Portuense, a maior da indústria algodoeira do Norte, através de uma sociedade anónima, criada em 1863, a fábrica de Salgueiros, criada em 1873, dedicada à fição e depois à tecelagem e à tinturaria, e a Companhia Fiação e Tecidos do Porto, formada em 1875, no Bonfim. Numa zona mais periférica, em Fafe, em 1873, o brasileiro José Florêncio Soares constituiu a Fábrica de Fiação do Bugio⁶³.

No final do século XIX, começou-se a registar, ainda que timidamente, a instalação de secções de tecelagem nas fábricas de fição de algodão. No entanto, o processo de implantação de teares mecânicos foi lento – em 1881, no Porto, o número de teares mecânicos rondava as 500 unidades e o total de teares manuais era de 2.583, considerando apenas os existentes nas pequenas fábricas e oficinas⁶⁴. De acordo com José Manuel Lopes Cordeiro:

Não só o número de tecelagens mecânicas era diminuto, como algumas das unidades que já então dispunham de teares mecânicos conservavam ainda um número

⁵⁶ *Idem, ibidem.*

⁵⁷ ALVES, Jorge Fernandes — *Fiar e tecer: uma perspetiva histórica da indústria têxtil a partir do Vale do Ave*, p. 13.

⁵⁸ *Inquérito Industrial de 1881*, p. 109-115

⁵⁹ *Idem*, p. 135-139.

⁶⁰ *Idem*, p. 140-167.

⁶¹ ALVES, Jorge Fernandes — «A Indústria Têxtil do Vale do Ave», p. 373.

⁶² *Idem*, p. 374.

⁶³ ALVES, Jorge Fernandes — «A indústria têxtil do Norte de Portugal até à década de 1920: representações empresariais», p. 17.

⁶⁴ CORDEIRO, José Manuel Lopes — *A indústria portuense no século XIX*. 2 Vol. Braga: Universidade do Minho / Instituto de Ciências Sociais, 2006. Dissertação de Doutoramento em História Contemporânea, p. 270.

significativo de teares manuais, revelando [...] a persistente relutância na adoção de processos produtivos mais modernos e aperfeiçoados [...] A principal razão resultava da existência na cidade de um considerável setor de tecelagem manual, exercendo uma forte concorrência, uma vez que os seus custos de produção eram diminutos⁶⁵.

Ainda assim, no Porto surgem novas fábricas com equipamentos de elevado nível, como é o caso da Fábrica de Fiação e Tecidos da Boavista, instalada em 1889, propriedade da família inglesa Graham⁶⁶. Na década de 1890, apesar do contexto de crise, José Perdigão refere que a indústria algodoeira «empregava 112 motores com uma força total de 3.779 cavalos-vapor, empregando seis anos mais tarde 202, com uma força de 9.420»⁶⁷ e a indústria dos lanifícios era servida «por 247 motores que desenvolviam uma força motriz de 1.847 HP»⁶⁸.

Com o passar do tempo, o modelo portuense vai-se alargando e penetrando no Vale do Ave. Destaca-se a Fábrica de Fiação e Tecidos Rio Vizela, uma sociedade comercial comanditária que se tornou num polo industrial dinâmico, originando a instalação de outras fábricas sediadas no Porto, como por exemplo, a CFT⁶⁹. Em 1890, em Guimarães, começa-se a organizar a Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães, oficialmente inaugurada em 1893⁷⁰. Não obstante, torna-se crucial referir a importância de Narciso Ferreira que, juntamente com outros investidores, deu origem à firma Sampaio, Ferreira & C.^a, fundadora da Fábrica de Fiação, Tecidos e Tinturaria de Riba d'Ave⁷¹. Por outro lado, em Lisboa, muitas são as fábricas que, em 1881, se dedicavam à fiação, estampania e tinturaria de algodão, como a Companhia Lisbonense (1874)⁷², a Fábrica da Viúva Xavier & Filhos (1861)⁷³, a de Guilherme Graham Júnior & C.^a (1876)⁷⁴, a Companhia de fabrico de algodões de Xabregas (1858)⁷⁵, entre outras.

Na década de noventa de Oitocentos, a situação de crise afetava os dois principais centros industriais do País. A despeito da instalação de novas unidades fabris e da aceleração do investimento nos têxteis, a crise geral da década de 1890 manifestou-se

⁶⁵ *Idem*, p. 268-269.

⁶⁶ ALVES, Jorge Fernandes — «Uma nebulosa a noroeste: a indústria algodoeira», p. 101.

⁶⁷ PERDIGÃO, José Henrique de Azeredo — «A Indústria em Portugal (Notas para um inquérito)», p. 10.

⁶⁸ *Idem, ibidem*.

⁶⁹ ALVES, Jorge Fernandes — «A Indústria Têxtil do Vale do Ave», p. 374.

⁷⁰ ALVES, Jorge Fernandes — *Fiar e tecer: uma perspetiva histórica da indústria têxtil a partir do Vale do Ave*, p. 26.

⁷¹ ALVES, Jorge Fernandes — *Riba d'Ave na memória da indústria algodoeira*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1999, p. 15.

⁷² *Inquérito Industrial de 1881*, p. 45.

⁷³ *Idem*, p. 67.

⁷⁴ *Idem*, p. 85.

⁷⁵ *Idem*, p. 117.

nesse setor através de uma fase de superprodução⁷⁶. Como demonstra Pedro Lains, o facto de uma fábrica de Lisboa produzir 7 tipos de fio diferentes, em 1891, «mostra como seria [...] difícil conseguir economias de escala num mercado de dimensões reduzidas»⁷⁷. No Porto, a 1 de maio de 1891, o encerramento de inúmeras oficinas de trabalho e o alastrar do desemprego agravaram o contexto económico que se fazia sentir. Com os armazéns repletos de produtos têxteis que não conseguiam escoar no mercado – exemplo dado pelo diretor da Fábrica de Fiação de Crestuma, anunciando que a firma se encontrava em «estado decadente por excesso de produção [...] as companhias de fiação, do Norte, produzem mais fio do que é preciso para o consumo atual»⁷⁸ – os industriais do setor têxtil ensaiaram medidas de redução salarial⁷⁹.

A imprensa nacional apontava como principais causas da crise os tratados de comércio, nomeadamente o Tratado com a França, assinado em 1881, e, no caso do setor têxtil, a não modernização da tecelagem. Num contexto de pulsões nacionalistas e imperialistas, a conjuntura de crise generalizada e o desencadear de greves fizeram com que os industriais vissem no mercado das colónias africanas a solução para a atenuação da crise por que estavam a passar⁸⁰. Entre 1891 e 1910, a exportação de produtos de algodão para as colónias aumentou cerca de 5.3 vezes, atingindo 51% das exportações totais. Os mercados africanos foram responsáveis pelo aumento do peso dos produtos de algodão nas exportações totais, na década de noventa de Oitocentos. Todavia, revelou-se incapaz de absorver tanta produção e a saída dos tecidos de algodão acabaria, em breve, por decair substancialmente⁸¹. Nos primeiros anos do século XX, a quebra das exportações de tecidos de algodão para África «fez baixar os lucros para níveis inferiores aos da crise de 1890-1892 [...] marcando o fim de um ciclo»⁸².

1.2. O início do século XX: crise e crescimento

Nas décadas que precederam a Grande Guerra assistiu-se a um crescimento industrial significativo. De acordo com Jaime Reis, «os autores modernos concordam que [...] a atividade industrial era bastante menos importante em termos económicos do que

⁷⁶ ROSAS, Fernando (coord.) — «O Estado Novo», p. 28.

⁷⁷ LAINS, Pedro — *A economia portuguesa no século XIX*, p. 66.

⁷⁸ JUSTINO, David — *A formação do espaço económico nacional, 1810-1913*, p. 243-244.

⁷⁹ CORDEIRO, José Manuel Lopes — *A indústria portuense no século XIX*, p. 450.

⁸⁰ *Idem*, p. 479.

⁸¹ LAINS, Pedro — *A economia portuguesa no século XIX*, p. 94.

⁸² PEREIRA, Gaspar Martins — «O Porto industrial na segunda metade do século XIX», p. 12.

a agricultura e Portugal dificilmente se poderia considerar uma economia desenvolvida»⁸³. Todavia, antes de 1891, o desenvolvimento industrial português foi mais acentuado do que aquele que se verificou com a abertura do mercado colonial africano⁸⁴.

No início do século XX, com a proteção concedida aos mercados coloniais, as exportações portuguesas de produtos de algodão aumentaram para mais de um quarto do total das exportações industriais, não se verificando o mesmo no caso dos lanifícios, menos apropriados às colónias⁸⁵. Ainda assim, na primeira década de 1900, mais concretamente entre 1898 e 1910, o valor das exportações portuguesas diminuiu tendencialmente, perante a desvalorização da moeda⁸⁶. Sobre as importações, há que referir que, após 1892, começaram a crescer a preços constantes, de forma regular, até ao começo da Grande Guerra⁸⁷. Como demonstra Pedro Lains, a substituição de importações e a maior proteção dos mercados coloniais foram responsáveis «por menos de metade do aumento da produção de algodões nas duas décadas que precederam a guerra»⁸⁸. Entre 1910 e 1913, «a quantidade de algodão em rama importado aumentou em 12.372t e as importações de produtos de algodão diminuíram 3.023t»⁸⁹.

Apesar do crescimento lento, a indústria portuguesa encontrava-se ajustada ao seu meio económico. A escassez de capital, o reduzido poder de compra, a mão-de-obra barata e a consequente ausência de qualificações davam resposta à predominância de processos de mão-de-obra intensivos e à concentração em bens de consumo de baixa qualidade. Em comparação com os países estrangeiros, a estrutura industrial portuguesa apresentava grandes desvantagens pela proporção das matérias-primas que tinha de importar e pela dificuldade de obtenção de crédito⁹⁰. Usufruindo de mão-de-obra barata (em 1910, em Lisboa, os salários industriais «eram geralmente da ordem dos 0,55-0,65 mil-réis»⁹¹), em comparação com as economias avançadas da França, da Alemanha e da Grã-Bretanha, «a produtividade desta mão-de-obra era extremamente reduzida e, em

⁸³ REIS, Jaime — «A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913», p. 208.

⁸⁴ *Idem*, p. 214.

⁸⁵ LAINS, Pedro — *A economia portuguesa no século XIX*, p. 66.

⁸⁶ *Idem*, p. 75.

⁸⁷ *Idem*, p. 119.

⁸⁸ *Idem*, p. 140.

⁸⁹ *Idem, ibidem*.

⁹⁰ REIS, Jaime — «A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913», p. 221.

⁹¹ *Idem*, p. 222.

consequência, apesar dos salários baixos, os custos unitários da mão-de-obra acabavam por ser mais elevados»⁹².

Na indústria têxtil, no que respeita às empresas que se dedicavam à fiação e tecelagem, um relatório elaborado em 1911 demonstra que as fábricas portuguesas continuavam a ter um número excessivo de trabalhadores, face aos maquinismos técnicos que as fábricas tinham instalado⁹³. Além disso, o panorama educacional era francamente desanimador: no mesmo ano de amostragem (1911), apenas um português em quatro sabia ler e escrever [...] tanto em Lisboa, como nas províncias [...] a taxa de instrução nunca era superior a 20%, sendo em muitos casos apenas de 10%»⁹⁴.

No início do século XX, a indústria moderna do linho concentrava-se, em grande parte, em Guimarães. De acordo com José Perdigão, em 1907, existiriam, essencialmente, três fábricas reduzidas à tecelagem do linho, no concelho de Guimarães. A população das fábricas rondava os 300 operários, que produziam 1.500 metros por dia num valor de 135 contos, e a potência dos seus motores aproximava-se dos 1.716 HP⁹⁵. Em 1912, a produção anual do linho atingiria os 10 milhões de quilogramas, sendo que a importação de linho e cânhamo em rama aproximou-se dos 372.219 quilogramas e a exportação do produto foi de 837 escudos⁹⁶.

Por outro lado, José Perdigão considera ser impossível «fazer um cálculo do valor [...] da indústria doméstica do linho»⁹⁷, mas, tendo em conta o número atribuído por Nuno Geraldês, no distrito de Braga, empregava «96.575 a 100.000 pessoas; em Felgueiras, 6.640 a 7.000. Os salários no distrito de Braga devem aproximar-se dos 700 contos e no de Felgueiras de 50 contos»⁹⁸. Mais tarde, José de Campos Pereira indicaria que a indústria manual do linho, no distrito de Braga e no concelho de Felgueiras, empregava cerca de 107 mil pessoas e importava 60 mil quilogramas anuais, no valor de 60 contos. Tendo em conta estes números, no distrito de Guimarães, a quantidade total do linho estrangeiro, em fio, foi de 140 mil quilogramas, num valor de 140 contos⁹⁹, e, relativamente ao número de operários, no distrito de Braga, as fábricas e oficinas empregavam 2.200 tecelões, 42.000 fiandeiras, 220 urdideiras, 1.100 enchedeiras e

⁹² *Idem, ibidem.*

⁹³ *Idem, p. 224.*

⁹⁴ *Idem, p. 225.*

⁹⁵ PERDIGÃO, José Henrique de Azeredo — «A Indústria em Portugal (Notas para um inquérito)», p. 128.

⁹⁶ *Idem, p. 23.*

⁹⁷ *Idem, p. 125.*

⁹⁸ *Idem, p. 126.*

⁹⁹ PEREIRA, José de Campos — *Portugal industrial: características, números, comentários*, p. 107.

dobadeiras e 20.800 espadeladeiras¹⁰⁰. Em 1913, através de um inquérito pedido pelo Governo para analisar a situação da indústria de linho do distrito de Braga, conclui-se que a indústria mecânica estava reduzida a três fábricas de tecelagem – a Fábrica do Castanheiro, a Fiação e Tecidos de Guimarães (1890) e a Fábrica de M. Bernardo Alves –, utilizando a energia a vapor e cuja produção era dedicada ao mercado interno¹⁰¹.

A indústria dos lanifícios foi uma das mais desenvolvidas do nosso País, apesar da matéria-prima ser em grande escala importada¹⁰². Em 1892, o benefício pautal provocou o aumento do número de oficinas e o desenvolvimento da produção, apesar de não alargar o consumo dos artefactos de lã aos mercados estrangeiros. Atentando no exemplo da região da Covilhã como maior centro produtor, em 1910, as matérias-primas importadas para a indústria atingiram a importância de 2.005\$320 réis¹⁰³. Dois anos mais tarde, para as fábricas nacionais foram importados 1.890 contos de lã e exportados 122.893 quilogramas de desperdícios de lã, no valor de 2.477\$00, 510.414 quilogramas de lã em rama lavada, no valor de 77.996\$00, e 716.572 quilogramas em lã em rama suja, no valor de 60.700\$00¹⁰⁴.

Na segunda década de 1900, em Portugal, a produção elevava-se a mais de 5 milhões de quilogramas por ano, consumindo 3.650.121 quilogramas de lã nacional e 3.502.293 quilogramas de lã importada¹⁰⁵. No distrito de Castelo Branco, mais concretamente na Covilhã, existiam 99 fábricas, servidas por 137 motores, empregando 3.379 operários¹⁰⁶. Em 1914, nas 160 fábricas de lanifícios existentes em Portugal, a produção média anual da lã portuguesa, preta e branca, rondava os 5.500.000 quilogramas, no valor de 2.000 contos¹⁰⁷. Eram exportados 1.500.000 quilogramas, repartindo-os em 1.000.000 em lã suja e o restante em lã lavada e desperdícios¹⁰⁸. O seu desenvolvimento estava intimamente ligado ao progresso da produção das lãs nacionais¹⁰⁹.

¹⁰⁰ *Idem*, p. 105-107.

¹⁰¹ MARQUES, Teresa Sá — «Sistema Produtivo Industrial e Território um estudo da Têxtil em Guimarães», *Revista da Faculdade de Letras: Geografia*, I série, 1988. Vol. 4, p. 65.

¹⁰² PERDIGÃO, José Henrique de Azeredo — «A Indústria em Portugal (Notas para um inquérito)», p. 24.

¹⁰³ *Idem*, p. 118.

¹⁰⁴ *Idem*, p. 121.

¹⁰⁵ *Idem*, p. 122.

¹⁰⁶ *Idem*, p. 121.

¹⁰⁷ PEREIRA, José de Campos — *Portugal industrial: características, números, comentários*, p. 90.

¹⁰⁸ *Idem*, p. 91.

¹⁰⁹ PERDIGÃO, José Henrique de Azeredo — «A Indústria em Portugal (Notas para um inquérito)», p. 123.

A indústria das rendas e dos bordados foi, de todas, a mais generalizada. A cidade de Viana do Castelo era considerada como um dos mais importantes centros produtores de rendas e, em 1914, a produção era assegurada por três rendeiras: «a Sr.^a D. Josefina da Conceição [...] vende em ano de acaso 200\$000 de rendas. [...] a Sr.^a D. Ermelinda Teixeira de Pinho [...] vendendo aproximadamente 120\$ por ano [...] a Sr.^a Teresa João do Porto [...] vende anualmente pouco mais de 150\$»¹¹⁰. Do mesmo modo, em Vila do Conde, o comércio das rendas faz-se por intermédio de «pessoas que têm a trabalhar as rendeiras por sua conta»¹¹¹. A título de exemplo, em Peniche, na primeira década de Novecentos, os estabelecimentos empregavam 1.200 mulheres, cuja produção rondava os 30 contos anuais¹¹².

Centrando a nossa atenção na indústria dos bordados, a partir do início do século XX, a produção dos afamados bordados minhotos, em recheio e em crivo, diminuiu progressivamente, em detrimento da concorrência das congéneres estrangeiras¹¹³. Do mesmo modo, o arquipélago dos Açores colaborava na produção dos bordados e das rendas, apesar da laboração ser irregular¹¹⁴. Na ilha da Madeira, a partir de 1907, o bordado permeabilizou-se a novas influências, verificando-se uma evolução na cor das linhas, nos pontos, nos padrões e nos desenhos¹¹⁵. Após a implantação do sistema de *drawback*, em 1908 foi assinado um tratado com a Alemanha que estabelecia direitos convencionais mais favoráveis para a produção do bordado do que os previstos na pauta geral¹¹⁶. Não obstante, durante a primeira década de Novecentos, multiplicaram-se as casas exploradoras de origem francesa, inglesa e, sobretudo, americana, que desempenhavam um papel crucial ao nível da produção. Os Estados Unidos da América tornaram-se o maior importador direto do bordado da Madeira, atingindo uma média anual de importação de bordados de algodão de 30.000.000 a 40.000.000 dólares, em 1911, enquanto os bordados de linho, de qualidade superior, abrangiam os 3.849.639 dólares, em 1909¹¹⁷. Como uma das maiores fontes de receita do distrito do Funchal, calcula-se que existiam 35.000 bordadeiras rurais e 5.000 profissionais, distribuídas pelos

¹¹⁰ «A indústria das rendas». *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 94. Lisboa: Imprensa Nacional, 1914, p. 18-19.

¹¹¹ *Idem*, p. 22.

¹¹² PERDIGÃO, José Henrique de Azeredo — «A Indústria em Portugal (Notas para um inquérito)», p. 134.

¹¹³ *Idem*, p. 135.

¹¹⁴ *Idem*, p. 138.

¹¹⁵ CÂMARA, Benedita — *A Economia da Madeira (1850-1914)*, p. 466.

¹¹⁶ *Idem*, p. 465.

¹¹⁷ *Idem*, p. 467

diversos concelhos¹¹⁸, contribuindo para a economia do distrito com a quantia de 596 contos¹¹⁹. Contudo, no ano de 1912, a emigração para a América do Norte de 1.316 mulheres contribuiu para o desenvolvimento da crise¹²⁰.

Como principal indústria têxtil destacava-se a indústria algodoeira, tanto pelo número de operários que empregava como pelos capitais que retinha. No curto período de 50 anos montaram-se fábricas de grande dimensão por todo o País, especialmente, no Porto, em Tomar, em Loures e em Lisboa. No início do século XX, destaca-se a firma de Narciso Ferreira & C.^a, como primeira unidade industrial em Vila Nova de Famalicão, permitindo a instalação de novas unidades fabris: em 1905 surge a Empresa Têxtil Elétrica, em Bairro, e em 1909 é fundada a Oliveira, Ferreira & C.^a, em Riba de Ave. Por sua vez, Narciso Ferreira apostou, também, na produção de hidroeletricidade, arrastada pela indústria têxtil, com a instalação da central de Amieiro Galego, ETEL, e numa fundação, a Fundação Narciso Ferreira¹²¹. Em 1910, a firma empregava 846 operários, que trabalhavam por turnos graças à eletricidade gerada pela central própria. Outras unidades industriais começaram a ganhar relevo, nomeadamente, a Têxtil Algodoeira de Arcozelo, D. Ferreira, Lda, em Gaia, e a Fábrica de Fiação e Tecidos de Vila do Conde, Ferreira & Irmão, pertencentes a Delfim Ferreira¹²².

No Porto, fazia-se sentir o crescimento das maiores empresas têxteis, como a Companhia de Fiação Portuense, entre outras. No entanto, a Fábrica de Fiação e Tecidos do Jacinto merece especial atenção, uma vez que se expandiu, fortemente, pela via da montagem de uma nova unidade industrial, a Fábrica de Asneiros, fundada em meados do século XIX, «tendo sido precursora da fiação mecânica da cidade do Porto»¹²³. Por outro lado, a maior empresa têxtil britânica era a J. & P. Coats que, em 1907, empregava 12.700 trabalhadores e, na fábrica de estampanaria de William Graham Júnior & C.^a, sediada na Rua dos Clérigos, operavam 128 trabalhadores, verificando-se um retrocesso do número de operários, face a 1881¹²⁴.

¹¹⁸ PERDIGÃO, José Henrique de Azeredo — «A Indústria em Portugal (Notas para um inquérito)», p. 136.

¹¹⁹ *Idem*, p. 137.

¹²⁰ *Idem*, p. 80.

¹²¹ ALVES, Jorge Fernandes — «Cruzar os fios: a fábrica têxtil Riopelle no contexto empresarial do Vale do Ave». *Estudos do século XX*, n.º 4, 2004, p. 443.

¹²² ALVES, Jorge Fernandes — *Riba d'Ave na memória da indústria algodoeira*, p. 17.

¹²³ NEVES, Pedro José Marto — *Grandes empresas industriais de um país pequeno: Portugal. Da década de 1880 à 1.ª Guerra Mundial*, p. 228.

¹²⁴ *Idem*, p. 230.

Em termos produtivos, a partir de 1900, as importações de algodão como matéria-prima aumentaram, totalizando, em 1905, 16.060.928 quilogramas, no valor de 3.670 contos e, em 1912, 18.154.031 quilogramas, dos quais 99.835 quilogramas foram importados de Angola, no valor de 5.233 contos¹²⁵. O pano cru era o que mais se produzia, tecendo-se para África um pano riscado de cores berrantes, de qualidade inferior¹²⁶. O industrial não se limitava a preparação de uma única espécie de tecido. No Norte a produção centrava-se, especialmente, em sarjas-finas, panos crus e branqueados para estampar, tecidos crus branqueados de 5 a 12 quilogramas, por 100 metros quadrados, tecidos de cor, crepes e gorgorinas¹²⁷. Nas fábricas do Sul, a maior produção era de panos crus, sarjas, cotins, riscados, alpacas e zefires¹²⁸.

Porém, como já referimos, no início do século XX, a indústria algodoeira atravessou um período de crise. Algumas empresas enfrentaram sérias dificuldades, uma vez que os lucros da produção de algodão desceram progressivamente. De acordo com José Perdigão, as causas da crise eram diversas, destacando-se: o «decréscimo das exportações para Angola, devido à crise económica que esta província atravessa»¹²⁹, o que fez acumular os *stocks*, sendo urgente alargar e consolidar o mercado interno; «a mútua concorrência das fábricas nacionais que não diminuíram a sua produção [...]»; a falta de proteção pautal nos tecidos leves, o que facilita a sua importação [...]; o retraimento do capital que só é fornecido aos industriais por juro elevadíssimo»¹³⁰. Como afirma Maria de Fátima Teixeira, «as queixas sobre o elevado custo da matéria-prima [...] a dificuldade de escoamento do produto [...] contribuíram para um dos maiores períodos de crise desta indústria»¹³¹. Como consequência, as principais fiações apostaram na realização de um cartel para manterem os preços dos fios, tendo como reação a multiplicação de pequenas fiações independentes.

A expansão do setor algodoeiro no Norte do País facilitou a criação de sociedades por quotas de responsabilidade limitada¹³². A difusão das fábricas algodoeiras não agradava aos principais fabricantes e investidores. Contudo, em 1914, os empresários

¹²⁵ PERDIGÃO, José Henrique de Azeredo — «A Indústria em Portugal (Notas para um inquérito)», p. 115-116.

¹²⁶ *Idem*, p. 116.

¹²⁷ PEREIRA, José de Campos — *Portugal industrial: características, números, comentários*, p. 89.

¹²⁸ *Idem*, p. 90.

¹²⁹ PERDIGÃO, José Henrique de Azeredo — «A Indústria em Portugal (Notas para um inquérito)», p. 116.

¹³⁰ *Idem*, p. 116-117.

¹³¹ TEIXEIRA, Maria de Fátima — *Companhia de Fiação de Crestuma. Do fio ao pavio*. Porto: FLUP, 2017. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, p. 60.

¹³² ALVES, Jorge Fernandes — «Uma nebulosa a noroeste: a indústria algodoeira», p. 105.

algodoeiros exigiram prémios de exportação e de 60 horas de trabalho semanal, entre outros fatores¹³³.

1.3. Os efeitos da Grande Guerra

A participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial constituiu um problema economicamente difícil. O efeito deste conflito bélico sobre a indústria nacional não foi homogéneo, sendo que os setores que dependiam do mercado externo para o abastecimento das matérias-primas viram a sua atividade ser afetada negativamente. Na indústria têxtil, a Grande Guerra veio acentuar, ainda mais, a crise algodoeira que se fazia sentir, verificando-se o aumento dos preços que atingiu o algodão e, como é evidente, todas as matérias-primas necessárias para a indústria têxtil, como o carvão e as tintas.

Em 1917, entre as empresas do setor têxtil, cinco «operavam numa situação de multi-estabelecimento, sendo que nenhuma delas explorava mais de duas fábricas»¹³⁴, como era o caso da Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense, a Companhia da Fábrica de Fiação de Tomar, a Companhia Fabril Lisbonense, a Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães e a Fábrica de Fiação e Tecidos do Jacinto¹³⁵. No Vale do Ave, a Fábrica de Fiação e Tecidos de Vizela destacava-se como a maior empresa da indústria têxtil portuguesa, contando com 2.700 trabalhadores¹³⁶.

Relativamente à representação dos subsetores da indústria têxtil, as maiores empresas de lanifícios eram a Campos Mello & Irmão e a Companhia de Lanifícios de Arrentela, às quais se juntavam dois casos de investimento externo, a Peig, Planas & C.^a, em Coimbra, fundada em 1888, e a Émile Carp, em Lisboa, fundada em 1891¹³⁷. No que concerne à produção da indústria de lanifícios, em junho de 1917, a produção de lã – preta e branca – rondou os 3.170.885 quilogramas¹³⁸. Todavia, o problema que se deve enunciar é o de saber se os lanifícios da Covilhã eram suficientemente competitivos com os tecidos de lã de outras regiões do País, como, por exemplo, em Lisboa¹³⁹.

¹³³ *Idem*, p. 106.

¹³⁴ NEVES, Pedro José Marto — *Grandes empresas industriais de um país pequeno: Portugal. Da década de 1880 à 1.ª Guerra Mundial*, p. 145.

¹³⁵ *Idem*, p. 145-146.

¹³⁶ *Idem*, p. 175.

¹³⁷ *Idem*, p. 225.

¹³⁸ PEREIRA, José de Campos — *Portugal industrial: características, números, comentários*, p. 90.

¹³⁹ JUSTINO, David — *A formação do espaço económico nacional, 1810-1913*, p. 183.

Olhando por outro prisma, segundo um depoimento feito em março de 1917, no Porto, a indústria algodoeira consumia cerca de 1.200.000 quilogramas de algodão por mês. De acordo com José de Campos Pereira, nesta cidade produziam-se sarjas-finas, crepes, tecidos crus branqueados, tecidos de cor, entre outros artigos, de 5 a 12 quilogramas por 100 metros quadrados¹⁴⁰. Em 1917, a escassez absoluta do algodão fez com que os industriais têxteis adotassem, voluntariamente, a aplicação do *short time*, com a redução de dois dias de trabalho por semana nas unidades fabris, apesar de ser improvável de aplicar à atividade caseira¹⁴¹.

De acordo com a *Estatística Industrial* de 1917, foi possível apurar dados referentes à indústria têxtil, no ano de entrada de Portugal na Grande Guerra. Nos grandes centros urbanos, como a cidade do Porto, existiam 53 estabelecimentos que empregavam 1.992 homens e 5.869 mulheres¹⁴² e, em Lisboa, 70 unidades industriais, empregando 1.901 homens e 3.843 mulheres¹⁴³. Na região da Covilhã – o maior centro produtor lanífero – estavam instalados 103 estabelecimentos, com uma população de 3.062 operários¹⁴⁴.

No que diz respeito à especificação das ocupações profissionais da indústria têxtil, destacam-se a cardação, fiação e tecelagem de lã, a fiação e tecelagem de algodão, a fiação e tecelagem de seda, o fabrico de malhas, a estampania, tinturaria e branqueamento de algodão, o acabamento de tecidos, o fabrico de galões, a fiação e tecelagem de linho e juta, entre outras ocupações. Numericamente, a indústria têxtil, no seu conjunto, em 1917, empregava 36.124 operários, em 465 estabelecimentos¹⁴⁵, destacando-se a fiação e tecelagem e algodão com 16.487 trabalhadores, em 40 estabelecimentos¹⁴⁶, e a cardação, fiação e tecelagem da lã com 5.944 operários, em 69 estabelecimentos¹⁴⁷. Existiam outras oficinas e unidades industriais na fabricação de galões, fitas e cordões, redes, passamanarias, lavagem de lãs, mas em menor quantidade.

Centrando a nossa atenção na média de salários dos operários, concluiu-se que os ordenados variavam consoante as regiões. Por exemplo, um tecelão do sexo masculino ganhava, em média, 85\$30 mensais, em Loures, enquanto em Valongo o salário rondava

¹⁴⁰ PEREIRA, José de Campos — *Portugal industrial: características, números, comentários*, p. 89.

¹⁴¹ ALVES, Jorge Fernandes — «Uma nebulosa a noroeste: a indústria algodoeira», p. 107.

¹⁴² «Estatística Industrial. Ano de 1917». *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 116. Lisboa: Imprensa Nacional, 1926, p. 21.

¹⁴³ *Idem*, p. 17.

¹⁴⁴ *Idem*, p. 7.

¹⁴⁵ *Idem*, p. 50.

¹⁴⁶ *Idem*, p. 52.

¹⁴⁷ *Idem*, p. 51.

os 32\$00¹⁴⁸. Poderíamos enunciar outros casos, como os urdidores, entre os salários masculinos e femininos: em Vila Nova de Famalicão, os urdidores ganhavam 44\$00, ao passo que as urdideiras obtinham 37\$00¹⁴⁹. Na indústria das rendas e dos bordados, uma bordadeira residente no Funchal alcançava os 31\$50¹⁵⁰ e uma rendeira ganhava, em Lisboa, no 2.º bairro, 40\$00¹⁵¹. Na segunda circunscrição, entre as profissões da indústria têxtil, os tecelões compunham o maior número de operários, contando com 913 tecelões menores e maiores do sexo masculino e 214 tecelãs menores e maiores do sexo feminino¹⁵².

Com a guerra, a indústria têxtil portuguesa experimentou um crescimento, apesar das dificuldades causadas pela falta de transportes e a subida do preço das matérias-primas.

1.4. Os anos 20 e a crise mundial de 1929

No pós-guerra, a crise de sobreprodução e de sobreequipamento fez-se sentir sobretudo desde o início dos anos 20, sendo drasticamente agravada com a política deflacionista e de revalorização monetária de 1924¹⁵³. A par destas circunstâncias, no pós-guerra continuou a verificar-se a falta de combustíveis e de matérias-primas, levando à paralisação de algumas máquinas, enquanto algumas empresas enfrentavam a acumulação de *stocks* perante a dificuldade em escoar os produtos¹⁵⁴. Para agravar drasticamente a situação, em 1924, foi adotada a política deflacionista e de revalorização monetária¹⁵⁵. De acordo com Jorge Fernandes Alves, «em 1924 considerava-se que da massa monetária disponível, 96,5% estava no Estado e 3,5% andavam em giro público. Era o tempo em que algumas empresas imprimiam senhas para servir de moeda fracionária»¹⁵⁶.

Durante este período, as causas da crise foram variadas, destacando-se o tipo de contribuição industrial, recaindo nos fusos e teares e não sobre dividendos; a tributação

¹⁴⁸ *Idem*, p. 295.

¹⁴⁹ *Idem*, p. 297.

¹⁵⁰ *Idem*, p. 483.

¹⁵¹ *Idem*, p. 310.

¹⁵² *Idem*, p. 522.

¹⁵³ ROSAS, Fernando — *O Estado Novo nos anos trinta, 1928-1938*, p. 96.

¹⁵⁴ TEIXEIRA, Maria de Fátima — *Companhia de Fiação de Crestuma. Do fio ao pavio*, p. 48.

¹⁵⁵ ROSAS, Fernando (coord.) — «O Estado Novo», p. 127.

¹⁵⁶ *A Indústria em Portugal, ao longo do tempo* [recurso eletrónico]: Primeira Sessão A industrialização em Portugal ao longo da História / coord. Jorge Fernandes Alves. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2012, p. 45.

do algodão em rama para financiar o caminho-de-ferro em Benguela; as crises económicas de Angola e o problema aduaneiro nas colónias; o fraco equipamento técnico das fábricas; as más condições de trabalho e a falta de qualificação dos operários que originavam a fraca produtividade; e, sobretudo, a dependência do estrangeiro e do Ultramar para a obtenção de matérias-primas, provocando a instabilidade da indústria têxtil portuguesa consoante as crises económicas europeias e internacionais¹⁵⁷.

A estrutura interna da indústria têxtil portuguesa encontrava-se fragilizada. No Centro e Sul do País, as principais indústrias têxteis eram a Companhia de Fiação e Tecidos de Tomar, a Companhia de Fiação e Tecidos de Alcobaça e a Fábrica de Lanifícios de Émile Carp, em Lisboa. No Norte concentrava-se a maior parte da indústria têxtil, destacando-se o complexo industrial de Narciso Ferreira, a Companhia Fabril do Cávado, a Companhia Fabril de Salgueiros, a Companhia de Fiação de Crestuma, a Companhia de linhas Coats & Clark, em Vila Nova de Gaia, entre outras unidades industriais¹⁵⁸. Todavia, a maioria destas indústrias visava abastecer o Ultramar¹⁵⁹.

Na região do Vale do Ave, por volta de 1927, José Dias de Oliveira¹⁶⁰ decidiu apostar na tecelagem para alcançar independência económica. Descendente de uma família de tecelões, deixou a distribuição do pão e optou por instalar dois teares, recorrendo a um pequeno empréstimo, num moinho de água que alugara nas margens do rio Pele, no concelho de Vila Nova de Famalicão¹⁶¹. Pouco tempo depois, já contava com dez teares. Contudo, a profunda depressão dos finais da década de 20, «não representava uma conjuntura favorável para iniciar e desenvolver um negócio numa área em que a concorrência era [...] exacerbada»¹⁶². Apesar de corresponder a um período de instabilidade económica, em 1933, a unidade fabril de José Dias de Oliveira acabara por ser transferida para um novo edifício «moderno para a época, com muita dignidade»¹⁶³. Com a criação da fábrica, em 1935, já contava com «um equipamento total de 2260 fusos e 49 teares mecânicos», registando o nome da «Fábrica de Tecidos do Rio Pele».

¹⁵⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) — «Portugal da Monarquia para a República», p. 130.

¹⁵⁸ *Idem*, p. 134.

¹⁵⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira — «Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias». In MARQUES, A. H. de Oliveira — *História de Portugal*, vol. III. Lisboa: Editorial Presença 1998, p. 316.

¹⁶⁰ Nasceu a 17 de agosto de 1902, natural de S. Martinho do Vale, e Maria Abreu, de Mogege.

¹⁶¹ ALVES, Jorge Fernandes — «Cruzar os fios: a fábrica têxtil Riopelle no contexto empresarial do Vale do Ave», p. 453.

¹⁶² ALVES, Jorge Fernandes — «Riopelle: revisitação de um sonho fabril». *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, n.º 1, 2005, p. 71.

¹⁶³ *Idem*, *ibidem*.

Centrando a nossa atenção na indústria sericícola, a tecelagem e a tinturaria da seda estão representadas em fábricas de grande valor,

cuja matéria-prima, infelizmente, é pedida ao estrangeiro em considerável vulto, não porque seja impossível produzi-la no país, mas tão só porque, tendo-se arruinado a indústria doméstica da criação do bicho-da-seda, e conseqüentemente as indústrias da fiação e torcedura, não houve, desde a época da ruína até hoje, um estímulo suficientemente forte que permitisse o renascimento de tão fecundo e tão útil ramo de trabalho¹⁶⁴.

Em 1920, quando Portugal, tal como os outros países europeus, se lançava na reconstrução da economia nacional, a renascença da criação do sirgo e da das indústrias de fiação e torcedura da seda nacionais parecia constituir uma fonte de riqueza a explorar. A firma Teixeira, Miranda & Marta, Limitada, com fábrica de fiação e torcedura mecânica da seda, denominada «A Sericícola», sita no Porto, consumia, anualmente, 36.000 quilogramas, quantidade que não se produzia em Portugal, «atendendo a que a sericultura tem estado morta e o seu desenvolvimento é sempre moroso»¹⁶⁵.

Relativamente ao operariado, Fernando Rosas esclarece que, sob o pretexto de recuperar os períodos de inatividade gerados pelas condições de guerra, «em setores como a têxtil algodoeira nortenha, eram vulgares jornadas de dez a doze horas de trabalho pagas pelos salários correspondentes a oito»¹⁶⁶. Em setores como os lanifícios e a têxtil algodoeira, o trabalho era feito, em grande parte, pelas mulheres, «todas [...] continuavam a trabalhar até ao dia do parto, perdendo por inteiro os dias em que faltassem»¹⁶⁷, e por menores, a partir dos 8 a 9 anos de idade¹⁶⁸.

Sem embargo, a situação de crise afetava o País e a indústria têxtil. A solução passava por alargar o mercado interno e aproveitar o comércio colonial. Sob o ponto de vista das relações externas, em 1928, os industriais algodoeiros requereram ao novo governo da Ditadura Militar a reposição das pautas de importação correspondentes ao ano de 1892¹⁶⁹. No final dos anos 20, Portugal não apresentava uma economia fechada, apesar das suas exportações não ultrapassarem os 7% e as importações atingirem, em média, 20%¹⁷⁰. É de salientar que, quando Salazar ingressou no governo de Vicente Freitas como

¹⁶⁴ «Inquérito sobre a indústria da seda». *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 142. Lisboa: Imprensa Nacional, 1930, p. 76.

¹⁶⁵ *Idem*, p. 74.

¹⁶⁶ ROSAS, Fernando (coord.) — «O Estado Novo», p. 88.

¹⁶⁷ *Idem*, p. 89.

¹⁶⁸ ROSAS, Fernando (coord.) — «O Estado Novo», p. 89.

¹⁶⁹ ALVES, Jorge Fernandes — «A indústria têxtil do Norte de Portugal até à década de 1920: representações empresariais», p. 26.

¹⁷⁰ ROSAS, Fernando (coord.) — «O Estado Novo», p. 109.

ministro das Finanças, o peso da economia britânica, em Portugal, fazia-se sentir de forma idêntica, apesar das tentativas de diversificação das relações comerciais com outros países e o impacto da Primeira Guerra Mundial¹⁷¹.

Dessarte, a partir de 1928, a política de Salazar foi uma resposta essencial no combate à situação de crise que se vivia no nosso País. Todavia, de acordo com Fernando Rosas, «na prática, vai funcionar como ação preventiva face ao impacto da crise de 1929»¹⁷². A grande depressão de 1929 teve um impacto na economia portuguesa relativamente tardio, uma vez que só em 1931 se fizeram sentir os primeiros efeitos da crise mundial¹⁷³. Ainda assim, foi um impacto «rápido [...], relativamente pouco intenso [...] e diversificado sectorialmente»¹⁷⁴, devido à economia portuguesa ser «moderadamente aberta ao exterior» – «entre 1925 e 1930, nunca as exportações representaram 8% do PIB, andando as importações pelos 18%, em 1928» –, tornando-a «pouco vulnerável à contração dos mercados internacionais»; a fraca quantidade do capital estrangeiro imunizava-a das fugas de capitais; os produtos tradicionais portugueses raramente sofreram intensas restrições em quantidade; e a indústria portuguesa ganhava vantagem pelo seu fraco desenvolvimento produtivo e tecnológico¹⁷⁵.

Perante estes fatores e a política financeira de Salazar, quando a crise mundial de 1929 afetou o nosso País, o orçamento deparava-se equilibrado, permitindo ao Estado investir em atividades de revitalização económica e «o serviço da dívida externa não constituía uma pressão grave sobre as finanças» públicas, além da situação monetária se encontrar normalizada¹⁷⁶. Na mesma linha, em 1929, foi adotada uma pauta aduaneira de cariz francamente protecionista, adotando diversos objetivos idealizados em 1928. De facto, «esse papel relativamente moderado, mas crescente, de intervenção económica do Estado [...] é verificável desde 1928-1929 pela evolução das despesas públicas com a economia»¹⁷⁷. No entanto, apesar das medidas de defesa da economia nacional, a depressão dos anos 30 afetou, negativamente, Portugal.

¹⁷¹ *Idem*, p. 109-110.

¹⁷² *Idem*, p. 127.

¹⁷³ *Idem*, p. 126.

¹⁷⁴ *Idem, ibidem*.

¹⁷⁵ *Idem*, p. 126-127.

¹⁷⁶ *Idem*, p. 127-128.

¹⁷⁷ *Idem*, p. 128.

1.5. A depressão dos anos 30 e o Estado Novo

A partir de 1931, começa-se a sentir os efeitos da crise mundial, em Portugal. Como referimos anteriormente, o ministro das Finanças, António de Oliveira Salazar, havia delineado uma política ortodoxa para combater a crise de sobreprodução dos anos 20, mas também para delinear uma ação preventiva à crise de 1929. Apesar das medidas cautelosas da economia nacional, a crise internacional teve um impacto negativo no nosso País.

Em primeiro lugar, torna-se crucial salientar que, em 1931, num contexto de crise, o Brasil interrompeu as transferências de capital expatriado, graças aos efeitos na redução do montante das remessas dos emigrantes – entre 1921 e 1930 cerca de 66,9% dos emigrantes portugueses foram para o Brasil – e de outro capital investido¹⁷⁸. Para além disso, a economia portuguesa foi afetada por uma contração global do consumo e das atividades produtivas, vendo-se obrigada a contratar mão-de-obra excedentária – que a emigração deixara de encaminhar – devido ao aumento do desemprego. Outrossim, a quebra das cotações das matérias-primas, entre 1929 e 1931 – como por exemplo, o algodão –, com uma deflação superior a 50%¹⁷⁹.

Sobre os efeitos da crise na economia portuguesa, as principais exportações registaram quebras de valor significativas, usufruindo de uma rápida recuperação, a partir de 1932, por virtude da desvalorização do escudo. As importações portuguesas revelaram uma quebra de 34% no valor global, seguindo-se uma recuperação rápida no abastecimento externo¹⁸⁰. A título de exemplo, destaca-se, em 1932, um aumento das importações de algodão colonial para a indústria algoeira, «que inicia um verdadeiro processo de substituição de importações, acentuando o decréscimo da aquisição ao exterior de fios e tecidos de algodão (menos 51% entre 1929 e 1934)»¹⁸¹. No entanto, «face aos pequenos progressos da penetração do algodão colonial (caro e de má qualidade) no mercado português, e à forte restrição dos mercados externos em geral, o Estado Novo adota uma série de medidas de maior alcance»¹⁸², nomeadamente a limitação de importações de algodões estrangeiros; a criação do Fundo de Fomento Algodoeiro nas colónias; a fixação de prémios à exportação colonial, entre outras. De

¹⁷⁸ *Idem*, p. 129.

¹⁷⁹ *Idem*, p. 130.

¹⁸⁰ *Idem*, p. 131.

¹⁸¹ *Idem*, p. 132.

¹⁸² ROSAS, Fernando — *O Estado Novo nos anos trinta, 1928-1938*, p. 143.

facto, «apesar dos altos custos das matérias-primas a indústria algodoeira conhece desde esta data um impulso extraordinário graças à reserva do mercado colonial»¹⁸³, sendo que as fábricas do Porto e de Braga consumiam cerca de 90% da rama importada¹⁸⁴.

Com efeito – e tendo em conta outros fatores, como a quebra dos índices de produção industrial e as dificuldades das instituições de crédito a curto prazo –, a crise originou um reflexo geral de protecionismo nacionalista. Tal como nos apresenta Fernando Rosas, a Grande Depressão marca o fim do livre-cambismo reforçado no pós-Guerra:

Numa situação de sobreprodução agrícola e industrial, com os mercados externos fortemente contraídos e as trocas internacionais reduzidas a níveis muito baixos, os Estados buscavam assegurar os seus próprios mercados (ou os das colónias sob seu domínio) para a colocação dos produtos nacionais. Acresce que a crise monetária registada a partir de setembro de 1931 provocara em muitos países situações de quase rutura cambial¹⁸⁵.

Num contexto protecionista – e como resposta à depressão económica – surge o Condicionamento Industrial, um dispositivo determinante de intervenção governamental na indústria portuguesa, que tinha como objetivo controlar a criação das fábricas, como forma de defender a capacidade instalada e assegurar o escoamento da produção¹⁸⁶. Na têxtil, controlava, essencialmente, a instalação de fusos e teares e a sua substituição por elementos mecânicos, de maneira a evitar o aumento da sua capacidade¹⁸⁷. De acordo com Jorge Fernandes Alves, este mecanismo era «propiciador do envelhecimento do parque tecnológico e da formação de rotinas, onde só intervenções legislativas pontuais permitiam surtos de renovação e de um crescimento mitigado»¹⁸⁸.

Na têxtil algodoeira, existiam as maiores fábricas do país e as que empregavam o maior número de operários. A companhia Graham Júnior & C.^a era considerada a maior fiação nacional, seguindo-se a Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães, a Fábrica Fiação e Tecidos do Jacinto, a Companhia de Fiação de Crestuma, a Empresa Fabril do Norte, a Fábrica de Fiação e Tecidos de Riba d' Ave, entre outras unidades. Destaca-se, ainda, em 1934, a transferência da pequena unidade industrial de José Dias de Oliveira para um novo edifício, com o nome de Fábrica de Tecidos do Rio Pele¹⁸⁹. De facto, este

¹⁸³ *Idem, ibidem.*

¹⁸⁴ *Idem*, p. 220.

¹⁸⁵ ROSAS, Fernando (coord.) — «O Estado Novo», p. 134-135.

¹⁸⁶ ALVES, Jorge Fernandes — «Uma nebulosa a noroeste: a indústria algodoeira», p. 108.

¹⁸⁷ *Idem, ibidem.*

¹⁸⁸ *Idem*, p. 119.

¹⁸⁹ ALVES, Jorge Fernandes — «Cruzar os fios: a fábrica têxtil Riopele no contexto empresarial do Vale do Ave», p. 456.

núcleo industrial estava, naturalmente, associado a poderosas famílias que diversificaram a sua atividade, investindo noutros setores¹⁹⁰.

A prosperidade algodoeira dos anos 30 estava associada à proteção do mercado colonial e à política de salários baixos e longas jornadas de trabalho. A Grã-Bretanha fornecia a maior parte das máquinas e das manufaturas, detendo 50% do total deste tipo de fornecimentos. O capital britânico integrava as principais empresas estrangeiras da têxtil algodoeira, como a G. Graham Jr. e a Coats & Clark.¹⁹¹

Centrando a nossa atenção no estudo da indústria têxtil na década de 30 de Novecentos, de acordo com o Registo do Trabalho Nacional, estavam registados 890 estabelecimentos industriais¹⁹², assinalando o maior número de unidades fabris nos distritos do Porto, com 235 estabelecimentos, de Castelo Branco, com 153, e da Guarda, com 104, verificando-se uma preponderância no Norte do País¹⁹³.

Por outro lado, Paul Descamps dá-nos a conhecer a situação de determinadas unidades industriais, num período de crise. Tomando como exemplo a indústria dos lanifícios, na Fábrica de Santa Clara predominavam teares de fiação contínua, com 2.000 fusos, absorvendo toda a produção da fiação para os comerciantes de Lisboa, Porto e Coimbra. Com uma fraca incidência de desemprego, «les hommes gagnent 10 à 15\$ pour une journée de 8 heures et les femmes 5\$. Les tisseurs sont payés à la tâche et se font jusqu'à 150\$ par semaine»¹⁹⁴. Por outro lado, nas fábricas do Norte do País, predominava a produção algodoeira. O autor dá-nos a conhecer a situação da Fábrica do Rio Vizela, em 1933, demonstrando que a fiação e a tecelagem do algodão faziam-se em tear contínuo de 380 a 420 fusos, por 58 horas semanais¹⁹⁵. Os operários recebiam um salário relativamente baixo, mas «à la Noël, chaque ouvrier reçoit une couverture; depuis la guerre, l'usine donne de la farine de maïs; elle loue des maisons à 10\$ par mois»¹⁹⁶. Na cidade de Guimarães, o autor afirma: «j'ai visité plusieurs usines, installées dans la banlieue immédiate de la ville»¹⁹⁷, dando como exemplo uma fábrica de tecidos de linho e de algodão, com uma força motriz elétrica de 0,40 kwt/hora, cuja equipa era composta

¹⁹⁰ ROSAS, Fernando (coord.) — «O Estado Novo», p. 69.

¹⁹¹ ROSAS, Fernando — *O Estado Novo nos anos trinta, 1928-1938*, p. 63.

¹⁹² «Registo do Trabalho Nacional». *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 150. Lisboa: Imprensa Nacional, 1931, p. 23.

¹⁹³ *Idem*, p. 35-55.

¹⁹⁴ DESCAMPS, Paul — *Le Portugal: la vie sociale actuelle*. Paris: Firmin-Didot, cop. 1935, p. 331.

¹⁹⁵ *Idem*, p. 335.

¹⁹⁶ *Idem, ibidem*.

¹⁹⁷ *Idem*, p. 336.

por 150 mulheres e 300 homens¹⁹⁸. No Porto, a Fábrica de António Francisco Nogueira, de tecidos de seda, operava com uma potência motriz de 100HP e 400 operários, sendo que «on estime le rendement de l'ouvrier aux $\frac{3}{4}$ du Lyonnais»¹⁹⁹.

Em 1930, a indústria têxtil portuguesa «a employé 17.647 hommes et 12.919 femmes (dont 8.987 en ateliers domestiques)»²⁰⁰.

¹⁹⁸ *Idem, ibidem.*

¹⁹⁹ *Idem, p. 338.*

²⁰⁰ *Idem, p. 339.*

2. A evolução legislativa sobre as marcas comerciais e industriais

2.1. A legislação mundial: a Convenção de Paris e o Acordo de Madrid

As marcas registadas, como as conhecemos atualmente, surgem no século XIX, num contexto de expansão dos mercados e do nascimento de grandes companhias empresariais. A Espanha assumiu o pioneirismo na legislação sobre as marcas, com a difusão de uma iniciativa governamental para prevenir a pirataria no mundo ocidental²⁰¹. Até à segunda metade do século XIX, existia um sistema de proteção de marcas que garantia a diferenciação de produtos e a monitorização do pagamento de impostos²⁰². Em 1850, como resposta à necessidade de combater as falsificações das marcas industriais e, de forma a garantir o direito de propriedade, foi fundado, por decreto real, o registo nacional de marcas²⁰³ na *Gaceta de Madrid*²⁰⁴. A revisão de 1858 determinou a proibição da importação de produtos estrangeiros e reconheceu a realização de acordos com a Bélgica, o Reino Unido, a França e os Estados Unidos da América²⁰⁵.

A França foi, igualmente, um dos primeiros países a instituir um sistema nacional de registo de marcas, em oposição ao sistema de corporações, no seguimento da lei de 23 de junho de 1857²⁰⁶. A nova revisão completa da legislação das marcas visava a proteção de nomes de propriedade francesa em países estrangeiros, através de acordos bilaterais. Ainda assim, a lei de 1857 não organizou regionalmente o registo de marcas da França, apesar de serem apresentados todos os registos anuais pela inspeção de Paris²⁰⁷. Relativamente aos Estados Unidos, em 1870 foi aprovado o registo federal das marcas, sendo publicados, semanalmente, no *Official Gazette of the United States Patent Office*²⁰⁸.

²⁰¹ SÁIZ, Patricio; FERNÁNDEZ PÉREZ, Paloma — «Catalonian Trademarks and the Development of Marketing Knowledge in Spain, 1850-1946», p. 241.

²⁰² *Idem*, p. 243.

²⁰³ A 29 de setembro de 1880, a legislação do registo nacional de marcas foi estendida a marcas comerciais.

²⁰⁴ SÁIZ, Patricio; FERNÁNDEZ PÉREZ, Paloma — «Catalonian Trademarks and the Development of Marketing Knowledge in Spain, 1850-1946», p. 244-245.

²⁰⁵ *Idem*, p. 244.

²⁰⁶ DUGUID, Paul; MERCER, John; LOPES, Teresa da Silva — «Reading Registrations. An Overview of 100 Years of Trademark Registrations in France, the United Kingdom, and the United States», p. 2.

²⁰⁷ *Idem*, p. 5.

²⁰⁸ *Idem*, p. 6.

No Reino Unido, através do *Trade Marks Registration Act* (1875), as marcas de fabrico e de comércio começaram a ser registadas em 1876²⁰⁹.

A 20 de março de 1883, no seguimento da assinatura da Convenção da União de Paris, foi criada a União Internacional para a Proteção da Propriedade Industrial, constituída por onze países: Bélgica, Brasil, Espanha, França, Guatemala, Itália, Países Baixos, Portugal, São Salvador, Sérvia e Suíça²¹⁰. O principal objetivo deste acordo consistia em responder «ao desígnio de proteger a propriedade industrial de forma eficaz e extensa num grande número de países»²¹¹ e compreender «disposições gerais, que se aplicam ao conjunto de propriedade industrial e disposições específicas, relativas aos diferentes objetos da propriedade industrial»²¹².

Tratando-se do texto mais importante que foi concluído para garantir a proteção da propriedade industrial, em termos gerais, o artigo 2.º da Convenção da União de Paris, no que se refere às patentes de invenção, desenhos, nomes e marcas industriais e comerciais, indica que «les sujets ou citoyens de chacun des États contractants jouiront, dans tous les autres États de l'Union [...] des avantages que les lois respectives accordent actuellement ou accorderont par la suite aux nationaux»²¹³. Do mesmo modo, os cidadãos de países não signatários, que estivessem estabelecidos – «qui sont domiciliés ou ont des établissements industriels ou commerciaux»²¹⁴ – no território de um país-membro, eram equiparados aos súbditos dos Estados da União Internacional para a Proteção da Propriedade Industrial²¹⁵.

No que diz respeito ao registo de marcas comerciais e industriais nos países da União, o artigo 6.º da Convenção de Paris apresentava cláusula de que qualquer marca registada no seu país de origem «sera admise au dépôt et protégée telle quelle dans tous les autres pays de l'Union [...] Sera considéré comme pays d'origine le pays où le déposant a son principal établissement»²¹⁶. Além disso, o artigo 12.º exigia que os países

²⁰⁹ BENTLY, Lionel; DAVIS, Jennifer; GINSBURG, Jane C. (ed.) — *Trade Marks and Brands: An Interdisciplinary Critique*, 2008, p. 42.

²¹⁰ *Convention de Paris pour la Protection de la Propriété Industrielle du 20 Mars 1883*. WIPO – World Intellectual Property Organization [Consult. 17 mar. 2022]. Disponível em: <<https://wipolex.wipo.int/en/treaties/textdetails/12995>>.

²¹¹ ALMEIDA, Alberto Ribeiro de — *Denominação de Origem e Marca*, p. 144.

²¹² *Idem, ibidem*.

²¹³ *Convention de Paris pour la Protection de la Propriété Industrielle du 20 Mars 1883*. WIPO – World Intellectual Property Organization [Consult. 17 mar. 2022]. Disponível em: <<https://wipolex.wipo.int/en/treaties/textdetails/12995>>.

²¹⁴ *Idem, ibidem*.

²¹⁵ *Idem, ibidem*.

²¹⁶ *Idem, ibidem*.

signatários publicassem um boletim oficial que incluísse informações básicas sobre «brevets d'invention, des dessins ou modèles industriels et des marques de fabrique ou de commerce»²¹⁷.

Relativamente à legalização do registo de marcas, o artigo 9.º estabelecia sanções a aplicar a qualquer produto que utilizasse ilegalmente uma marca registada ou nome comercial, assumindo que «pourra être saisi à l'importation dans ceux des États de l'Union dans lesquels cette marque ou ce nom commercial ont droit à la protection légale»²¹⁸. Por outro lado, o artigo 10.º, com o objetivo de proteger as indicações de proveniência, «mandava aplicar as sanções que o artigo 9.º [...] estabelecia para os produtos que contivessem ilicitamente uma marca ou nome comercial»²¹⁹. Destarte, o artigo 10.º determinava que as falsas indicações de proveniência seriam reprimidas quando assinalassem o nome de uma localidade específica, conjuntamente com um nome comercial fictício, ou «quando, embora o verdadeiro nome fosse indicado, este fosse usado com intenção fraudulenta»²²⁰. Efetivamente, seria considerado culpado de falsificação «tout fabricant ou commerçant engagé dans la fabrication ou le commerce de ce produit, et établi dans la localité faussement indiquée comme provenance»²²¹. Todavia, de acordo com Alberto Ribeiro de Almeida, o âmbito do artigo 10.º «é limitado pelo facto de as jurisdições de cada país serem as únicas competentes para determinar se existe uma indicação de proveniência falsa»²²².

As interrogações sobre a Convenção da União de Paris deram origem a um novo acordo internacional²²³. O Acordo de Madrid de 1891 resultou na formação do registo internacional de marcas de fabrico e comércio, em Genebra, permitindo aos cidadãos dos países subscritores – Brasil, Espanha, França, Grã-Bretanha, Guatemala, Portugal, Suíça e Tunísia – registar as suas marcas em todos os países selecionados, mediante a apresentação de um único pedido²²⁴.

De acordo com Alberto Francisco de Almeida, perante as lacunas do artigo 10.º da Convenção da União de Paris, o Acordo de Madrid tinha por objetivo «a repressão das

²¹⁷ *Idem, ibidem.*

²¹⁸ *Idem, ibidem.*

²¹⁹ ALMEIDA, Alberto Ribeiro de — *Denominação de Origem e Marca*, p. 145.

²²⁰ *Idem*, p. 148.

²²¹ *Convention de Paris pour la Protection de la Propriété Industrielle du 20 Mars 1883*. WIPO – World Intellectual Property Organization [Consult. 17 mar. 2022]. Disponível em: <<https://wipo.int/en/treaties/textdetails/12995>>.

²²² ALMEIDA, Alberto Ribeiro de — *Denominação de Origem e Marca*, p. 151.

²²³ *Idem*, p. 155.

²²⁴ SÁIZ, Patricio; FERNÁNDEZ PÉREZ, Paloma — «Catalonian Trademarks and the Development of Marketing Knowledge in Spain, 1850-1946», p. 244.

fraudes envolvidas no uso de indicações de proveniência por pessoas que não tenham o direito a tal uso»²²⁵, indicando que, «si la législation d'un État n'admet pas la saisie à l'importation, cette saisie sera remplacée par la prohibition d'importation»²²⁶. Não obstante, estas disposições não impedem que:

Le vendeur indique son nom ou son adresse sur les produits provenant d'un pays différent de celui de la vente; mais, dans ce cas, l'adresse ou le nom doit être accompagné de l'indication précise et en caractères apparents du pays ou du lieu de fabrication ou de production²²⁷.

2.1. A adesão de Portugal

Em Portugal, com a assinatura da Convenção da União de Paris, deu-se a aprovação da «lei das marcas», de 4 junho de 1883. Esta legislação dava início ao registo de marcas comerciais e industriais, dando a conhecer aos consumidores informação sobre os diferentes produtos²²⁸, através do *Boletim de Propriedade Industrial*. A partir desta «lei das marcas», a legislação portuguesa vai sofrendo alterações, destacando-se, em 1894, o decreto n.º 6 sobre a propriedade industrial e, no seguimento da regulamentação para a sua execução, estabeleceram-se as primeiras tabelas de classificação dos produtos, em 1895, sendo, posteriormente, substituídas pelo decreto de 1 de março de 1901.

2.1.1. A «lei das marcas» de 1883

Por proposta do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, a Câmara dos Deputados e a Câmara dos Pares aprovaram a primeira «lei das marcas», publicada em 4 de junho de 1883, na sequência da Convenção de Paris, de 20 de março desse ano.

No primeiro capítulo, a lei apresentava as disposições gerais para o uso das marcas, considerando, no artigo 1.º, que «todo o industrial ou comerciante tem o direito de assinalar os produtos da sua indústria ou os objetos do seu comércio, usando de marcas especiais e distintivas, e bem assim o de as fazer carimbar pelo Estado»²²⁹. No capítulo

²²⁵ ALMEIDA, Alberto Ribeiro de — *Denominação de Origem e Marca*, p. 159-160.

²²⁶ *Arrangement concernat la repression des fausses indications de provenances sur les marchandises*, 14.04.1891. WIPO – World Intellectual Property Organization [Consult. 18 mar. 2022]. Disponível em: <<https://wipo.int/en/treaties/textdetails/12882>>.

²²⁷ *Idem, ibidem*.

²²⁸ PEREIRA, Gaspar Martins; CRUZ, Marlene — «Origem e distinção: as marcas de vinhos no final do século XIX». *CEM – Cultura, Espaço & Memória*, n.º 8, dezembro 2017, p. 409-410.

²²⁹ *Diário do Governo*, n.º 129, 11 de junho de 1883, p. 1367.

segundo, referente às disposições das marcas, a lei esclarecia que se consideravam «marcas de fábrica ou de comércio todos os sinais que servirem para distinguir os produtos de uma indústria ou os objetos de um comércio»²³⁰, podendo-se aplicar denominações, emblemas, desenhos, divisas ou, até mesmo, as assinaturas dos proprietários, como forma distintiva. Todavia, o artigo n.º 5.º realçava a importância de alguns preceitos na adoção das marcas industriais ou comerciais, indicando que «nenhum industrial ou comerciante se poderá apropriar de marca já usada por outrem»²³¹ nem utilizar falsas designações de proveniência:

A ninguém é lícito incluir na marca [...] a indicação de um país, de uma região ou de uma localidade onde não hajam sido produzidos [...]; a designação de uma fábrica ou estabelecimento mercantil, que os não tenha fabricado ou negociado; ou a inscrição de uma firma ou de um nome próprio que não possa legitimamente usar²³².

Para se efetuarem os pedidos de registos de marcas, os industriais ou os comerciantes portugueses deveriam efetuar o pedido na repartição do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, fazendo-se acompanhar de «três exemplares da marca a depositar, e de uma certidão que prove não se achar registada, a favor de outrem»²³³. Posteriormente, concluído o requerimento e extraídos os títulos comprovativos da propriedade das marcas, «a respetiva repartição [...] dará publicidade no *Diário do Governo* aos depósitos e registos que efetuar»²³⁴. Às marcas que tenham sido devidamente registadas, poder-se-á, a requerimento dos interessados²³⁵, apor um carimbo oficial do Estado sobre uma parte da marca, estabelecendo «a presunção legal da autenticidade das marcas a que se aplicar»²³⁶.

No que diz respeito às disposições relativas aos estrangeiros, de acordo com o artigo 28.º, considerava-se que «os estrangeiros que em Portugal exercerem indústria ou comércio gozarão dos direitos e garantias concedidos aos súbditos portugueses, uma vez que se conformem com as disposições da presente lei»²³⁷. Do mesmo modo, os estrangeiros «cuja indústria ou comércio se exercer fora de Portugal gozarão neste reino

²³⁰ *Idem, ibidem.*

²³¹ *Idem, ibidem.*

²³² *Idem, ibidem.*

²³³ *Idem, ibidem.*

²³⁴ *Idem, ibidem.*

²³⁵ De acordo com a § 1.º, do artigo 11.º, o requerimento deve indicar o número e qualidade das marcas que se pretende autenticar, e será assinado pelo proprietário dessas marcas ou por seu legítimo procurador. *Idem, ibidem.*

²³⁶ *Idem, ibidem.*

²³⁷ *Idem, ibidem.*

dos mesmos direitos e garantias que a legislação do seu país conceder aos súbditos portugueses»²³⁸. Contudo, os produtos de origem estrangeira que chegarem a Portugal e contenham o nome de uma firma industrial ou comercial, estabelecida em território nacional – além de se verificar semelhanças com uma marca registada portuguesa –, serão apreendidos nas alfândegas do País. Ainda assim, a lei de 1883 prevê que a apresentação de um «documento autêntico ou autenticado, pelo qual se prove que com a anuência do interessado se usou da marca, nome ou firma que se encontrar nos produtos vindos do estrangeiro», permita a circulação dos produtos no território português.

Por fim, importa realçar a importância das disposições penais estabelecidas pela «lei das marcas» de 1883. Pelo artigo 13.º, os indivíduos que procederem à falsificação de uma marca – ou seja, a reprodução integral e fraudulenta de uma marca pertencente a outrem – ou os que «de má-fé venderem os puserem à venda quaisquer objetos que tenham marca falsificada ou fraudulentamente usada»²³⁹, incorrerão na pena de prisão de um a seis meses e na multa de 10\$000 a 100\$000 réis²⁴⁰. Por outro lado, os que imitassem as marcas de forma que pudesse iludir o comprador sofreriam a pena de prisão de quinze dias a três meses e na multa de 5\$000 a 50\$000 réis²⁴¹.

2.2.2. O decreto de 1894 sobre a propriedade industrial

A 15 de dezembro de 1894, foi submetido ao rei D. Carlos um projeto de decreto, «nascido do convencimento de que a nossa legislação industrial [...] tem ainda grandes deficiências, a que é de evidente necessidade prover-se»²⁴². Apesar dos aperfeiçoamentos da legislação portuguesa sobre a propriedade industrial, «tendo nós procurado sempre acompanhar, quanto possível [...] os que se iam realizando lá fora»²⁴³ e aderindo às convenções internacionais, as disposições legislativas encontravam-se incompletas, sendo, portanto, necessário colmatar as lacunas existentes.

Até ao decreto de 1894 sobre a propriedade industrial tinha-se como «base» legislativa a «lei das marcas» de 1883. O decreto de 1894, dividido em dez títulos, abordava diversos aspetos sobre as patentes de invenções, os desenhos e os modelos, as

²³⁸ *Idem, ibidem*, p. 1367-1368.

²³⁹ *Idem, ibidem*, p. 1367.

²⁴⁰ *Idem, ibidem*.

²⁴¹ *Idem, ibidem*.

²⁴² Decreto de 15.12.1894. *Diário do Governo*, n.º 286, de 17 de dezembro de 1894, p. 3398.

²⁴³ *Idem, ibidem*.

marcas de indústria e comércio, os nomes industriais e comerciais, as recompensas e os casos de violação dos segredos de fábrica²⁴⁴.

Atentando no registo de marcas industriais e comerciais – quando comparado com a «lei das marcas», de 1883 – foram estabelecidas novas disposições gerais, no decreto n.º 6, de 1894. A título de exemplo, o artigo 59.º considerava ser «permitido o uso de marcas industriais e comerciais, embora não tenham sido registadas, quando não prejudiquem os direitos de quem tiver feito os registos competentes»²⁴⁵. Ainda assim, o artigo 61.º declarava que «para que uma marca possa considerar-se propriedade exclusiva é essencial que tenha sido registada». Efetivamente, o documento comprovativo da exclusividade do industrial ou do comerciante passou a designar-se «título de registo»²⁴⁶ – podendo o proprietário adicionar à sua marca a designação «marca registada» ou as iniciais «M. R.»²⁴⁷. A duração «do privilégio exclusivo é de dez anos»²⁴⁸. Destarte, a duração das marcas, que era indefinida, passou a ser limitada, mas podiam ser renovadas mediante a apresentação de um pedido de renovação.

Tal como regulamentado na «lei das marcas» de 1883, os pedidos de registos de marcas efetuavam-se por requerimento, a apresentar na repartição do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Para além do estabelecido na lei de 1883, o decreto de 1894 exigia que os pedidos fossem «escritos na língua portuguesa, acompanhados de três exemplares da marca; da sua redução ou cópia fotográfica; de uma descrição, em português, da mesma marca com a designação dos objetos a que se destina»²⁴⁹, sendo que também poderiam ser escritos na língua francesa, «contanto que seja enviado conjuntamente, para despesas de tradução, o adicional de 500 réis por página»²⁵⁰. Consequentemente, a prioridade do registo «será a do dia e hora em que entrar o pedido na repartição»²⁵¹, efetuando-se o aviso dos registos de marcas no *Diário do Governo* e no *Boletim de Propriedade Industrial*²⁵².

Não obstante, a repartição da indústria usufruía da possibilidade de recusar os pedidos de registos de marcas, quando se verificassem ilegalidades não inscritas na lei.

²⁴⁴ *Idem, ibidem*, p. 3398-3403.

²⁴⁵ *Idem, ibidem*, p. 3400.

²⁴⁶ *Idem, ibidem*.

²⁴⁷ *Idem, ibidem*.

²⁴⁸ *Idem, ibidem*.

²⁴⁹ *Idem, ibidem*, p. 3400-3401.

²⁵⁰ *Idem, ibidem*, p. 3401.

²⁵¹ *Idem, ibidem*.

²⁵² *Idem, ibidem*.

Deste modo, seriam recusados os pedidos de registos de marcas que não fossem feitos consoante os termos prescritos, destacando-se outros exemplos, como:

A marca ofenda os bons costumes ou a religião [...] figuras representando chefes de estados, membros das famílias reinantes, brasões, armas, condecorações, sem que prove que foi concedida uma permissão especial pelas pessoas a quem se refere, ou que se tem o direito de usar desses brasões ou armas [...] nomes individuais, firmas ou nomes de coletividades que o requerente não possa legitimamente usar [...] desenhos de medalhas ou se refira a diplomas ou menções honrosas a que não tenha direito [...] falsas indicações de proveniência²⁵³.

No que se refere à autenticidade das marcas, o decreto n.º 6 realçava a dificuldade de distinguir dois géneros de marcas – as de fabrico e as de comércio – questionando:

Dever-se-ão distinguir dois géneros de marcas, as industriais e comerciais, impondo a estas, que não indicam a origem do produto, mas apenas fazem conhecer aquele que depois de o receber o entrega ao comércio, uma taxa mais elevada do que às marcas industriais que se referem ao capital empregado nas máquinas ou meios produtores, ao trabalho consumido na produção, e ao esforço intelectual dirigente?²⁵⁴

Neste aspeto, não alterando a legislação de 1883, o decreto de 1894 assinala que «melhor parece sacrificar a teoria à prática neste ponto, cobrando por ambas a mesma taxa, o que tem a sua justificação nos interesses, que assegura ao industrial e ao comerciante a garantia concedida à sua marca»²⁵⁵. De acordo com o artigo 81.º, os proprietários que pretendessem adicionar o carimbo do Estado à sua marca «impresso, cunhado por punção ou feito a fogo, deverão apresentar [...] os respetivos rótulos, invólucros ou objetos»²⁵⁶.

No que diz respeito às disposições penais, para além do valor das multas terem aumentado significativamente da lei de 1883 para o decreto de 1894, destaca-se o artigo 96.º, estabelecendo na multa de 5\$000 a 100\$000 réis para «os que nas marcas não registadas usarem da indicação – *Marca registada* ou as iniciais *M.R.*»²⁵⁷.

Em 1895 foi aprovado o regulamento para a execução do decreto de 15 de dezembro de 1894 sobre a propriedade industrial. Sobre o registo de marcas em Portugal, o artigo 66.º indica que devia ser «feito na secção da propriedade industrial na repartição da indústria [...] e na mesma secção se aplicará o carimbo do Estado às marcas

²⁵³ *Idem, ibidem.*

²⁵⁴ *Idem, ibidem*, p. 3399.

²⁵⁵ *Idem, ibidem.*

²⁵⁶ *Idem, ibidem*, p. 3401.

²⁵⁷ *Idem, ibidem.*

registadas»²⁵⁸. Quando uma marca se destinasse a objetos «que se acham em mais de uma classe [...] são necessários tantos registos, quantas as classes em que eles se encontram»²⁵⁹. Em casos excepcionais, os industriais e os comerciantes deveriam apresentar à repartição industrial a procuração passada a favor da pessoa que assinasse o requerimento, «quando este não foi assinado por quem pretende o registo»²⁶⁰, bem como documentos que comprovassem o uso de nomes, figuras de chefes de Estado, armas, brasões e o direito de utilizar os desenhos de recompensas. Adiantava-se, no artigo 108.º, que se o proprietário de uma marca desejasse introduzir alguma modificação, como «o aditamento de recompensa, poderá fazer-se a seu pedido»²⁶¹, consoante o pagamento de uma taxa e, uma vez aceite, o primitivo registo seria substituído.

Não obstante, no registo das marcas internacionais, o artigo 120.º do regulamento de 1895 informava que «toda a pessoa, firma, sociedade com domicílio ou sede em Portugal e seus domínios, ou possuindo ali um estabelecimento [...] proprietária de uma marca registada»²⁶² que pretendesse garantir a proteção nos Estados que aderiram ao Acordo de Madrid de 1891, deveria enviar um requerimento escrito em língua francesa ou na portuguesa, «assinado pelo proprietário da marca ou pelo seu procurador, com a indicação do seu endereço [...] profissão, e dos produtos a que é destinada a marca, bem como dos números do registo em Portugal»²⁶³. Do mesmo modo, os interessados, além de remeterem os três exemplares da marca a registar, deveriam ainda enviar uma matriz tipográfica de cobre, «um cheque ou letra de câmbio do valor de 100 francos à ordem do *Bureau International* de Berne»²⁶⁴ e duas quantias – de 2\$500 e 2\$000 réis, respetivamente – para as despesas do trabalho e da correspondência. De acordo com o artigo 124.º, «a proteção internacional das marcas vigora por vinte anos»²⁶⁵.

Quanto ao mais, é importante realçar as primeiras tabelas de classificação dos produtos, estabelecida no regulamento de 1895 para a execução do decreto de 1894. Este regulamento apresenta uma tabela de atividades económicas com uma divisão em 21 setores – sendo que os têxteis se distribuía entre «III. Artes têxteis» e «XIX. Vestuário». Para o nosso propósito, é mais importante uma segunda tabela aí apresentada, com a

²⁵⁸ Regulamento para a execução do decreto n.º 6, de 15 de dezembro de 1894, sobre a propriedade industrial, 28.03.1895. *Diário do Governo*, n.º 75, 04.04.1895, p. 902.

²⁵⁹ *Idem, ibidem*, p. 902-903.

²⁶⁰ *Idem, ibidem*, p. 903.

²⁶¹ *Idem, ibidem*.

²⁶² *Idem, ibidem*, p. 904.

²⁶³ *Idem, ibidem*.

²⁶⁴ *Idem, ibidem*.

²⁶⁵ *Idem, ibidem*.

classificação dos produtos em 91 classes. As classes 65 («tapetes e passadeiras»), 77 («estamparia»), 78 («sedas e tecidos em que ela entra»), 79 («lãs e pelos e tecidos em que entram»), 80 («linhos, algodões, fibras similares e tecidos em que entram»), 82 («vestuário»), 83 («rendas») e 85 («bordados») eram destinadas aos têxteis²⁶⁶.

Com os regulamentos executados pelo Governo, na sequência do decreto de 1894, a lei foi aprovada a 21 de maio de 1896, mantendo as disposições apresentadas sobre as marcas industriais e comerciais no decreto n.º 6, de 1894, sobre a propriedade industrial.

2.2.3. A tabela de classificação de produtos de 1901

A 1 de março de 1901, o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria decretou – de acordo com o artigo 236.º disposto na lei de 1896, onde se lê «o governo fará os regulamentos necessários para a execução desta lei»²⁶⁷ – a substituição da segunda tabela «anexa ao regulamento aprovado por decreto de [...] 1895 para registo das marcas [...] pelo que faz parte integrante deste decreto»²⁶⁸.

No artigo 2.º do decreto de 1901, regulamentava-se que «as marcas industriais e comerciais, depositadas e as registadas até à presente data, serão agrupadas pela forma indicada na nova tabela, sem prejuízo dos direitos dos interessados»²⁶⁹. Do mesmo modo, assim que se recebesse notificações da repartição internacional de Berne «de ter sido depositada ali qualquer marca industrial ou comercial, será disso dado conhecimento ao público [...] convidando os interessados a examinarem a mesma marca na repartição». Findo o prazo de três meses para apresentação das reclamações e verificando-se não haver motivos para se recusar a proteção²⁷⁰ à marca internacional em Portugal, «as anulações, eliminações, renúncias, transmissões e outras mudanças que se operarem na propriedade das marcas de que se trata, serão devidamente registadas»²⁷¹.

A nova tabela de classificação dos produtos para o registo das marcas industriais e comerciais, a que se refere o artigo 1.º do decreto de 1901, encontra-se dividida em nove categorias, nomeadamente: «I – Produtos agrícolas»; «II – Matérias parcialmente

²⁶⁶ *Idem, ibidem*, p. 907-908.

²⁶⁷ Lei de 30.04.1896. *Diário do Governo*, n.º 119, 28.05.1896, p. 1373.

²⁶⁸ Decreto de 01.03.1901. *Diário do Governo*, n.º 52, 06.03.1901, p. 605.

²⁶⁹ *Idem, ibidem*.

²⁷⁰ De acordo com o artigo 6.º, do decreto de 1901, no caso de se verificar que a marca não pode ser protegida em Portugal, «a Direção Geral do Comércio e Indústria assim o declarará à repartição internacional de Berne, indicando qual é o recurso facultado ao interessado nos termos da legislação portuguesa, e o prazo dentro do qual pode ser interposto esse recurso». *Idem, ibidem*.

²⁷¹ *Idem, ibidem*.

preparadas»; «III – Ferramentas, máquinas, transportes»; «IV – Construção»; «V – Mobiliário e artigos domésticos»; «VI – Fios, tecidos, tapeçarias e vestuário»; «VII – Artigos de fantasia»; «VIII – Alimentação» e «IX – Ensino, ciências, belas artes, diversos». As classes 44.^a («fios e tecidos de lã ou qualquer outro pelo»), 45.^a («fios e tecidos de seda»), 46.^a («fios e tecidos [...] de linho e outras fibras não classificadas»), 47.^a («fios e tecidos de algodão»), 49.^a («roupa branca de casa e corpo»), 51.^a (bordados, passamanarias»), 52.^a («artigos de malha») e 55.^a («toldos [...] e encerados»), correspondem às marcas de têxteis²⁷².

²⁷² *Idem, ibidem.*

3. As marcas de têxteis em Portugal (1883-1933)

3.1. A evolução do uso das marcas de têxteis face ao conjunto das marcas registadas

As marcas registadas surgiram no século XIX, como uma estratégia defensiva das grandes companhias empresariais para diferenciarem os seus produtos das manufaturas estrangeiras e na luta pelo mercado interno²⁷³.

A partir da segunda metade do XIX, grande parte dos países europeus e latino-americanos procedeu à promulgação de legislação que estabelecia os registos de marcas. Como já referimos, no mundo ocidental, a legislação nacional sobre as marcas registadas foi iniciada em Espanha, como resposta à necessidade de combater as falsificações das marcas industriais, fundando, em 1850, por decreto real, o primeiro registo nacional de marcas²⁷⁴. A França foi, igualmente, um dos primeiros países a estabelecer um sistema de registo de marcas, em oposição ao sistema de corporações, com a lei de 23 de junho de 1857²⁷⁵, seguindo-se os Estados Unidos, em 1870. Não obstante, o Reino Unido, «had no trade mark law *per se* until it instituted a system of registration in 1876»²⁷⁶, com a aprovação do *Trade Marks Registration Act*²⁷⁷ e, entre outros países, Portugal, em 1883.

A década de oitenta de Oitocentos foi marcada pela aprovação do primeiro acordo internacional no âmbito da defesa e rentabilização dos direitos de propriedade em diversos setores da atividade económica: a Convenção Internacional de Paris, em março de 1883. Com a sua assinatura, estabeleceram-se os princípios de proteção da Propriedade Industrial, prevalecendo a exigência de que os países signatários publicassem um boletim oficial que incluísse informações básicas sobre as marcas.

Com a publicação dos boletins de propriedade industrial, e tomando como exemplo, o caso da Espanha, apesar da evolução das marcas registadas ter sido, inicialmente, lenta, de acordo com Patrício Sáiz e Paloma Fernández Pérez, «the last third of the nineteenth century, registrations increased dramatically, and trademarks entered a

²⁷³ SÁIZ, Patricio; FERNÁNDEZ PÉREZ, Paloma — «Catalonian Trademarks and the Development of Marketing Knowledge in Spain, 1850-1946», p. 242.

²⁷⁴ *Idem*, p. 243-244.

²⁷⁵ DUGUID, Paul; MERCER, John; LOPES, Teresa da Silva — «Reading Registrations. An Overview of 100 Years of Trademark Registrations in France, the United Kingdom, and the United States», p. 2.

²⁷⁶ *Idem*, p. 1.

²⁷⁷ *Idem*, p. 7.

sustained growth cycle that lasted until the 1940s»²⁷⁸. No final do século XIX, a França assumia a predominância nos registos de marcas, registando «more than 10,000 marks each year»²⁷⁹ – sendo que, cinquenta anos mais tarde rondavam as 20.000 marcas por dia²⁸⁰ – e, no Reino Unido, após as revisões efetuadas na legislação anglo-saxónica, de 1883 a 1919, verificou-se um aumento da taxa anual de registo²⁸¹.

Em Portugal, com a aprovação da Carta de Lei sobre as marcas de fabrico ou de comércio, a 4 de junho de 1883, foi criado o registo de marcas para os produtos comerciais e industriais, passando a ser «reconhecida a propriedade das marcas [...], que tiverem sido devidamente depositadas e registadas»²⁸², no *Boletim da Propriedade Industrial*. Com a adoção das marcas de fábrica e/ou de comércio pelos portugueses e pelos estrangeiros, a partir da década de oitenta de Oitocentos até aos anos trinta do século XX efetuaram-se, aproximadamente, 42.810 pedidos de registos de marcas.

No setor dos têxteis, o dinamismo industrializador português do século XIX motivou a instalação de grandes unidades fabris, para além de prevalecerem as oficinas e a produção tradicionalmente doméstica. Como estratégia defensiva, os industriais e os comerciantes optavam pela utilização das marcas registadas, para diferenciarem os seus produtos. Partindo do primórdio oficial dos registos de marcas e até 1933, foram efetuados 2.303 pedidos de registos de marcas de têxteis. Estes dados preliminares remetem-nos a uma interrogação para a qual não encontramos uma resposta pertinente: sendo um dos setores mais importantes da economia portuguesa, por que razão os registos de marcas de têxteis foram pouco significativos quando comparados à totalidade das marcas registadas?

Trata-se de uma questão que procuraremos fundamentar com o progresso da investigação. Não é de estranhar que os registos de marcas de têxteis tenham um percurso com grandes flutuações anuais, passando de 0 a 39 registos, entre 1883 até 1886, regredindo, em 1889, para os 4 registos anuais (representando apenas 2,45% do total)²⁸³.

²⁷⁸ SÁIZ, Patricio; FERNÁNDEZ PÉREZ, Paloma — «Catalonian Trademarks and the Development of Marketing Knowledge in Spain, 1850-1946», p. 247.

²⁷⁹ DUGUID, Paul; MERCER, John; LOPES, Teresa da Silva — «Reading Registrations. An Overview of 100 Years of Trademark Registrations in France, the United Kingdom, and the United States», p. 4.

²⁸⁰ *Idem*, p. 3.

²⁸¹ *Idem*, p. 11.

²⁸² *Diário do Governo*, n.º 129, 11 de junho de 1883, p. 138.

²⁸³ *Diário do Governo*, 1883-1889.

Quadro 1 – Evolução dos registos de marcas de têxteis face ao conjunto das marcas registadas (1883-1933)

Anos	Registos têxteis (n.º)	Total de registos (n.º)	Registos têxteis (%)	Anos	Registos têxteis (n.º)	Total de registos (n.º)	Registos têxteis (%)
1883	-	4	0%	1909	33	928	4%
1884	-	50	0%	1910	40	947	4%
1885	33	137	24%	1911	39	981	4%
1886	39	147	27%	1912	30	1264	2%
1887	29	244	12%	1913	58	1198	5%
1888	27	132	20%	1914	57	1017	5%
1889	4	163	2%	1915	27	1029	2%
1890	14	113	12%	1916	16	708	2%
1891	48	116	41%	1917	27	796	3%
1892	14	137	10%	1918	40	1245	3%
1893	27	153	18%	1919	60	978	6%
1894	3	266	1%	1920	35	2005	2%
1895	25	396	6%	1921	32	786	4%
1896	66	566	12%	1922	65	1729	4%
1897	96	589	16%	1923	53	1289	4%
1898	26	519	5%	1924	102	2297	4%
1899	26	366	7%	1925	45	842	5%
1900	13	356	4%	1926	63	951	7%
1901	15	241	6%	1927	62	1352	5%
1902	49	870	6%	1928	65	1524	4%
1903	51	978	5%	1929	112	1523	7%
1904	67	1150	6%	1930	73	1537	5%
1905	46	875	5%	1931	94	1402	7%
1906	47	936	5%	1932	100	1582	6%
1907	61	889	7%	1933	90	1389	6%
1908	40	729	5%	[1934	19]		

Fonte: *Diário do Governo*, 1883-1913. *Boletim da Propriedade Industrial*, 1914-1933.

O mesmo não aconteceu no Reino Unido. Em 1883, depois da ampliação da lei, o registo de marcas de algodão atingiu valores assinaláveis²⁸⁴ e verificou-se o aumento da taxa anual de registo, em 1883, 1888, 1906 e 1919²⁸⁵. Detalhadamente, entre 1882 e 1892, as marcas de algodão assumiram uma média ligeiramente superior a 19% na totalidade das marcas registadas, assinalando-se um pico de 45%, em 1883²⁸⁶. Ainda assim, há que salientar que, em 1875, mais de 44.000 marcas de algodão foram registadas em Manchester e Londres, graças sobretudo à enorme quantidade de duplicações e pelo facto

²⁸⁴ DUGUID, Paul; MERCER, John; LOPES, Teresa da Silva — «Reading Registrations. An Overview of 100 Years of Trademark Registrations in France, the United Kingdom, and the United States», p. 10.

²⁸⁵ *Idem*, p. 11.

²⁸⁶ HIGGINS, David; TWEEDALE, Geoffrey — «The Trade Mark Question and the Lancashire Cotton Textile Industry, 1870–1940», p. 209.

de os comerciantes não poderem reivindicar a exclusividade da sua propriedade²⁸⁷. Do mesmo modo, em Espanha, tomando como exemplo o caso da Catalunha, entre 1850 e 1905, registaram-se 6.421 marcas²⁸⁸, tornando-se os registos de marcas de têxteis liderantes e superando a média nacional com 40% dos registos²⁸⁹. Tal como apresentam Patrício Sáiz e Paloma Fernández Pérez, «textile entrepreneurs strongly led trademark registration in total numbers, although the propensity to register, by firm and sector, was higher in chemical goods, paper, food or machinery»²⁹⁰.

Num período de cinquenta anos torna-se difícil separar as conjunturas económicas dos registos de marcas. Entre meados da década de 1880, a crise sentida nos diversos setores da indústria – sobretudo, nos têxteis –, com uma quebra de investimentos industriais²⁹¹, coincidiu com o início dos registos de marcas em Portugal. Até se chegar à crise financeira que se manifestou em 1890, as marcas de têxteis assumiram, em média, 19 registos por ano²⁹², representando cerca de 15% do total de 877 registos (125 por ano) efetuados entre 1883 e 1889²⁹³.

A crise geral da década de 90 de Oitocentos até à viragem do século manifestou-se, nos têxteis, pela superprodução. Apesar das transformações da economia mundial e da adoção de uma pauta alfandegária protecionista, o número de registos de marcas aumentou, exponencialmente, entre 1890 e 1897²⁹⁴. Curiosamente, na década de 1890, as marcas de têxteis representavam uma percentagem muito significativa – cerca de 35% – face ao conjunto das marcas registadas²⁹⁵. Destaca-se o ano de 1891, com 48 registos perante os 116 registos totais, alcançando a maior percentagem (41%) dos registos de marcas de têxteis face ao total, num período de cinquenta anos²⁹⁶. Outrossim, o aumento gradual dos registos de marcas de têxteis poderá relacionar-se com o incremento das exportações de panos para África, que «arrastou a uma nova eufórica fase de investimento na indústria têxtil»²⁹⁷, uma vez que os industriais viam nos mercados africanos a solução para a atenuação da crise por que estavam a passar²⁹⁸.

²⁸⁷ *Idem*, p. 212.

²⁸⁸ *Idem*, p. 240.

²⁸⁹ *Idem*, p. 250.

²⁹⁰ *Idem*, p. 252.

²⁹¹ PEREIRA, Gaspar Martins — «O Porto industrial na segunda metade do século XIX», p. 11.

²⁹² Convém realçar que a maioria dos registos, neste período, era de firmas estrangeiras.

²⁹³ *Diário do Governo*, 1883-1889.

²⁹⁴ *Diário do Governo*, 1890-1902.

²⁹⁵ *Diário do Governo*, 1890-1899.

²⁹⁶ *Diário do Governo*, 1891.

²⁹⁷ PEREIRA, Gaspar Martins — «O Porto industrial na segunda metade do século XIX», p. 12.

²⁹⁸ CORDEIRO, José Manuel Lopes — *A indústria portuense no século XIX*, p. 479.

As diversas causas da crise da indústria têxtil mantiveram-se ao longo da primeira década do século XX. A despeito da proteção concedida aos mercados coloniais, a quebra da exportação dos produtos têxteis para África «e a inércia do ritmo de produção provocaram aumento de stocks [...] com uma crise que se estendeu até 1903».²⁹⁹ E o mesmo se fez sentir no conjunto das marcas registadas. A partir de 1899, assinalou-se uma decadência acentuada nos registos de marcas até 1902, verificando-se, posteriormente, embora com algumas oscilações, um aumento significativo nos anos que se seguiram. No caso das marcas de têxteis, o seu percurso foi pouco expressivo, representando, em média, 4% no conjunto dos registos, até 1913. Uma análise simples dos registos de marcas neste período revela, como seria de esperar com a profunda crise que o setor têxtil atravessava, uma fraca representação das marcas de têxteis, entre 1900 e 1901 – com a soma de 28 registos nesses dois anos. O aumento do número de registos nos anos seguintes³⁰⁰ não esbateu a fraca representação dos têxteis no conjunto no conjunto das marcas registadas em Portugal, desde então até 1933, nunca ultrapassando os 7%. Numa perspetiva comparativa, poderíamos destacar, novamente, o caso do Reino Unido, cujos «registration figures seem to reflect the initial downturn, dropping [...] in 1899 and 1901»³⁰¹.

No quadriénio 1914-1918, a Grande Guerra não deixava vislumbrar o fim da grave crise que se vivenciava no nosso País. As complicações causadas pelo conflito bélico manifestaram-se nas marcas de fabrico e de comércio em Portugal: a partir de 1914, assinala-se um declínio nos registos de marcas totais, baixando de 1.017, em 1914, para 796 registos, em 1917. Durante este período, a representação das marcas de têxteis nunca ultrapassou, em média, os 3% face ao conjunto das marcas registadas, sendo efetuados 160 registos têxteis, no total de 4.795 registos. Consequentemente, a entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial refletiu-se nos registos de marcas, uma vez que se consumaram, apenas, 16 pedidos de registos têxteis, durante 1916, com uma percentagem de 2% do total de 708 registos, o valor mais baixo desde 1902.

Embora as consequências fossem notórias, a indústria têxtil foi-se desenvolvendo na sombra «de uma multiforme e vital dependência do Estado»³⁰², experimentando um

²⁹⁹ ALVES, Jorge Fernandes — «A indústria têxtil do Norte de Portugal até à década de 1920: representações empresariais», p. 22.

³⁰⁰ Destaca-se o ano de 1904, com 67 registos no total de 1.150 registos, anuais.

³⁰¹ DUGUID, Paul; MERCER, John; LOPES, Teresa da Silva — «Reading Registrations. An Overview of 100 Years of Trademark Registrations in France, the United Kingdom, and the United States», p. 11.

³⁰² ROSAS, Fernando (coord.) — «O Estado Novo», p. 60.

surto marcado nas exportações. Todavia, a depressão de 1920 afetou-as e, «em 1922-1924, atingiram-se os expoentes máximos e o conjunto da exportação têxtil diminui sem cessar»³⁰³. Uma nova crise fazia-se sentir, mas o mesmo não se podia dizer nos registos de marcas industriais e comerciais. Depois do término da Grande Guerra, os registos totais aumentaram de forma surpreendente: entre 1918 e 1924 foram formalizados 10.329 pedidos de registos de marcas – destacando-se o ano de 1924, com o maior número de registos totais (cerca de 2.303 registos) –, apesar de se constatar flutuações anuais significativas³⁰⁴. No setor dos têxteis, entre 1920 e 1924 verificou-se um aumento assinalável dos registos de marcas, passando dos 40 para os 102 registos anuais, representando, em média, 4% do conjunto das marcas registadas. A crise manifestou-se em 1925, ano em que se dá nota de uma quebra significativa nos registos totais (diminuindo de 2.303 para os 842 registos) e, conseqüentemente, nas marcas de têxteis, com uma representação mínima de 5% face às marcas totais.

Tendo em conta a profunda depressão económica que se vivia no País, os finais da década de 1920 e os anos que se seguiram foram determinantes na evolução dos registos de marcas. Com a chegada da Ditadura Militar (1926) e a conseqüente diminuição das despesas públicas, apurou-se um incremento persistente nos registos de marcas até aos anos 30 do século XX. No período agudo da Grande Depressão de 1929, a crise mundial afetou, de forma pouco impactante e relativamente tardia, a economia nacional. Estas conseqüências não são perceptíveis nos registos de marcas: num panorama de catástrofe económica mundial, 1929 correspondeu ao ano em que se apurou o maior número de registos de marcas de têxteis – 112 registos – num período de cinquenta anos, com uma representatividade de 7% face ao conjunto das marcas registadas.

Convém assinalar que, no final deste período, as marcas de têxteis foram disparando, nos registos anuais, para valores mais elevados. Num contexto protecionista, com a implantação de um dispositivo de intervenção estatal – o Condicionamento Industrial –, a partir de 1931, os registos de marcas de têxteis nunca foram inferiores a 80 registos por ano, embora assumissem uma fraquíssima representação percentual no total de registos – cerca de 6% – perante a hegemonia de outros setores.

³⁰³ MARQUES, A. H. de Oliveira — «Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias», p. 130.

³⁰⁴ Exemplo disso foi, em 1920, passarem de 2.005 registos para os 786 registos.

3.2. A distribuição geográfica das empresas que registavam as marcas de têxteis, por setores e períodos

De acordo com o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, no requerimento pré-definido no modelo K, do regulamento de 1895, todos os industriais e/ou comerciantes que pretendessem registar uma marca industrial ou comercial tinham de indicar a localidade da sua residência e do seu estabelecimento ou fábrica³⁰⁵.

O mesmo acontecia além Portugal. Tomando como exemplo o caso da Espanha, a Catalunha, como primeira região industrializada, ultrapassou a região de Valência no domínio do registo de marcas, a partir de 1880³⁰⁶. Entre 1850 e 1905, «Catalan applications, combined with applications submitted from the regions of Valencia and Andalusia, represented more than 75 percent of those filed [...] Madrid [...] submitted about 10 percent of the applications»³⁰⁷. Os registos de marcas por habitantes revelavam uma forte concentração nas zonas mais desenvolvidas e industrializadas do país. A partir da década de oitenta de Oitocentos – até à data, a cidade de Alcoy liderava os registos de marcas valencianas – a atividade de registo da Catalunha concentrava-se, sobretudo, em Barcelona e nos distritos industriais circundantes, atingindo uma média de 80%, entre 1906 e 1946³⁰⁸. Outrossim, no Reino Unido, em 1886, 90% dos pedidos de registo de marcas de algodão vinham diretamente de Manchester e os restantes 10% correspondiam a empresas de Glasgow com filiais na capital britânica³⁰⁹.

Centrando a nossa atenção em Portugal, na primeira metade de Oitocentos assistira-se à instalação de algumas fábricas têxteis, em zonas urbanas, motivada pela «difusão da organização fabril e da produção mecanizada baseada na utilização crescente da força gerada pelo vapor»³¹⁰.

A indústria nortenha, localizada, na sua maioria, na cidade do Porto, demonstrou «um dinamismo que a maior parte dos testemunhos reconhece»³¹¹, quando comparada às restantes regiões do país. Desde o período setecentista, a Real Fábrica de Fiação, Tecido, Estamparia e Curtumes, de Bernardo Clamouse Brown & C.^a funcionara como instituto

³⁰⁵ *Diário do Governo*, n.º 75, 04.04.1895, p. 406.

³⁰⁶ SÁIZ, Patricio; FERNÁNDEZ PÉREZ, Paloma — «Catalonian Trademarks and the Development of Marketing Knowledge in Spain, 1850-1946», p. 247.

³⁰⁷ *Idem*, p. 248.

³⁰⁸ *Idem*, p. 249.

³⁰⁹ *Idem*, p. 218.

³¹⁰ REIS, Jaime — «A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913», p. 207.

³¹¹ JUSTINO, David — *A formação do espaço económico nacional, 1810-1913*, p. 247.

de aprendizagem para os mestres e operários portuenses que decidiram fundar os seus próprios estabelecimentos de pequena dimensão³¹². Ainda que de forma preliminar, começara-se, progressivamente, a transformar a carência do ensino têxtil para uma melhor qualificação da mão-de-obra na indústria portuense.

As décadas de 40 e 50 de Oitocentos foram fundamentais para o aparecimento impetuoso de novos estabelecimentos dedicados à confecção de tecidos de algodão. Num contexto de «soluções pré-industriais»³¹³, o número de oficinas têxteis tinha-se «multiplicado imenso, um pouco por todo o lado no Porto, expandindo-se para as zonas periféricas»³¹⁴. Embora o núcleo nortenho da têxtil algodoeira estivesse concentrado, na sua generalidade, no Porto, em 1845, dá-se a fundação daquela que viria a ser o exemplo mais bem-sucedido da indústria do algodão: a Fábrica de Fiação do Rio Vizela, situada em Negrelos, Santo Tirso. Cerca de dez anos mais tarde, surge uma nova fiação em Gaia e outra em Lordelo. Estes projetos, com a demonstração de lucros elevados, promoveram um entusiasmo crescente nos meios industrialistas, favorecendo o surgimento de novas unidades fabris.

É a partir da década de 1870, numa conjuntura económica favorável a investimentos capitalistas, que se anima a instalação de algumas novas fábricas de grandes dimensões. Envolvido por uma «floresta» industrial, o Porto conheceu, em 1873, a fundação da Fábrica de Fiação a Vapor, em Salgueiros e, entre 1863 e 1875, as fiações situadas no Bonfim – a Companhia de Fiação Portuense e a Companhia de Fiação e Tecidos do Porto³¹⁵. Nos finais da década de 1880, a expressão algodoeira alarga-se «de forma centrifuga em relação ao centro urbano»³¹⁶, surgindo, em 1889, a Fábrica de Fiação e Tecidos da Boavista e, alastrando para a periferia, por iniciativa particular de um italiano, José Mariani, é instalada, em Gaia, a Companhia das Devesas.

Não é de estranhar, por isso, que no total dos registos de marcas, o núcleo nortenho assumisse uma clara predominância, quando comparado com as restantes regiões de Portugal. Independentemente da sua origem, grande parte dos promotores de marcas de têxteis, estavam sediados no centro mercantil do Porto.

³¹² ALVES, Jorge Fernandes — *Fiar e tecer: uma perspetiva histórica da indústria têxtil a partir do Vale do Ave*, p. 21.

³¹³ ALVES, Jorge Fernandes — «Uma nebulosa a noroeste: a indústria algodoeira», p. 94.

³¹⁴ *Idem, ibidem*.

³¹⁵ ALVES, Jorge Fernandes — «A indústria têxtil do Norte de Portugal até à década de 1920: representações empresariais», p. 17.

³¹⁶ ALVES, Jorge Fernandes — «Uma nebulosa a noroeste: a indústria algodoeira», p. 101.

Quadro 2 – Número de registos de marcas de têxteis efetuados na região do Porto (1883-1933)

Localidade	Registos (n.º)	Registos têxteis (%)
Porto	542	24,01%
Matosinhos	70	3,1%
Vila Nova de Gaia	68	3,01%
Santo Tirso	17	0,75%
Póvoa de Varzim	14	0,62%
Maia	1	0,04%
Penafiel	1	0,04%
Vila do Conde	1	0,04%
Total	714	31%* ³¹⁷

Fonte: *Diário do Governo*, 1883-1913. *Boletim da Propriedade Industrial*, 1914-1933.

Entre 1883 e 1933 foram registadas, na área do Porto, 714 marcas de têxteis, representando, em termos percentuais, apenas 1,67% face ao conjunto das marcas registadas. Não obstante, no setor dos têxteis, a indústria portuense e da sua região obteve valores assinaláveis nos registos de marcas, atingindo 31%, em relação ao peso das diferentes marcas de têxteis do resto do País.

Atingindo uma percentagem de 24,01%, o Porto, como cidade industrial, deteve o maior número de registos de marcas de têxteis do distrito nortenho. A esmagadora maioria das grandes empresas estava situada na cidade. A já referida Companhia Fabril de Salgueiros encontrava-se sediada na Rua da Constituição, n.º 575, «na zona extrema da cidade entre as estradas de Braga e Viana»³¹⁸. A primeira das duas fábricas de Monte Belo, a Companhia de Fiação Portuense, situada na Rua de Monte Belo³¹⁹, 1, consistia «em duas edificações isoladas: uma, apalaçada, em frente da rua [...] outra, ao fundo de um campo ajardinado, e que é a fábrica propriamente dita»³²⁰. E a Companhia de Fiação e Tecidos do Porto estava estabelecida na mesma rua³²¹, n.º 53, «colocada paredes meias com a anterior»³²². Ainda no Bairro Oriental, destacavam-se a fábrica de Pimentel & Alves, instalada na Rua das Flores, n.º 150 a 154, o estabelecimento de Manuel Pinto de Azevedo, na Rua do Bonfim, n.º 326 – posteriormente, designada Companhia Fabril do Bonfim, passando para a Rua de Barros Lima, n.º 302 – e do negociante José Narciso de Azevedo, na Rua Mouzinho da Silveira, n.º 289 a 297.

³¹⁷ No total de 2.303 pedidos de registos de marcas de têxteis.

³¹⁸ *Inquérito Industrial de 1881*, p. 119.

³¹⁹ Atual Rua Fernão Magalhães, no Porto.

³²⁰ *Inquérito Industrial de 1881*, p. 120.

³²¹ Na Rua do Monte Belo, poderíamos ainda valorizar a pequena unidade fabril de Zeferino Ferreira Moura, situada no n.º 10.

³²² *Inquérito Industrial de 1881*, p. 120.

O Bairro Ocidental englobava a freguesia de Lordelo do Ouro, onde se localizava a Companhia de Lanifícios de Lordelo, «instalada num estabelecimento, desde o princípio destinada aos lanifícios»³²³, e parte da Boavista, destacando-se a firma industrial dos Graham's, localizada na Avenida da Boavista. Por sua vez, na Rua Central de Francos, n.º 190, estava sediada a conhecida «Fábrica de Francos»³²⁴.

Direcionando-nos para outros concelhos do distrito do Porto, Matosinhos atingiu um marco assinalável nos registos de marcas de têxteis – cerca de 3,1% –, muito graças aos registos efetuados pela Empresa Fabril do Norte, estabelecida no Largo da Senhora da Hora. Do mesmo modo, Vila Nova Gaia obteve 68 registos – numa percentagem de 3,01% –, sobressaindo os registos da sociedade industrial Manufaturas Reunidas, situada na Rua dos Polacos e, na Rua do Barão Corvo, a Fábrica de Fiação e Tecidos de José Mariani, «à beira da estrada de Coimbrões, um pouco ao sul da estação do caminho de ferro»³²⁵. Mais a Norte, em Santo Tirso – com uma representação de 0,75% –, realça-se a colossal Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela, com a unidade fabril instalada em Negrelos, e, na Póvoa de Varzim – com 0,62% –, a industrial Ilda de Almeida Brandão Rodrigues Miranda, com residência em Calves, Beiriz.

Embora numa dimensão mais modesta, com uma proporção de 0,04%, ressalva-se a Companhia de Lanifícios Portuguesa, na Praça do Bom Sucesso, n.º 15, em Pedrouços, na Maia, a fábrica de peúgas do industrial Joaquim da Cunha Tomé, em Penafiel, e, por fim, o estabelecimento de José António Lopes Gomes, na Rua de 5 de Outubro, em Vila do Conde.

Quadro 3 – Número total de registos de marcas de têxteis efetuados na região de Braga (1883-1933)

Localidade	Registos (n.º)	Registos têxteis (%)
Braga	15	0,66%
Guimarães	19	0,84%
Fafe	10	0,44%
Famalicão	16	0,71%
Barcelos	5	0,22%
Total	65	2,82%*

Fonte: *Diário do Governo*, 1883-1913. *Boletim da Propriedade Industrial*, 1914-1933.

Com o passar do tempo, o modelo portuense foi penetrando no Vale do Ave, tornando-se «a maior concentração algodoeira do País, tanto em grandes fábricas como

³²³ *Inquérito Industrial de 1881*, p. 109.

³²⁴ Iguamente designada por «Pereira Gonçalves & C.ª».

³²⁵ «Inquérito Direto Distrito Administrativo do Porto». *Inquérito Industrial de 1881*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881-1882, p. 117-140.

em tecelagem individual isolada»³²⁶. Apesar de, na década de 1880, serem poucas as fábricas «dignas de nota fora da cidade do Porto»³²⁷, vão surgindo algumas iniciativas fabris na província, destacando-se a Fábrica de Tecidos de Algodão e Linho do Castanheiro e, em Fafe, a Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe e a Fábrica de Fiação de Algodão do Bugio. Por volta dos anos noventa de Oitocentos, surge um movimento que «acabaria por conduzir à criação [...] a Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães, a qual instala uma primeira fábrica em Campelos, mais tarde outra em Guimarães»³²⁸ e, em Vila Nova de Famalicão, a Sampaio & Ferreira, por intermédio da ação do empresário Narciso Ferreira.

Efetivamente, a partir de Riba de Ave, criara-se uma «verdadeira constelação fabril»³²⁹, embora não obtivesse a mesma dimensão da indústria portuense nos registos de marcas. Entre 1883 e 1933, o distrito de Braga contabilizou somente 2,82% dos registos de marcas de têxteis. Ainda que fosse «capital de distrito», Braga registou unicamente 15 marcas de têxteis, destacando-se os registos da Companhia Fabril do Minho e da firma Palha & Palhas, estabelecidas com fábrica de calçado na Rua de Miguel Bombarda, n.º 87 e 93.

Na área de Braga, destaca-se Guimarães, com um maior número de registos de marcas de têxteis (19), onde estava estabelecida a firma de António da Costa Guimarães e a Fábrica do Arquinho, na Rua Trindade Coelho, em Santo Estevão de Urgezes. Distanciando-nos para Oeste, Vila Nova de Famalicão atingiu um número significativo de registos (16), destacando-se os da fábrica de tecidos Pinheiro, Marques, Madeira & C.^a, em Delães, e da Empresa Fabril do Minho, estabelecida na Boa Vista, em Mogege. Barcelos surge em posição mais distanciada, apenas com 5 registos. Não obstante, com sinais de modernização industrial, seria em Fafe – apesar da ínfima percentagem – que estariam sediadas determinadas firmas industriais de grande dimensão do Vale do Ave, como a Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe e a Fábrica de Fiação do Bugio, localizada no Largo da Ribeira, em S. Martinho de Silvaes, «a 7 kilometros de Fafe [...] no sítio denominado o Bugio, sobre as margens do riacho do mesmo nome»³³⁰.

³²⁶ ALVES, Jorge Fernandes — *Fiar e tecer: uma perspetiva histórica da indústria têxtil a partir do Vale do Ave*, p. 6.

³²⁷ ALVES, Jorge Fernandes — «A Indústria Têxtil do Vale do Ave», p. 375.

³²⁸ *Idem, ibidem.*

³²⁹ ALVES, Jorge Fernandes — *Fiar e tecer: uma perspetiva histórica da indústria têxtil a partir do Vale do Ave*, p. 30.

³³⁰ «Inquérito Distritos Administrativos». *Inquérito Industrial* de 1881. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881-1882, p. 263.

Quadro 4 – Número de registos de marcas de têxteis efetuados na região da Beira Interior (1883-1933)

Localidade	Registos (n.º)	Registos têxteis (%)
Guarda	1	0,04%
Gouveia	1	0,04%
Castelo Branco	-	-
Covilhã	12	0,53%
Total	14	0,61%*

Fonte: *Diário do Governo*, 1883-1913. *Boletim da Propriedade Industrial*, 1914-1933.

Os grandes e tradicionais centros produtores de lã localizavam-se, maioritariamente, nas Beiras – Covilhã, Manteigas, Gouveia e Guarda. À data do Inquérito Industrial de 1881, a indústria de cardar, fiar e tecer era representada por 40 fábricas, na Guarda, e, em 1890, o distrito de Castelo Branco contava com 737 unidades de fiação e tecelagem de lã³³¹. Ainda na primeira metade do século XX, a indústria dos lanifícios assumia uma clara predominância na Guarda, com 56 estabelecimentos têxteis, em 1912 e, sobretudo, em Castelo Branco, com 103 unidades fabris³³².

Apesar da importância da produção lanígera e do elevado número de unidades fabris na região da Beira Interior, a sua representação nos registos de marcas não alcançou 1%, face ao conjunto das marcas registadas. Nos cinquenta anos em análise, as unidades industriais da Guarda e Gouveia registaram, somente, 2 marcas de têxteis, uma pelo industrial Patrício & Balsemão, Limitada e outra pelos comerciantes Belino & Belino & Comandita. Com maior peso nesta região, destaca-se a Covilhã, com 12 registos, nomeadamente do fabricante José Mendes Veiga, dos industriais Campos Mello & Irmão e Sebastião da Costa Rato & Sobrinhos, entre outros.

Quadro 5 – Número de registos de marcas de têxteis efetuados na região de Lisboa e Santarém (1883-1933)

Localidade	Registos (n.º)	Registos têxteis (%)
Lisboa	632	27,44%
Vila Franca de Xira	7	0,31%
Oeiras	4	0,18%
Santarém	1	0,04%
Torres Novas	9	0,4%
Total	653	28,35%*

Fonte: *Diário do Governo*, 1883-1913. *Boletim da Propriedade Industrial*, 1914-1933.

Deslocando-nos para o Centro litoral do País, na zona industrial de Lisboa, o setor têxtil era, igualmente, o mais relevante. Nas primeiras décadas de Oitocentos, os

³³¹ *Inquérito Industrial de 1890*, p. 304.

³³² PERDIGÃO, José Henrique de Azeredo — «A Indústria em Portugal (Notas para um inquérito)», p. 48-51.

testemunhos da época asseveravam que o surgimento de novas unidades industriais têxteis se encontrava em franco desenvolvimento, quer pelo seu número, quer pela sua dimensão. O biénio de 1838-1839 foi marcado pela fundação de três colossos da indústria têxtil, em Lisboa: a Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense, estabelecida em Santo Amaro e Olho de Boi, a de Bernardo Daupias & C.^a, em Calvário a Santo Amaro, e a Companhia de Lanifícios de Alenquer, que «principiou a construção da fábrica em 1838 e foi inaugurada em 1839 pelo seu primeiro proprietário P. A. Lafaurie»³³³.

Não obstante, é a partir da década de 50 que se anima a instalação de fábricas de grande dimensão na zona da capital. Reconhecido por ser um centro industrial «por excelência», o núcleo têxtil lisbonense conheceu, em 1855, a fundação da Companhia de Lanifícios de Arrentela, no Seixal e, em 1858, da Companhia de Fabrico de Algodões, em Xabregas. Nos anos setenta, ganhariam maior expressão os setores da estampanaria e tinturaria, surgindo, em 1874, a Companhia Lisbonense de Estampanaria e Tinturaria de Algodões, estabelecida em Belém, Lisboa e S. Pedro, em Alcântara³³⁴, e, em 1876, a Fábrica de Estampanaria e Tinturaria de Braço de Prata, uma propriedade de capital britânico dos Graham's, «que também tinham interesses na fiação e tecelagem no Porto»³³⁵.

A indústria têxtil era também relevante no distrito de Santarém, onde funcionavam duas importantes unidades fabris. Recuando ao século XVIII, em 1789, a Real Fábrica de Fiação de Tomar, criada «por Jácome Ratton e Timotheo Verdier, que, se veio a tornar numa grande fábrica moderna, passando em 1875, a dedicar-se à tecelagem»³³⁶, e, já no esplendor do século XIX, em 1845, seria fundada a Fábrica de Fiação e Tecidos de Torres Novas, «uma das primeiras sociedades anónimas ligadas à indústria transformadora»³³⁷.

A polarização Porto-Lisboa no setor têxtil manter-se-ia no período que analisámos e o mesmo acontecia no «mundo» das marcas registadas, uma vez que os requerentes de registos de marcas de têxteis estavam sediados, na sua maioria, em Lisboa ou no Porto.

Entre 1883 e 1933 foram registadas, nos distritos de Lisboa e Santarém, 653 marcas de têxteis, com uma representação de 1,54% no conjunto das marcas registadas.

³³³ *Inquérito Industrial de 1881*, p. 145.

³³⁴ *Idem*, p. 44.

³³⁵ ALVES, Jorge Fernandes — «A indústria têxtil do Norte de Portugal até à década de 1920: representações empresariais», p. 221.

³³⁶ ALVES, Jorge Fernandes — *Fiar e tecer: uma perspetiva histórica da indústria têxtil a partir do Vale do Ave*, p. 21.

³³⁷ NEVES, Pedro José Marto — *Grandes empresas industriais de um país pequeno: Portugal. Da década de 1880 à 1.ª Guerra Mundial*, p. 230-231.

Todavia, se considerarmos apenas as marcas de têxteis, a indústria lisbonense e santarena alcançou, em termos percentuais, 28,35% dos registos de marcas, só sendo ultrapassada pela região do Porto (31%).

Com uma percentagem de 27,44%, Lisboa, como maior centro industrial da época, teve o maior número de registos de marcas de têxteis do distrito. Na região do Beato, em Xabregas – com uma representação de 0,09% (2 registos) – realça-se a Companhia de Fabrico de algodões de Xabregas, situada na Rua de S. Julião, n.º 41 e a Empresa da Fábrica de Fiação e Tecidos Oriental, estabelecida na Rua de Xabregas, n.º 2 a 20, em Lisboa. No entanto, era na região de Alcântara onde estava situada a maioria das grandes empresas. Na Rua dos Fanqueiros, encontravam-se sediadas as duas maiores fábricas de Lisboa, a já supracitada Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense, com sede no n.º 135, 1.º andar, e fábricas em Santo Amaro e Olho de Boi, e a de Guilherme Graham Júnior & C.^a, no apartado n.º 7. No setor da estampanaria, destaca-se a Companhia Nacional de Estampanaria e Tinturaria, sediada na Rua de S. Julião, n.º 30, e a Companhia de Estampanaria em Alcântara, sediada na Rua dos Correiros, n.º 41, 2.º andar, em Lisboa, e com fábrica na Quinta do Inferno, em Alcântara³³⁸. Poder-se-iam, ainda, mencionar, as unidades estabelecidas na Rua Augusta, como a de Cupertino Ribeiro & C.^a, n.º 90, 1.º andar, e na Rua do Ouro, onde se encontrava sediado o grandioso estabelecimento de Grandella, Limitada. Em Belém, também há conhecimento da fábrica de lanifícios Estrela & C.^a, situada na Rua do Bom Sucesso, em Vila Correia.

Direcionando-nos para outros concelhos do distrito de Lisboa, Vila Franca de Xira – como «corredor industrial» – alcançou 7 registos de marcas de têxteis, pela Empresa Fabril de Vila Franca de Xira. Igualmente com poucos registos (4), aparece-nos o concelho de Oeiras, através do comerciante francês Eugène Colson, estabelecido na Rua Elias Garcia, em Santo Amaro de Oeiras.

No distrito de Santarém, – com uma representação de apenas 0,44% (10 registos) no conjunto das marcas de têxteis – há que salientar a importante fábrica da Companhia Nacional de Fiação e Tecidos de Torres Novas, estabelecida nesse concelho e com sede em Lisboa. Destacam-se ainda os registos efetuados pelo industrial João Batista Vassala Júnior e o comerciante Justino Henriques de Oliveira, estabelecido na Praça 5 de Outubro, n.º 7.

³³⁸ Destaca-se que a região de Alcântara que obteve 5 registos de marcas de têxteis.

Quadro 6 – Número de registos de marcas de têxteis efetuados em outras regiões do país (1883-1933)

Localidade	Registos (n.º)	Registos têxteis (%)
Leiria	-	-
Alcobaça	1	0,04%
Castanheira de Pera	1	0,04%
Aveiro	-	-
Espinho	2	0,09%
Coimbra	7	0,31%
Madeira	19	0,84%
Total	32	1,39%*

Fonte: *Diário do Governo*, 1883-1913. *Boletim da Propriedade Industrial*, 1914-1933.

Apesar da pequena dimensão do nosso país, a indústria têxtil não se encontrava sediada, exclusivamente, nos principais centros metropolitanos de Portugal. No auge industrial da década de 1870, na região de Leiria, surgia uma nova fábrica de fiação e tecelagem, a Companhia de Fiação e Tecidos de Alcobaça, fundada por iniciativa «do brasileiro de emigração Joaquim Ferreira Araújo Guimarães, o qual, no ano seguinte redimensiona o seu objetivo, criando uma sociedade anónima [...] arrancando a laboração em 1878»³³⁹.

No século XIX desenvolve-se uma segunda geração de polos industriais: com a emergência de grandes centros piscatórios dedicados à produção de cordas e redes – salvo algumas exceções da indústria de tecidos de algodão –, Aveiro tornar-se-á, igualmente, um «pequeno» centro têxtil³⁴⁰. Do mesmo modo, no eixo Coimbra-Soure, a indústria algodoeira era a única, verdadeiramente, notável, espalhando-se por muitos concelhos do distrito³⁴¹.

Fazendo, ainda, referência aos arquipélagos nacionais, a ilha da Madeira funcionava como o grande produtor de bordados de Portugal, tornando-se «uma das maiores fontes de receita do distrito de Funchal»³⁴². De acordo com Benedita Câmara, a atividade do bordado sempre existiu na Madeira, mas da sua exploração comercial apenas terá começado na segunda metade do século XVIII, exportando-se para o mercado britânico³⁴³.

³³⁹ ALVES, Jorge Fernandes — *Fiar e tecer: uma perspetiva histórica da indústria têxtil a partir do Vale do Ave*, p. 24.

³⁴⁰ PERDIGÃO, José Henrique de Azeredo — «A Indústria em Portugal (Notas para um inquérito)», p. 43.

³⁴¹ *Idem*, p. 52.

³⁴² PERDIGÃO, José Henrique de Azeredo — «A Indústria em Portugal (Notas para um inquérito)», p. 135.

³⁴³ CÂMARA, Benedita — *A Economia da Madeira (1850-1914)*, p. 439.

Se reunirmos os distritos de Leiria, Aveiro, Coimbra e a ilha da Madeira apesar da fraca representação nos registos de marcas de têxteis (1,39%), totalizam 32 registos.

O escasso número de registos não deve, de resto, ser entendido como indicador de ausência de grandes unidades industriais. Em Leiria, representada por apenas 2 registos de marcas de têxteis, laborava a importante Companhia de Fiação e Tecidos de Alcobaça, bem como o fabricante de lanifícios João Alves Bebiano, estabelecido em Castanheira de Pera. Em Coimbra, com 7 registos, destacam-se diversas firmas industriais: Aliança Comercial de Miudezas, sediada no Arco de Almedina, n.º 10, Planas & C.^a, de lanifícios, no Bairro de Santa Clara, e a Sociedade das Malhas, com estabelecimento na Rua do Gasómetro. Por outro lado, no distrito de Aveiro só foram registadas 2 marcas de têxteis, ambas em Espinho, pelo comerciante alemão Luís Thoratier, produtor de meias, com estabelecimento na Rua 19, e pelo industrial José Fontes de Melo, na Rua 16.

Na Madeira, com 19 registos de marcas de têxteis destaca-se a firma industrial inglesa The British Embroidery Company, produtora de bordados da Madeira, a Madeira Art Hand Embroidery & C.^a e os comerciantes Reid, Castro & C.^a, com fábrica no Funchal. Outros comerciantes e industriais, como João de Oliveira Faria e Nunes & Castro, Sucessor, estavam sediados nos principais arruamentos do Funchal, na Rua de Santa Luísa, n.º 33, e na Avenida Dr. Manuel de Arriaga, n.º 30 e 34.

3.3. O peso das diferentes categorias de têxteis nos registos de marcas

Para o registo das diferentes marcas industriais e comerciais era necessário indicar a categoria e/ou classe do produto a que cada proprietário e/ou empresa se destinavam. Na França e no Reino Unido, os candidatos ao registo das suas marcas nos boletins de propriedade industrial estavam obrigados a identificar o seu setor, numa lista de categorias³⁴⁴. Em termos comparativos, entre 1860 e 1970, os franceses optaram por mudar a categorização dos produtos intermitentemente, enquanto os britânicos só alteraram uma vez as tabelas de categorias³⁴⁵.

No Reino Unido, o sistema de registos de marcas baseava-se na classificação de produtos utilizada na Exposição de 1851. Tomando como exemplo o caso de Manchester, o seu envolvimento nos registos de marcas de algodão centrava-se nas classes 23, 24 e

³⁴⁴ DUGUID, Paul; MERCER, John; LOPES, Teresa da Silva — «Reading Registrations. An Overview of 100 Years of Trademark Registrations in France, the United Kingdom, and the United States», p. 12.

³⁴⁵ *Idem*, p. 13.

25. Entre 1880 e 1913, de acordo com a tabela 3, a classe 23 era composta por fio de algodão, a classe 24 incluía artigos de algodão em peça de todo o tipo, como por exemplo as camisas, e a classe 25 foi definida para os bens de consumo não incluídos nas classes 23, 24 e 38. Dessarte, as marcas de algodão assumiram uma importância reconhecida em relação às restantes marcas de têxteis, uma vez que mais de 75% da produção se realizava em Manchester, o que, conseqüentemente, exigia o registo de um grande número de marcas³⁴⁶. No caso de Espanha, mais concretamente na Catalunha, eram registadas cerca de 40% marcas de têxteis, superando a média nacional. Em termos percentuais, as marcas catalãs estavam dominadas por tecidos e fios sendo aplicadas, com menor frequência, a produtos mais confeccionados, como vestidos, bordados, couro, etc.³⁴⁷.

Em Portugal, apesar dos registos de marcas industriais e comerciais remontarem a 1883, só em 1895 se começou a delinear uma distribuição das marcas por categorias. De acordo com o artigo 73.º da regulamentação para a execução (1895) do decreto n.º 6, de 15 de dezembro de 1894, sobre a propriedade industrial, «quando uma mesma marca se destina a objetos que se acham em mais de uma classe [...] são necessários tantos registos, quantas as classes em que eles se encontram»³⁴⁸. Neste regulamento identificou-se uma segunda tabela com a classificação dos produtos. Como referimos no capítulo anterior, entre as 91 classes, os têxteis distribuíam-se por 9 classes: 65 («tapetes»); 77 («estamparia»); 78 («sedas e tecidos em que ela entra»); 79 («lãs e pelos e tecidos em que entram»); 80 («linhos, algodões, fibras similares e tecidos em que entram»); 81 («redes»); 82 («vestuário»); 83 («rendas»); e 85 («bordados»).

³⁴⁶ HIGGINS, David; TWEEDALE, Geoffrey — «The Trade Mark Question and the Lancashire Cotton Textile Industry, 1870–1940», p. 209.

³⁴⁷ SÁIZ, Patricio; FERNÁNDEZ PÉREZ, Paloma — «Catalonian Trademarks and the Development of Marketing Knowledge in Spain, 1850-1946», p. 250.

³⁴⁸ *Diário do Governo*, n.º 75, 04.04.1895, p. 391.

Quadro 7 – Número de registos de marcas de têxteis por classes (1895-1901)

Classes de têxteis	Registos (n.º)	Registos têxteis (%)
65. ^a	1	0,04%
77. ^a	-	-
78. ^a	36	1,56%
79. ^a	50	2,17%
80. ^a	96	4,17%
81. ^a	-	-
83. ^a	90	3,91%
85. ^a	8	0,35%
Indeterminados ³⁴⁹	242	10,51%
Total	523	22,71%*³⁵⁰

*VALOR REAL: 494

Fonte: *Diário do Governo*, 1883-1901.

Entre 1883 e 1901 – data em que se anunciara a publicação da segunda tabela de classificação de produtos – foram assinalados 494 registos de marcas de têxteis. Denote-se que, tendo em conta as categorias de têxteis, vários registos estavam classificados com mais do que uma classe, representando, 523 registos, numa representação de 22,71% face às restantes do total das marcas de têxteis.

Ao longo dos séculos, a indústria têxtil teve um crescimento notável nos vários produtos nacionais do setor – a lã, o linho, a seda e, sobretudo o algodão – como daremos conta no decorrer deste subcapítulo. Centrando a nossa atenção na regulamentação das marcas a partir de 1895, a classe 80.^a, destinada a linhos e algodões, assumiu um peso determinante no conjunto das marcas de têxteis registadas, atingindo 96 registos, a par da classe 83.^a, associada às rendas, com 93 registos, seguindo-se as classes 78.^a e 79.^a, que englobavam as sedas e as lãs, com 36 e 50 registos, respetivamente. Com uma representação muito menor, a classe 85.^a, destinada aos bordados, apresenta apenas 8 registos, e a classe 65.^a, associada aos tapetes, um único pedido de registo. Outrossim, torna-se importante assinalar que a classe 77.^a – estamparia – e a classe 81.^a – redes – não aparecem referidas em nenhum registo.

Embora cada marca estivesse associada a uma determinada classe de têxteis – à exceção dos registos de classe indeterminada³⁵¹ –, os promotores das marcas poderiam indicar, especificamente, o tipo de produto de indústria ou comércio a cada marca se destinava. Na análise que fizemos aos produtos referidos nos registos de marcas,

³⁴⁹ Registos têxteis de classe indeterminada.

³⁵⁰ *Percentagem sob o número total de registos de marcas de têxteis.

³⁵¹ Denote-se que, entre 1885 e 1901, nos 494 registos de marcas de têxteis, 242 correspondiam a casos indeterminados, sem especificação da classe do produto, representando 10,51% do total.

mantivemos as referências expressas nos registos, optando por uma leitura mais simples, apenas para efeitos de ilustração da variedade de produtos. O elevado número de casos indeterminados, nas diversas classes, afeta, de resto, uma análise mais aprofundada.

Quadro 8 – Produtos referidos nos registos das marcas de têxteis (1883-1901)

Produtos	Registos (n.º)	Registos têxteis (%)
Agulhas	1	0,2%
Algodão	54	10,93%
Algodões para crochet	16	3,24%
Artefactos de malha	8	1,62%
Artigos de retroseiro	1	0,2%
Atacadores	1	0,2%
Botões	1	0,2%
Carrinhos de linha de algodão	58	11,74%
Fazendas de lã, linho, algodão e seda	8	1,62%
Fio de algodão	13	2,63%
Fio de algodão e linho	3	0,61%
Fio de seda	2	0,4%
Fios de lã	2	0,4%
Flanelas	1	0,2%*
Grossaria e sacaria	1	0,2%
Lenços, zuarte, chitas	12	2,43%
Linhas	80	16,19%
Novelos de algodão	7	1,42%
Panos	4	0,81%
Passadeiras e alcatifas	1	0,2%
Passamanarias e fitas	9	1,82%
Riscados e cotins de algodão	2	0,4%
Roupa branca	1	0,2%
Sedas	2	0,4%
Tecidos de lã	5	1,01%
Tecidos de linho	2	0,4%
Tecidos de seda, lã, linho e algodão	9	1,82%
Tecidos de algodão	69	13,97%
Indeterminado	121	24,49%
Total	494	21,45%*

Fonte: *Diário do Governo*, 1883-1901.

De 1883 a 1895, apesar dos pedidos de marcas não estarem associados a nenhuma categoria de indústria ou de comércio, os registos de têxteis tinham a indicação do tipo de produto a que cada um se destinava. Os primeiros promotores de marcas de têxteis em Portugal foram os fabricantes de linhas J. & P. Coats, em 1884, com um registo associado a «caixas e pacotes contendo os carrinhos de linha denominada “extra strong”»³⁵² e, em

³⁵² *Diário do Governo*, 1º Trimestre, 1885.01.19.

1885, a fábrica de tinturaria e estamperia Pinto & C.^a, com uma marca destinada a «produtos da sua fábrica, tais como lenços, zuartes, chitas, etc.; exceto a chita 2/azuis seiscentos, a qual tem marca especial»³⁵³.

Apostando numa abordagem mais extensiva, entre 1883 e 1901, as «linhas» alcançaram a maior representatividade nos registos de marcas de têxteis, com 16,19%. Dentro desta classificação de produto, associada a diferentes classes de têxteis, destacam-se as «linhas [...] para coser à máquina e à mão»³⁵⁴ e as «linhas, fitas e artigos de passamanarias de algodão, seda, linho, lã e ramie»³⁵⁵. Tendo em conta a importância da classe 80.^a, o algodão assumiu um peso significativo na categorização dos produtos: os «tecidos de algodão», com 69 registos, representaram mais de metade do conjunto das restantes marcas de têxteis, incluindo «tecidos de algodão riscados, estampados ou branqueados»³⁵⁶, «tecidos lisos, crus ou brancos»³⁵⁷ e «tecidos mistos»³⁵⁸. Seguem-se os «carrinhos de linha de algodão», com 58 registos, compreendendo os «carrinhos de fio de algodão para coser»³⁵⁹ e os «carrinhos de linhas para sapateiros, correeiros e alfaiates»³⁶⁰, a que se juntam outras marcas de produtos de «algodão», representado em diversos registos por «algodão torcido a fios»³⁶¹, «artefactos de algodão»³⁶² e «algodão para crochet», com 16 registos, e o «fio de algodão»³⁶³, com 13 registos., bem como os «lenços, zuartes e chitas» (12 registos), os «tecidos de seda, lã, linho e algodão» (9 registos) e os «novelos de algodão» (7 registos).

Atentando nos restantes produtos das diferentes classes, as «passamanarias e fitas» onde estavam incluídas as «fitas e artigos de passamanarias de algodão, seda, linho, lã e ramie»³⁶⁴, «fitas de nastro»³⁶⁵ e «maços de fitas de algodão»³⁶⁶, totalizaram 9 registos. Os «artefactos de malha» que abrangiam os «artigos de malha de lã e algodão»³⁶⁷ e os «artigos de malha em ponto de meia»³⁶⁸, apresentaram 8 registos, tal como as «fazendas

³⁵³ Diário do Governo, 3º Trimestre, 1885.08.08. 8

³⁵⁴ *Idem, ibidem.*

³⁵⁵ Diário do Governo, 4º Trimestre, 1897.12.16.

³⁵⁶ Diário do Governo, 4º Trimestre, 1897.12.16.

³⁵⁷ Diário do Governo, 1º Trimestre, 1886.01.23.

³⁵⁸ Diário do Governo, 2º Trimestre, 1889.04.22.

³⁵⁹ Diário do Governo, 1º Trimestre, 1886.01.23.

³⁶⁰ Diário do Governo, 1º Trimestre, 1885.01.19.19.

³⁶¹ Diário do Governo, 3º Trimestre, 1885.09.02.

³⁶² Diário do Governo, 4º Trimestre, 1897.12.16.

³⁶³ No «fio de algodão» inseriam-se os fios torcidos para coser e fios tintos.

³⁶⁴ Diário do Governo, 4º Trimestre, 1897.12.16.

³⁶⁵ Boletim da Propriedade Industrial, n.º 35, 1898.06.30.

³⁶⁶ Boletim da Propriedade Industrial, n.º 10, 1896.01.22.

³⁶⁷ Diário do Governo, 2º Trimestre, 1899.06.14.

³⁶⁸ Diário do Governo, 3º Trimestre, 1885.08.24.

de lã, linho, algodão e seda». Com valores mais baixos surgem os «tecidos de lã» com 5 registos, os «panos» – «panos azuis para fardamentos»³⁶⁹, «panos para velas»³⁷⁰ e «panos brancos»³⁷¹ – com 4 registos e os «fios de algodão e linho», com 3 registos. Os «tecidos de linho», os «riscados e cotins de algodão», os «fios de seda» e os «fios de lã» apresentaram 2 registos para cada um desses produtos. Outros produtos, nomeadamente «agulhas», «artigos de retroseiro», «atacadores», «botões», «flanelas», «grossaria e sacaria», «passadeiras e alcatifas» e «roupa branca» apresentaram apenas um registo.

Apesar das diferentes categorizações de produtos, o número de registos indeterminados permanecia elevado, com 121 inscrições, representando 24,49% no conjunto das 494 marcas de têxteis.

Em 1901, o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria decretou uma nova classificação de produtos, dividida em nove categorias. Nesta tabela, os têxteis integravam-se na categoria «VI – Fios, tecidos, tapeçarias e vestuário». Na nossa análise sobre as marcas de têxteis incluímos as classes 44.^a («fios e tecidos de lã ou qualquer outro pelo»), 45.^a («fios e tecidos de seda»), 46.^a («fios e tecidos [...] de linho e outras fibras não classificadas»), 47.^a («fios e tecidos de algodão»), 49.^a (roupa branca de casa e corpo), 51.^a (bordados, passamanarias [...]), 52.^a («artigos de malha») e 55.^a («toldos, barracas [...] e encerados»), tendo excluído as classes 48.^a («Vestuário confeccionado em todos os géneros»), 50.^a («Chapelaria, modas, plumas, flores artificiais»), 53.^a («Calçado de todos os géneros, graxas e pomadas para couros») e 54.^a («Bengalas, guarda-chuvas, sombrinhas, artigos de viagem»)³⁷².

Quadro 9 – Número de registos de marcas de têxteis por classes (1901-1933)

Classes de têxteis	Registos (n.º)	Registos têxteis (%)
44. ^a	192	8,34%
45. ^a	109	4,73%
46. ^a	166	7,21%
47. ^a	637	27,66%
49. ^a	134	5,82%
51. ^a	191	8,29%
52. ^a	361	15,68%
55. ^a	26	1,13%
Total	1816	78,85%*

Fonte: *Diário do Governo*, 1901-1933. *Boletim da Propriedade Industrial*, 1914-1933.

³⁶⁹ *Diário do Governo*, 1.º Trimestre, 1886.03.12.

³⁷⁰ *Diário do Governo*, 4.º Trimestre, 1886.10.12.

³⁷¹ *Diário do Governo*, 4.º Trimestre, 1889.12.14.

³⁷² Decreto 01.03.1901. *Diário do Governo*, 1901.03.01, p. 402-413.

Entre 1901 e 1933 foram registadas 1.816 marcas de têxteis, alcançando, em termos percentuais, 4,24% face ao conjunto das marcas registadas, na sua totalidade. Por outro lado, com uma representatividade notória, os pedidos de registos de marcas de têxteis obtiveram um valor assinalável de 78,85%, comparado com as restantes marcas das outras classes da categoria VI (confeções, chapéus, calçado, guarda-chuvas, etc.).

Durante décadas, os principais produtos nacionais do setor têxtil foram a lã e o linho, indispensáveis na casa agrícola. Todavia, a lã nunca atingiu o valor económico do linho, «nem a sua dimensão artesanal/industrial»³⁷³. Os centros produtores de lã ficavam sediados na região da Beira Interior, especialmente, em Covilhã, no Fundão e em Portalegre, apesar de se fazer referência à importância oficial na fiação e tecelagem em diferentes concelhos do Porto e de Braga³⁷⁴. No século XIX, no Norte de Portugal, a fábrica de Plácido Lino dos Santos, em Lordelo do Ouro, era mencionada como a maior unidade fabril que se dedicava à produção de lanifícios, para além da fiação de lã do Barão da Trovisqueira, em Vila Nova de Famalicão. No entanto, o Inquérito Industrial de 1881, dá-nos conhecimento do estado em que se encontrava a indústria lanígera:

A lã lavada é exclusivamente estrangeira, vindo ao Porto por mar da França e da Bélgica; da lã suja ou em ludro, consumida, é nacional uma pequena parte [...] e estrangeira a maior. [...] A lã nacional é muito ordinária para satisfazer às necessidades do fabrico. [...] Consequência ainda [...] é a falta de constância nos tipos fabricados e nos métodos de venda [...] introduz constantemente quantidades e tipos diferentes de produtos no mercado, e impede que se crie uma tradição [...]. A segunda consequência grave da falta de especialidade de fabrico é a ausência de compradores certos e constantes. [...] A grande indústria tem duas faces igualmente graves: a fabril e a comercial³⁷⁵.

Destarte, a indústria da lã era considerada, «depois da indústria algodoeira [...] a mais importante da indústria têxtil»³⁷⁶, ultrapassando o linho na categorização de produtos dos registos das marcas de têxteis, atingindo um valor assinalável de 8,34%, no conjunto das restantes marcas do mesmo setor. Apesar das inúmeras pautas protecionistas que beneficiaram esta indústria, na primeira década do século XX, «a indústria dos lanifícios atravessa uma época difícil por lhe faltarem matérias-primas indispensáveis ao seu fabrico»³⁷⁷. E o mesmo se fez sentir nos registos de marcas.

³⁷³ ALVES, Jorge Fernandes — *Fiar e tecer: uma perspetiva histórica da indústria têxtil a partir do Vale do Ave*, p. 13.

³⁷⁴ *Idem, ibidem*.

³⁷⁵ «Inquérito Direto Distrito Administrativo do Porto», p. 109-115.

³⁷⁶ PERDIGÃO, José Henrique de Azeredo — «A Indústria em Portugal (Notas para um inquérito)», p. 117.

³⁷⁷ *Idem, ibidem*.

Quadro 10 –Produtos referidos nos registos das marcas de têxteis da classe 44.^a - lanifícios (1901-1933)

Produtos	Registos (n.º)	Registos têxteis (%)
Lã	1	0,52%
Cintas de lã	1	0,52%
<i>Cache-nez</i>	1	0,52%
Cobertores	1	0,52%
Cordões	3	1,56%
Elásticos e passadeiras	2	1,04%
Fazendas a retalho	1	0,52%
Feltro	1	0,52%
Fios de lã	8	4,17%
Fios, tranças e artigos de passamanaria	1	0,52%
Fitas de lã	4	2,08%
Linhas, <i>lacets</i> , galões, cordões e panos de lã	1	0,52%
Tapetes	3	1,56%
Tecidos de lã	1	0,52%
Tranças de lã merina	1	0,52%
Indeterminado	154	80,21%
Total	192	8,34%*

Fonte: *Diário do Governo*, 1901-1933. *Boletim da Propriedade Industrial*, 1914-1933.

No período em análise, os «fios de lã» dominaram os registos de marcas de têxteis lanígeras, com 8 registos, distribuídos pelos comerciantes Corvaceira, Mariano & Gomes e pelo proprietário da fábrica de lanifícios do Campo Grande, cujas marcas estavam destinadas a «fios e tecidos de lã ou de qualquer outro pelo»³⁷⁸. Com 4 registos, destacam-se as marcas da sociedade anónima alemã Dollfus-Mieg, destinadas a «fitas de lã»³⁷⁹, e com 3 registos as marcas para «cordões de lã para guarnições»³⁸⁰. Os «tapetes» envolveram também 3 registos, solicitados pela industrial Ilda de Almeida Brandão Rodrigues Miranda³⁸¹, enquanto as marcas associadas aos «elásticos e passadeiras» aparecem em 2 registos. Com a apresentação de um único pedido de registo surgem diversas marcas associadas a «lã», a «cintas de lã», a «*cache-nez*», a «cobertores», a «fazendas a retalho», a «feltro», a «fios, tranças e artigos de passamanaria», a «linhas, *lacets*, galões, cordões e panos de lã», a «tecidos de lã» e a «tranças de lã merina». Refira-se, no entanto, que a elevada percentagem de registos de descrição genérica, em que é

³⁷⁸ *Diário do Governo*, n.º 143, 1909.07.01.

³⁷⁹ *Boletim da Propriedade Industrial*, n.º 7, 1907.07.

³⁸⁰ *Diário do Governo*, n.º 155, 1911.07.06.

³⁸¹ *Boletim da Propriedade Industrial*, n.º 12, 1920.09.24.

indeterminado o produto a que se destina a marca (80,21%), afeta qualquer análise mais fina.

A indústria da seda nunca vingou permanentemente em Portugal, «apesar dos esforços feitos que datam a fundação da nacionalidade e vêm até Pombal, que foi quem maior intensidade lhe deu»³⁸². Embora se produzisse em território nacional, a seda vinha do estrangeiro – especialmente da França e da Itália – para o fabrico de «damascos, [...] sedas de matiz, veludos»³⁸³ e, também, para se combinar com a produção de algodão³⁸⁴.

Com o decorrer do tempo, a laboração industrial deste produto foi perdendo a sua especialização, sobretudo no século XIX, época em que os franceses vieram a Portugal «comprar a semente do bicho-da-seda em consequência da doença chamada pebrina»³⁸⁵ e pela inabilidade de concorrer frente à produção francesa, devido às circunstâncias da nossa fição. À data do Inquérito Industrial de 1881, alguns relatos sobre o estado «atual» da indústria da seda davam nota da decadência desse setor. O gerente da fábrica Ramires & Ramires referia que, se «há oito anos ainda se fazia um vestido de seda, hoje só os ornatos são desta substância»³⁸⁶. Por seu turno, os representantes da fição e tecidos de seda, Cordeiro & Irmão, num testemunho mais completo sobre o desenvolvimento desta indústria, assinalavam também o seu declínio recente:

Estando hoje fora de moda o uso da seda, esta indústria não pode estar florescente como já se achou no passado. No tempo do marquês de Pombal só nas fábricas real do Rato e da praça das Amoreiras trabalhavam duzentos e vinte teares, que teciam estofos variados de sedas lisas e lavradas, sedas com oiro e prata, obras de ponto de meia. No Porto e Bragança havia então algumas fábricas, especialmente de damascos de seda, mas a pouco e pouco esta indústria foi decaindo e se conservou assim, até que Passos Manuel dotou o país com a pauta protecionista em 1837. À sombra dela em pouco tempo cresceu o número de fábricas [...]. Este estado de animação industrial conservou-se até 1866, época em se fez o tratado de comércio com a França. Desde então o número de fábricas e de teares tem diminuindo consideravelmente³⁸⁷.

Embora a seda não possa ser considerada como um setor caraterístico da vivência industrial portuguesa, teve uma representação positiva – apesar de pouco significativa – nos registos de marcas. Com uma percentagem de 4,73%, a classe 45.^a, associada aos fios e tecidos de seda, assinalou 109 registos, distribuídos por diversos industriais e

³⁸² PEREIRA, José de Campos — *Portugal industrial: características, números, comentários*, p. 108.

³⁸³ *Idem, ibidem*.

³⁸⁴ ALVES, Jorge Fernandes — *Fiar e tecer: uma perspetiva histórica da indústria têxtil a partir do Vale do Ave*, p. 15.

³⁸⁵ *Inquérito Industrial de 1881*, p. 183.

³⁸⁶ *Idem*, p. 184.

³⁸⁷ «Inquérito Direto Distrito Administrativo do Porto», *Inquérito Industrial de 1881*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881-1882, p. 177-178.

comerciantes portugueses e estrangeiros, a maior parte dos quais não se dedicava exclusivamente à fiação ou tecelagem de seda.

Quadro 11 – Produtos referidos nos registos das marcas de têxteis da classe 45.^a – seda (1901-1933)

Produtos	Registos (n.º)	Registos têxteis (%)
Seda	2	1,83%
Fazendas	1	0,92%
Cordões de seda	2	1,83%
Elásticos, fitas, cordões e passadeiras	2	1,83%
Fios de seda	3	2,75%
Fios e tecidos de seda	3	2,75%
Fitas de seda	3	2,75%
Linhas, <i>lacets</i> , galões, cordões e passamanarias	1	0,92%
Tecidos de seda	4	3,67%
Indeterminado	86	78,9%
Total	109	4,73%*

Fonte: *Diário do Governo*, 1901-1933. *Boletim da Propriedade Industrial*, 1914-1933.

Como seria de esperar, os «tecidos de seda» granjearam a primeira posição nos registos de marcas de têxteis desta classe, embora com apenas 4 registos, na sua maioria, por empresas estrangeiras, como é o caso da firma holandesa Naamlooze Vsnnootschap Koninklijke, destinadas a «tecidos de seda e meia-seda»³⁸⁸ e a «tecidos de algodão tinto, com ou sem seda natural ou artificial»³⁸⁹. Com 3 pedidos de registos surgem os «fios e tecidos de seda», representados pela firma americana Singer, os «fios de seda» e as «fitas de seda». A «seda», incluindo as marcas destinadas a «seda artificial»³⁹⁰, soma 2 registos. Também os «cordões de seda» e os «elásticos, fitas, cordões e passadeiras» surgem em 2 registos, distribuídos pelos industriais alemães Dollfus-Mieg e pelo comerciante português Zeferino Ferreira Moura. Apenas com um registo, aparecem as referências a «fazendas» e a «linhas, *lacets*, galões, cordões e passamanarias». Todavia, não podemos deixar de mencionar que os casos indeterminados somam 86 registos, representando 78,9% no conjunto desta classe.

A intensiva procura de panos de linho justificou a emancipação da respetiva tecelagem como atividade profissional, «destacando-se da agricultura e assumindo-se como ofício»³⁹¹. Desde muito cedo utilizada na esfera doméstica, a «tecelagem, na sua

³⁸⁸ *Boletim da Propriedade Industrial*, n.º 11, 1924.08.09.

³⁸⁹ *Idem, ibidem*.

³⁹⁰ *Diário do Governo*, n.º 57, 1913.03.11.

³⁹¹ ALVES, Jorge Fernandes — *Fiar e tecer: uma perspetiva histórica da indústria têxtil a partir do Vale do Ave*, p. 9.

maior parte, é da exclusiva atribuição da mulher, ainda que alguns homens nela também se ocupem»³⁹². À data do Inquérito Industrial de 1881, a maior produtora mecânica de tecidos de linho, cânhamo e juta era a Companhia Nacional de Fiação e Tecidos de Torres Novas, dando-nos conhecimento do estado em que se encontrava a sua indústria:

Enquanto subsistirem [...] anomalias [...] a situação da minha indústria não pode ser boa. É melhor do que já foi [...]. Hoje podemos qualificar a nossa situação de relativamente próspera, porque fabricamos mais de metade do capital e vendemos todos os nossos produtos, ainda que às vezes com lucro insignificante. Nesta situação, podemos dizer que estamos numa certa prosperidade relativa³⁹³.

No entanto, na primeira década de Novecentos, a Companhia de Lanifícios Portuguesa, era considerada a única fábrica da sua especialidade, tendo que «lutar com vários fatores de concorrência, que mal lhe deixam uma pequeníssima margem para se ir conservando»³⁹⁴. Efetivamente, a escassez da matéria-prima portuguesa era notória, pela falta de qualidade e quantidade do produto, importando «todo o linho e cânhamo que se empregam [...] de procedência italiana e alemã»³⁹⁵.

Com o passar dos anos, a concorrência da produção estrangeira e a falta de procura da cultura do linho, tornou a sua produção extremamente fatigante, remetendo-se para consumos de luxo. Entre 1901 e 1933 – ao contrário do que se constatara no período anterior – a classe associada aos tecidos de linho, cânhamo e juta tiveram uma percentagem pouco significativa – cerca de 7,21% – do total das marcas de têxteis.

³⁹² PERDIGÃO, José Henrique de Azeredo — «A Indústria em Portugal (Notas para um inquérito)», p. 101.

³⁹³ «Inquérito Direto Distrito Administrativo de Lisboa», p. 82.

³⁹⁴ «Inquérito sobre as indústrias têxteis». *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 105. Lisboa: Imprensa Nacional, 1916, p. 36.

³⁹⁵ *Idem*, p. 35.

Quadro 12 –Produtos referidos nos registos das marcas de têxteis da classe 46.^a – linhos (1901-1933)

Produtos	Registos (n.º)	Registos têxteis (%)
Cânhamo, linho e juta	4	2,41%
Cordas, cordoalha e cordel	1	0,6%
Cordões de linho, juta e rami	2	1,2%
Feltro	1	0,6%
Fio de cânhamo e linho	9	5,42%
Fios, tranças, artigos de passamanaria	2	1,2%
Fio de sapateiro	1	0,6%
Fitas de linho	4	2,41%
Linhas, <i>lacets</i> , galões, cordões e passamanarias	1	0,6%
Novelos de fio	2	1,2%
Sacaria	4	2,41%
Tapeçarias	1	0,6%
Tecidos de linho	2	1,2%
Indeterminado	131	78,92%
Total	166	7,21%*

Fonte: *Diário do Governo*, 1901-1933. *Boletim da Propriedade Industrial*, 1914-1933.

Na classe 46.^a, as marcas destinadas a «fio de cânhamo e linho», alcançaram 9 registos distribuídos pelos comerciantes Valdez, Valdez & Almeida e pelos industriais Barros & Santos. Com 4 registos, surgem-nos marcas para «cânhamo, linho e juta», e «fitas de linho», reservadas à firma alemã Dollfus-Mieg, e as peças de «sacaria», pela Sociedade Nacional de Sacaria e pela Empresa Alugadora de Sacaria, Limitada. Com 2 registos surgem os «tecidos de linho» e os «cordões de linho, juta e rami», onde estavam incluídos «barbantes e cordões grossos, cordões comuns, barbantes para pacotes, fios para tecelagem, fios para sapateiro, cordões privilegiados e cordões brancos de cor»³⁹⁶. A denominação «novelos de fio» encontrava-se associada a «pacotes contendo novelos de diversas dimensões de fio de diversos números para coser calçado»³⁹⁷ e a «novelos de fios de linho tinto de todas as cores para coser à mão, para sapateiro»³⁹⁸. Com um único registo referem-se marcas destinadas a «cordas, cordoalha, cordel», «fio de sapateiro» e «tapeçarias». Denote-se, de igual forma, a representação excessiva dos registos indeterminados, com uma percentagem de 78,92%.

No século XIX, o algodão, de origem colonial, entrara em força na economia portuguesa, substituindo a lã e o linho por via das inovações revolucionárias da indústria

³⁹⁶ *Boletim da Propriedade Industrial*, n.º 12, 1923.11.23.

³⁹⁷ *Diário do Governo* n.º 245, 1902.11.03.

³⁹⁸ *Diário do Governo* n.º 109, 1904.05.18.

mundial³⁹⁹. A indústria algodoeira tornou-se numa das mais importantes indústrias nacionais, quer pelos capitais que albergava, quer pela mão de obra que empregava. Apesar de ser mais «barata», a matéria-prima era inexistente no território nacional. Em 1911, a Companhia de Fabrico de Algodões de Xabregas anunciava que «gasta pouco algodão nacional, em virtude de não o haver, e a maior parte que gasta é do Egito e da América»⁴⁰⁰. De Norte a Sul do País, a «fabricação, quando boa, não receia confrontos de espécie alguma, nem com produtos de consumo europeu, nem com os destinados a África»⁴⁰¹.

Sobressaíam numerosas fábricas dedicadas à fiação, instaladas em diversos concelhos. À data do Inquérito Industrial de 1881, o estado da indústria algodoeira considerava-se, na sua maioria, regular, à exceção de algumas companhias de fiação do Norte – o maior centro produtor de algodão do País –, que produziam mais fio do que era preciso para o consumo da época⁴⁰², e outras do Sul cuja situação decadente remontava aos anos anteriores. Do mesmo modo, no Inquérito de 1911 feito às indústrias têxteis, tomava-se conhecimento de um testemunho notável da firma Llosente & C.^a, sobre a dicotomia Norte-Sul da produção algodoeira.

A situação destes industriais não é nada desafogada, devido à concorrência desleal dos mercados do Norte, e por este facto é possível que esta fábrica tenha em breve de desaparecer, visto que não pode competir com os restantes industriais do Norte, por a mão de obra lhe ficar mais cara, tendo nos últimos anos, por este facto, perdido avultadas quantias⁴⁰³.

A têxtil algodoeira portuense assumia uma posição hegemónica, proporcionando o alastrar da sua indústria para a periferia. Tal situação refletia-se também nos registos de marcas de têxteis, com o número superior de inscrições efetuado por proprietários sediados no Porto. Em termos gerais, no período de 1901 a 1933, as marcas destinadas aos fios e tecidos de algodão foram predominantes face às remanentes marcas do setor, com um peso de 27,66% do total das marcas de têxteis.

³⁹⁹ ALVES, Jorge Fernandes — *Fiar e tecer: uma perspetiva histórica da indústria têxtil a partir do Vale do Ave*, p. 6.

⁴⁰⁰ «Inquérito sobre as indústrias têxteis», p. 63.

⁴⁰¹ PERDIGÃO, José Henrique de Azeredo — «A Indústria em Portugal (Notas para um inquérito)», p. 89.

⁴⁰² *Inquérito Industrial de 1881*, p. 101.

⁴⁰³ «Inquérito sobre as indústrias têxteis», p. 56.

Quadro 13 – Produtos referidos nos registos das marcas de têxteis da classe 47.^a – algodões (1901-1933)

Produtos	Registos (n.º)	Registos têxteis (%)
Algodão	15	2,35%
Algodão em fio torcido	5	0,78%
Algodão cardado e cobertores	1	0,16%
Artigos de algodão riscados e flanelas	1	0,16%
Carrinhos algodão	39	6,12%
Chitas e outras fazendas de algodão estampado	1	0,16%
Fazendas de algodão	1	0,16%
Fio de algodão	9	1,41%
Fio de algodão <i>perlé</i>	1	0,16%
Fios e tecidos de algodão	18	2,83%
Fios, tranças e artigos de passamanaria	3	0,47%
Lenços de crepe	1	0,16%
Linha de algodão	10	1,57%
Linhas, <i>lacets</i> , galões, cordões e passamanarias	1	0,16%
Lonas	1	0,16%
Maços com algodão torcido	1	0,16%
Panos crus e branqueados de algodão	2	0,31%
Tapetes	2	0,31%
Tecidos de algodão	45	7,06%
Tranças de algodão	1	0,16%
Veludos de algodão	13	2,04%
Indeterminado	458	71,9%
Total	637	27,66%*

Fonte: *Diário do Governo*, 1901-1933. *Boletim da Propriedade Industrial*, 1914-1933.

De acordo com os inquéritos industriais, no Porto, eram fabricadas as sarjas-finas, as gorgorinas, panos crus e branqueados, enquanto, em Lisboa, a produção resumia-se a panos crus, sarjas, cotins e riscados⁴⁰⁴. No setor das marcas industriais e comerciais, entre 1901 e 1933, o artigo mais referido, com 45 registos, destinava-se aos «tecidos de algodão», incluindo «tecidos de algodão de cores ou brancos»⁴⁰⁵, «tecidos de algodão de cor e riscados»⁴⁰⁶ e «tecidos de algodão crus e branqueados»⁴⁰⁷. Simultaneamente, os «fios e tecidos de algodão», com 18 registos, compreendiam os «fios, fios torcidos, artigos de passamanaria e tecidos em algodão, lã, seda, linho, juta e rami»⁴⁰⁸. A partir da primeira

⁴⁰⁴ PERDIGÃO, José Henrique de Azeredo — «A Indústria em Portugal (Notas para um inquérito)», p. 89-90.

⁴⁰⁵ *Diário do Governo*, n.º 115, 1902.05.24.

⁴⁰⁶ *Diário do Governo*, n.º 176, 1905.08.08.

⁴⁰⁷ *Diário do Governo*, n.º 266, 1905.11.23.

⁴⁰⁸ *Diário do Governo*, n.º 215, 1902.09.24.

década do século XX, os «carrinhos de algodão» tornaram-se um dos principais produtos da Empresa Fabril do Norte, que produzia «carrinhos de linha para máquinas de costura»⁴⁰⁹ e «carrinhos de linha e algodão»⁴¹⁰, para além dos diferentes industriais estrangeiros e dos produtores nacionais, alcançando 39 registos no período descrito.

Embora com uma percentagem irrelevante, o «algodão», sem outra especificação, figurou 15 registos de marcas de têxteis, juntamente com os 13 registos dos «veludos de algodão». Igualmente, as «linhas de algodão» assumiram um peso relativamente significativo – 10 registos –, com marcas associadas a «linhas, fio, cordões de algodão»⁴¹¹. Com menor representatividade surgem outros produtos, como o «algodão em fio torcido», com 5 registos, os «fios, tranças e artigos de passamanaria», com 3 registos, e os «panos crus e branqueados de algodão» e os «tapetes», com 2 registos, respetivamente. Na apresentação de um único pedido, diversas marcas referiam-se a «algodão cardado e cobertores», a «artigos de algodão riscados e flanelas», a «chitas e outras fazendas de algodão estampado», a «fazendas de algodão», a «fio de algodão *perlé*», a «lenços de crepe», a «linhas, *lacets*, galões, cordões e passamanarias», a «lonas», a «maços com algodão torcido» e, por fim, a «tranças de algodão». Tal como seria de esperar, os casos indeterminados, sem especificação dos produtos, dominaram os registos da classe 47.^a, com 71,9% do total.

Com a facilidade de transformação e diversificação do produto final, as matérias-primas do setor têxtil – o linho, a lã e, essencialmente, o algodão – reequacionaram a produção de vestuário e de panos para usos domésticos. Em 1890, há conhecimento de diversas unidades fabris e comerciais destinadas a «roupa branca de casa e de corpo», em diversos distritos⁴¹² do País, mas sem grande dimensão. À data do inquérito feito às indústrias têxteis, em 1911, algumas fábricas, dedicadas, sobretudo, à confeção de meias, consideravam a sua confeção, relativamente «estável», embora lutassem com grande dificuldade por causa da concorrência, «uns porque fabricam diretamente para outros estabelecimentos de venda; outros porque sendo da cidade do Porto [...] vêm a Lisboa fazer concorrência desleal»⁴¹³.

⁴⁰⁹ *Diário do Governo*, n.º 7, 1908.01.10.

⁴¹⁰ *Diário do Governo*, n.º 178, 1908.08.11.

⁴¹¹ *Diário do Governo*, n.º 73, 1913.03.29.

⁴¹² O distrito do Porto tinha o maior número de unidades fabris, sobretudo, em Vila Nova de Gaia.

⁴¹³ «Inquérito sobre as indústrias têxteis», p. 75.

Nos registos de marcas, a classe 49.^a, destinada a «roupa branca de casa e de corpo», alcançou 134 registos, atingindo uma percentagem de 5,82%, no conjunto das marcas de têxteis.

Quadro 14 –Produtos referidos nos registos das marcas de têxteis da classe 49.^a – Roupas brancas (1901-1933)

Produtos	Registos (n.º)	Registos têxteis (%)
Artigos de vestuário	1	0,75%
Atoalhados	1	0,75%
Camisas, ceroulas, cuecas e colarinhos	15	11,19%
Casacos e capas	1	0,75%
Lenços de algodão	2	1,49%
Lenços de papel	1	0,75%
Peúgas	1	0,75%
Roupa branca de casa e de corpo	12	8,96%
Toalhas higiénicas	1	0,75%
Indeterminado	99	73,88%
Total	134	5,82%*

Fonte: *Diário do Governo*, 1901-1933. *Boletim da Propriedade Industrial*, 1914-1933.

Grande parte das marcas desta classe destinavam-se a «camisas, ceroulas, cuecas e colarinhos», incluindo «roupa branca para homens e senhoras, especialmente colarinhos, punhos, camisolas e camisas»⁴¹⁴ e «colarinhos e punhos feitos de pano, camisas de todas as espécies, cintos para camisas, fatos para banho e de noite, e pijamas»⁴¹⁵, com 15 registos. De uma maneira geral, a «roupa branca de casa e de corpo», com 12 registos, possuía marcas aplicadas a «roupa do corpo, excluindo meias e sovacos»⁴¹⁶ e a «rouparia branca para homem, senhora e gravatas»⁴¹⁷. Os «lenços de algodão» são referidos em 2 registos e os «artigos de vestuário», os «atoalhados», os «casacos e capas», os «lenços de papel», as «peúgas» e as «tolhas higiénicas» surgem apenas com um registo. Também nesta classe predominam os casos indeterminados, com 73,88% do total.

Das indústrias regionais, «a das rendas e bordados é aquela que mais interesse nos desperta»⁴¹⁸, por ser uma especialidade artística. Os principais núcleos produtores rendeiros estavam situados em Peniche, em Olhão, em Setúbal, em Viana do Castelo, em

⁴¹⁴ *Boletim da Propriedade Industrial*, n.º 3, 1907.03.

⁴¹⁵ *Boletim da Propriedade Industrial*, n.º 5, 1919.12.29.

⁴¹⁶ *Boletim da Propriedade Industrial*, n.º 13, 1916.03.30.

⁴¹⁷ *Diário do Governo*, n.º 6, 1903.01.09.

⁴¹⁸ PERDIGÃO, José Henrique de Azeredo — «A Indústria em Portugal (Notas para um inquérito)», p. 131.

Vila do Conde e na Madeira. A indústria das rendas de bilros tinha o seu centro mais importante em Vila do Conde, uma vez que se encontrava em «condições de ser um centro *rendífero*»⁴¹⁹, ao contrário de Viana do Castelo. Todavia, eram as rendas de Peniche que concorriam a exposições internacionais, «obtendo as demonstrações mais honrosas de um alto espaço»⁴²⁰. No inquérito administrativo feito ao distrito de Leiria, os inquiridores dão-nos conhecimento de como se organizava a indústria das rendas, em Peniche, em 1881:

A indústria das rendas é tradicional em Peniche. [...] As condições da produção das rendas são precárias. [...] O comércio das rendas é feito por duas origens de intermediários que especulam com a pobreza das rendeiras. Há na localidade 10 ou 12 casas que compram, não diretamente aos fabricantes, mas a mulheres que estão em contacto com eles e lhes fazem as encomendas. [...] A conservação e o aperfeiçoamento desta indústria dependem essencialmente de uma organização metódica que, reunindo os elementos poderosos que existem, [...] introduza no fabrico todos os aperfeiçoamentos que carece⁴²¹.

No Norte do País, a indústria dos célebres bordados minhotos, em recheio e em crivo, tinha vindo a decair, muito graças à concorrência estrangeira, substituindo o antigo bordado regional pelos bordados Richelieu e inglês⁴²². No entanto, era na ilha da Madeira que se concentrava o maior centro produtor de bordados, em Portugal. Sendo uma das maiores fontes de riqueza da ilha, as casas exploradoras, de origem francesa, inglesa e, principalmente, americana, multiplicaram-se, tornando-se importadores do bordado madeirense.

A classe 51.^a, associada às rendas e aos bordados, alcançou 191 inscrições nos registos de marcas, atingindo 8,29% na totalidade do setor têxtil.

⁴¹⁹ *Idem*, p. 133.

⁴²⁰ *Idem, ibidem*.

⁴²¹ «Inquérito Distritos Administrativos», p. 219

⁴²² PERDIGÃO, José Henrique de Azeredo — «A Indústria em Portugal (Notas para um inquérito)», p. 135.

Quadro 15 – Produtos referidos nos registos das marcas de têxteis da classe 51.^a – Rendas e bordados (1901-1933)

Produtos	Registos (n.º)	Registos têxteis (%)
Artigos de malha	1	0,52%
Artigos de palheta	1	0,52%
Bengalas	1	0,52%
Bordados	22	11,52%
Botões	15	7,85%
Cachenés bordados	1	0,52%
Cordões de enfeite	1	0,52%
Fios, tranças e artigos de passamanaria	3	1,57%
Fitas e rendas	4	2,09 %
Galões	3	1,57%
Ligas de merino	1	0,52%
Molas	4	2,09%
Passamanarias	14	7,33%
Tranças e cardaços	4	2,09%
Indeterminado	104	54,45%
Total	191	8,29%*

Fonte: *Diário do Governo*, 1901-1933. *Boletim da Propriedade Industrial*, 1914-1933.

Sendo uma das partes constituintes mais importante deste setor têxtil, os bordados obtiveram 22 registos de marcas, com marcas destinadas, inclusivamente, a «bordados da Madeira»⁴²³. As «passamanarias» alcançaram 14 registos, tal como as marcas destinadas a determinadas peças de têxteis reconhecidas pela «arte» da rendilheira, como os «botões»⁴²⁴. São também referidos outros acessórios e guarnições, com 4 registos, como as «molas», as «tranças e cardaços» e as «fitas e rendas». Em menor número, surgem os «fios, tranças e artigos de passamanaria» e os «galões», com 3 registos. Apenas com um registo, aparecem os artigos utilizados pelas rendilheiras e os produtos finais da faculdade de bordar, como os «artigos de malha», os «artigos de palheta», os «cachenés bordados», os «cordões de enfeite» e as «ligas de merino». Tal como seria de esperar, os casos indeterminados são dominantes, representando 54,45% do total dos registos desta classe.

Explorando o universo têxtil, outras indústrias subsidiárias – como a de produção de artigos de malha, espartilhos, gravatas, etc. – encontravam-se em grande desenvolvimento. À data do inquérito sobre a indústria têxtil, em 1911, a fábrica de Francisco Grandella, sediada em Lisboa, dedicava a sua produção à área dos lanifícios para a confeção de artigos de malha, fabricando «só [...] para os nossos armazéns, sendo-nos ainda impossível satisfazer todas as suas encomendas»⁴²⁵, fabricando «malha no valor

⁴²³ *Diário do Governo*, n.º 131, 1911.06.06.

⁴²⁴ *Boletim da Propriedade Industrial*, n.º 4, 1925.07.24.

⁴²⁵ «Inquérito sobre as indústrias têxteis», p. 47.

de 90 contos de réis e tecidos no de 100»⁴²⁶. A produção de peúgas encontrava-se, de igual forma, em franco progresso, como nos dão a conhecer os testemunhos da Fábrica de Tecidos em Ponto de Malha de D. Elisa Loureiro & C.^a, à data do inquérito, constatando que a «firma vive regularmente e tanto assim que já importamos máquinas modernas para o aperfeiçoamento da indústria, e que muito mais prospera poderia estar [...] se o Governo protegesse a mesma»⁴²⁷, e a Fábrica de Meias de Basílio Gil Ferreira, considerando que «as fábricas de meias e peúgas estão prósperas e muito mais poderiam estar se se fizesse uma reforma nas pautas para os artigos finos»⁴²⁸.

Nos registos de marcas de têxteis reflete-se também a importância deste setor. A classe 52.^a, relacionada com os artigos de malha, obteve o maior número de registos – 361 registos – depois da classe associada ao algodão. Com uma representação de 15,68% no conjunto das marcas de têxteis, diferentes produtos preencheram a totalidade desta classe.

Quadro 16 – Produtos referidos nos registos das marcas de têxteis da classe 52.^a - Malhas, luvaria, etc. (1901-1933)

Produtos	Registos (n.º)	Registos têxteis (%)
Agulhas	18	4,99%
Artigos de malha	22	6,09%
Artigos de vestuário	2	0,55%
Carrinhos de algodão	4	1,11%
Colchetes	5	1,39%
Espartilhos	4	1,11%
Fivelas	4	1,11%
Insígnias indicativas de luto	1	0,28%
Ligaduras	1	0,28%
Linhas de coser	1	0,28%
Luvaria	1	0,28%
Peúgas	13	3,6%
Retrós	1	0,28%
Toalhas	1	0,28%
Indeterminado	307	85,04%
Total	361	15,68%*

Fonte: *Diário do Governo*, 1901-1933. *Boletim da Propriedade Industrial*, 1914-1933.

Entre 1901 e 1933, os «artigos de malha» alcançaram 22 registos, sobretudo por empresas inglesas e norte-americanas. Sediada também nos EUA, destaca-se a célebre firma The Singer Manufacturing Company, fabricante de máquinas de costura, que

⁴²⁶ *Idem, ibidem.*

⁴²⁷ *Idem*, p. 82.

⁴²⁸ *Idem*, p. 86.

registou a maioria das 18 marcas destinadas a «agulhas», durante este período, que incluíam «agulhas para costura à mão e à máquina»⁴²⁹. As «peúgas» obtiveram 13 registos. Embora com uma representação pequena, mas de enorme importância no setor têxtil, os «colchetes», os «espartilhos» – que incluíam «cintos hipogástricos»⁴³⁰ e «barbas para espartilhos»⁴³¹ – as «fivelas» e, curiosamente, os «carinhos de algodão», obtiveram 5 e 4 registos, respetivamente. Os «artigos de vestuário» apresentam apenas 2 registos e, com um único pedido, referem-se as «insígnias indicativas de luto», as «ligaduras», as «linhas de coser», a «luvaria» e o «retrós». Tratando-se de uma classe com um elevado número de registos, o número de casos indeterminados representa 85,04% do total dos registos desta classe.

Ainda numa produção subsidiária do setor têxtil surgem as oficinas e as unidades fabris dedicadas à confeção de toldos, barracas e encerados, com uma representação de apenas 1,13% no conjunto das marcas de têxteis registadas.

Quadro 17 – Produtos referidos nos registos das marcas de têxteis da classe 55.^a – Barracas, toldos, etc. (1901-1933)

Produtos	Registos (n.º)	Registos têxteis (%)
Barracas, toldos e encerados	14	53,85%
Feltro	1	3,85%
Pano-Coiro	1	3,85%
Indeterminado	10	38,46%
Total	26	1,13%*

Fonte: *Diário do Governo*, 1901-1933. *Boletim da Propriedade Industrial*, 1914-1933.

Em 26 registos assinalados, 14 correspondiam às marcas destinadas à generalidade de «barracas, toldos e encerados», registadas por empresas norte-americanas, seguindo-se duas marcas aplicadas a «feltro» e «pano-coiro». Embora menor do que nas restantes classes têxteis, o número de registos indeterminados atingiu uma percentagem elevada de 38,46%.

3.4. As empresas que investiram nas marcas de têxteis

Com o desenvolvimento da indústria começaram-se a instalar grandes fábricas modernas. De maneira a promover a valorização dos seus produtos, as empresas

⁴²⁹ *Diário do Governo*, n.º 129, 1909.06.12.

⁴³⁰ *Diário do Governo*, n.º 275, 1911.11.24.

⁴³¹ *Diário do Governo*, n.º 73, 1913.03.29.

aproveitavam os registos de marcas, apesar de «historically, it has been rare for a brand to endure, and that brand alone does no guarantee a firm's success»⁴³².

O aumento da taxa anual de registos, até 1914, decorreu num contexto de ampliação da globalização. De acordo com Paul Duguid, John Mercer e Teresa da Silva Lopes, «For the business historian analysis by firm is a tempting possibility, though as we have noted this involves dealing with a vast array of company names, many of which are hard to trace outsider the register»⁴³³. Tomando como exemplo o caso dos Estados Unidos da América, no final do século XIX, nos registos de marcas estavam incluídos registos individuais de proprietários e de pequenas empresas⁴³⁴.

Em Espanha, em alguns setores, empresas de menor dimensão registavam um maior número de marcas para valorizar os seus produtos do que as grandes firmas⁴³⁵. Regionalmente, na Catalunha, as empresas utilizavam estratégias adaptativas para conquistar os mercados nacionais e internacionais, exigindo leis protecionistas quando fosse necessário⁴³⁶. A estrutura industrial catalã era dominada por empresas de médio e grande porte, embora concedessem às outras empresas a oportunidade de desenvolverem estratégias de registo de marcas⁴³⁷. Desde a década de 1880 até meados do século XX, os empresários catalães, essencialmente os que residiam em Barcelona, lideravam os pedidos de registo de marcas, em comparação com os restantes empresários residentes, legalmente, em outras localidades de Espanha⁴³⁸. Em termos estatísticos, na Catalunha, entre 1850 e 1905, cerca de 48% das marcas registadas foram solicitadas por empresas, enquanto os restantes pedidos foram efetuados por uma ou várias pessoas. Algumas empresas, como a de Enrique Batlló, fabricante de fios e tecidos de algodão, chegaram a requerer 18 registos de marcas.

No Reino Unido, as empresas dedicadas ao fabrico de fios e tecidos de algodão estavam sediadas, sobretudo, em Londres ou em Glasgow, com fábricas e escritórios localizados em Manchester. De maneira a obter a distinção necessária nos mercados nacionais e internacionais, muitas firmas optavam por duplicar ou até triplicar as suas

⁴³² SÁIZ, Patricio; FERNÁNDEZ PÉREZ, Paloma — «Catalonian Trademarks and the Development of Marketing Knowledge in Spain, 1850-1946», p. 241.

⁴³³ DUGUID, Paul; MERCER, John; LOPES, Teresa da Silva — «Reading Registrations. An Overview of 100 Years of Trademark Registrations in France, the United Kingdom, and the United States», p. 12.

⁴³⁴ *Idem*, p. 3.

⁴³⁵ SÁIZ, Patricio; FERNÁNDEZ PÉREZ, Paloma — «Catalonian Trademarks and the Development of Marketing Knowledge in Spain, 1850-1946», p. 241.

⁴³⁶ *Idem*, p. 242.

⁴³⁷ *Idem*, p. 249-250.

⁴³⁸ *Idem*, p. 256.

marcas, como acontecia nos célebres estabelecimentos comerciais. Tal como nos demonstram David Higgins e Geoffrey Tweedale «that there was a trademark belonging to a firm in Birmingham which had a value of £20,000 [...] J. & P. Coats revealed this company had spent almost £2,000 between 1859 and 1862 trying to prevent fraudulent use of its trademark»⁴³⁹.

Em Portugal, o século XIX foi decisivo na consolidação e ampliação das fábricas existentes e na criação de novas unidades fabris, «agora sob o signo “fábricas de fiação e tecelagem”, designação que se vai vulgarizar nas firmas»⁴⁴⁰.

Desde o começo de Oitocentos que a mecanização, na sua lenta implantação, propiciou a multiplicação de várias fábricas no Porto, sendo que a têxtil algodoeira «abrangia quase metade (47%) dessas unidades e mais de dois terços (67%) do total dos trabalhadores»⁴⁴¹. Todavia, para além das fábricas existentes – como a de Lordelo do Ouro, de Plácido Lino dos Santos, e a do Jacinto, em Cedofeita –, o dinamismo industrializador da têxtil portuense decorreu nas últimas décadas do século XIX, num contexto economicamente favorável – com a abundância de capitais e a criação de instituições de crédito – para o investimento em algumas unidades fabris de grande e média dimensão⁴⁴². Com um elevado número de capitais e de instalações mecânicas com base na energia a vapor, nos anos setenta de Oitocentos, surgiram as grandes fiações da Fábrica de Salgueiros, da Companhia de Fiação e Tecidos do Porto, da Companhia Fabril Portuense e, poucas décadas mais tarde, a EFANOR, inicialmente dedicada à produção de linhas. Do Porto vão partir algumas iniciativas fabris para a província, destacando-se a Fábrica de Fiação do Rio Vizela, a Fiação do Bugio, a Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe, a Fábrica a Vapor de Tecidos de Linha de Guimarães, a Companhia Fabril do Cávado e a ação do empresário Narciso Ferreira, com a construção da Fábrica de Fiação, Tecidos e Tinturaria de Riba d’Ave.

Quando comparada com a indústria da capital, onde se encontrava o maior número de empresas têxteis de grande dimensão, a indústria portuense apresentava «mais do dobro das unidades industriais e quase seis vezes mais o número de operários, mas em contrapartida, as suas dotações em todos os outros setores com importância económica

⁴³⁹ HIGGINS, David; TWEEDALE, Geoffrey — «The Trade Mark Question and the Lancashire Cotton Textile Industry, 1870–1940», p. 210-211.

⁴⁴⁰ ALVES, Jorge Fernandes — *Fiar e tecer: uma perspetiva histórica da indústria têxtil a partir do Vale do Ave*, p. 28.

⁴⁴¹ PEREIRA, Gaspar Martins — «O Porto industrial na segunda metade do século XIX», p. 3.

⁴⁴² *Idem*, p.6.

ficavam muito aquém dos de Lisboa»⁴⁴³. Até ao final do século XIX, na zona Centro e Sul do País, fundaram-se numerosas unidades fabris de grande dimensão, especializadas no fabrico de linhos e de algodões e na tinturaria e estamparia de tecidos, como a Companhia de Fabrico de Algodões de Xabregas, a Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense, a Guilherme Graham Júnior & C.^a, a Companhia Nacional de Estamparia e Tinturaria e a afamada sociedade por ações, Fábrica de Fiação e Tecidos de Torres Novas.

Quadro 18 – Empresas portuguesas que procederam ao registo de marcas de têxteis, por datas de fundação (1883-1933)

Empresas	Fundação	Empresas	Fundação
Comp. Fabril de Salgueiros	1873	Comp. das Devesas (José Mariani)	1880
Fábrica de Tecidos Jacinto	1814	EFANOR	1907
Comp. Fabrico Algodões Xabregas	1858	Comp. Fabril do Cávado	1892
B. Daupias & C. ^a	1839	Fábrica de Francos	1894
Comp. Fiação e Tecidos Lisbonense	1838	Comp. Fiação e Tecidos de Fafe	1887
Comp. Fiação e Tecidos do Porto	1882	Comp. Fabril do Bonfim	1882
Comp. Lanifícios de Arrentela	1855	Fábrica de Fiação e Tecidos Delães	1912
Comp. Lanifícios de Lordelo	1854	Fábrica de Tecidos Rio Vizela	1845
Comp. Lanifícios de Portalegre	1772	Sebastião Rato	1874
Comp. Fiação e Tecidos de Alcobaça	1875	Santos & Nogueira	1875
Comp. Nacional de Torres Novas	1854	Comp. Fiação Portuense	1863
Comp. Oriental de Fiação e Tecidos	1888	Comp. Fiação e Tecidos Guimarães	1890
Comp. Real Fábrica de Tomar	1789	Fiação e Tecidos Boavista	1889
Fábrica de Tecidos Guimarães	1890	Fábrica de Tecidos Invicta	1876
Grandella & C. ^a (Armazéns)	1891	Fábrica do Bugio	1877
Guilherme Graham Júnior & C. ^a	1876	Pinto & C. ^a	1842

Fonte: *Inquérito Industrial de 1881. Inquérito Industrial de 1890. «Inquérito sobre as indústrias têxteis».*

Efetivamente, desde os finais do século XVIII, o núcleo industrial têxtil começou o seu dinamismo industrializador com a fundação da Companhia de Lanifícios Portalegre, em 1772 e da antiga Real Fábrica de Tomar, em 1789. No entanto, como já foi possível constatar, foi em Oitocentos que se fundaram as principais unidades fabris dedicadas ao setor têxtil, que prosseguiram os seus trabalhos no decorrer do século XX. Outrossim, a inigualável fábrica da EFANOR, dedicada aos carrinhos de linha, só viria a surgir nos finais da primeira década de Novecentos, tornando-se uma das unidades fabris mais relevantes no processo de desenvolvimento industrial português.

⁴⁴³ CORDEIRO, José Manuel Lopes — *A indústria portuense no século XIX*, p. 291.

Consequentemente, tal como acontecera nos restantes países europeus, as empresas nacionais – antigas ou recentes – de pequena, média e grande dimensão recorriam ao uso das marcas registadas, de forma estratégica, para promover a valorização dos seus produtos com tendência comercial.

A dimensão destas unidades fabris estava «diretamente relacionada com a complexidade da sua atividade [...] a dispersão geográfica [...], a multiplicidade de funções económicas [...] e a variedade de bens produzidos e serviços prestados»⁴⁴⁴. A localização geográfica era uma das particularidades decisivas na caracterização das grandes empresas, uma vez que era um «fator gerador de complexidade empresarial»⁴⁴⁵, tal como o número de trabalhadores e a quantidade de capital empregados. Os Inquéritos Industriais de 1881, 1890 e 1911 – com as informações disponibilizadas sobre o número de operários e o capital fixo de cada firma – permitiram analisar a dimensão de determinadas empresas que recorreram ao registo das suas marcas. Com o cruzamento entre os Inquéritos referidos e os registos de marcas de têxteis foram encontradas 24 firmas de grande dimensão⁴⁴⁶, distribuídas de Norte a Sul do País.

⁴⁴⁴ NEVES, Pedro José Marto — *Grandes empresas industriais de um país pequeno: Portugal. Da década de 1880 à 1.ª Guerra Mundial*, p. 71.

⁴⁴⁵ *Idem*, p. 146.

⁴⁴⁶ Consideram-se empresas de grande dimensão todas as que detinham mais de 100 operários e um capital relativamente elevado.

Quadro 19 – Grandes empresas que investiram no registo de marcas de têxteis (1883-1933)

Empresas	Ano	Capital fixo (rs)	Operários (n.º)
Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense	1890	400.000\$000	1208
	1911	-	800
Bernardo Daupias & C. ^a	1881	500.000\$000	700
	1890	250.000\$000	392
Companhia de Fiação e Tecidos de Tomar	1881	300.000\$000	700
	1911	-	920
Fábrica de Fiação do Rio Vizela	1890	350.000\$000	629
Grandella & C. ^a	1890	258.000\$000	485
	1911	-	440
Companhia Oriental de Fiação e Tecidos	1911	400.000\$000	450
José Mendes Veiga	1890	200.000\$000	435
Companhia de Lanifícios de Arrentela	1881	400.000\$000	420
	1911	-	387
Companhia de Fiação e Tecidos Torres Novas	1881	-	403
Companhia Fabril de Salgueiros	1881	150.000\$000	363
Fábrica de Fiação e Tecidos Jacinto	1890	100.000\$000	313
Companhia de Fiação Portuense	1881	200.000\$000	300
	1890	200.000\$000	404
Companhia de Fiação e Tecidos de Alcobaça	1881	200.000\$000	251
	1890	-	299
	1911	300.000\$000	709
Companhia de Lanifícios de Alenquer	1881	300.000\$000	250
	1890	300.000\$000	300
Companhia de Lanifícios Lordelo	1881	132.000\$000	238
	1890	100.000\$000	205
Companhia de Fiação e Tecidos do Porto	1881	118.000\$000	230
João Alves Bebiano	1881	200.000\$000	222
	1890	100.000\$000	175
Companhia de Algodões Xabregas	1881	150.000\$000	191
	1911	372.000\$000	470
Companhia de Asneiros	1881	-	161
Companhia Manufatora Artefactos Malha	1890	75.000\$000	149
Guilherme Graham Júnior & C. ^a	1881	400.000\$000	127
	1911	-	128
Pinto & C. ^a	1881	30.000\$000	110
Companhia de Tinturaria e Estamparia	1890	186.000\$000	115/109
	1911	139.725\$000	90
Companhia de Lanifícios de Portalegre	1881	200.000\$000	100-200

Fonte: *Inquérito Industrial de 1881. Inquérito Industrial de 1890. «Inquérito sobre as indústrias têxteis».*

À data dos Inquéritos Industriais, a Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense surgia como uma unidade industrial por excelência. Com um capital fixo de 400:000\$000, empregava o maior número de operários têxteis em 1881, com 1.208 trabalhadores, decaindo, posteriormente, em 1911, para os 800. Do mesmo modo, a firma B. Daupias & C.^a, com um capital de 500:000\$000, empregava 700 operários, em 1881, verificando-se uma quebra significativa em 1890. Situação semelhante aconteceu com Companhia de Fiação e Tecidos de Tomar. Ainda no distrito de Lisboa, as empresas Grandella & C.^a, a

Companhia Oriental de Fiação e Tecidos, a firma comercial José Mendes Veiga, a Companhia de Lanifícios de Arrentela e a Companhia de Fiação e Tecidos de Torres Novas, tinham o maior número de operários, quando comparadas com as restantes firmas do mesmo setor. Ao contrário do que aconteceu nas sinalizadas unidades industriais, distintas firmas ampliaram o número de operários e, conseqüentemente, a quantidade de capital fixo, no decorrer das épocas. O exemplo mais significativo foi o da Companhia de Fiação e Tecidos de Alcobaça que, de 1881 a 1911 quase triplicou o número de trabalhadores (de 251 para 709), e a Companhia de Algodões de Xabregas, que passou de 191 para 470 operários têxteis. Todavia, foram exceções à regra, num vasto conjunto empresarial, com quebras e incrementos pouco lineares ao longo do tempo⁴⁴⁷, salvo a firma Guilherme Graham & Júnior que, apesar da sua importância, manteve estável o número de operários até ao início do século XX.

Na região portuense permaneciam, de igual forma, empresas de grande dimensão. No topo da lista, salienta-se uma empresa sediada na região do Vale do Ave, a Fábrica de Fiação do Rio Vizela, com 629 operários, em 1890, aumentando, progressivamente, até 1917, para os 2.729⁴⁴⁸. Na Companhia Fabril de Salgueiros, com um capital no montante de 150:000\$000, e na Companhia de Fiação e Tecidos Jacinto⁴⁴⁹, com 100:000\$000, operavam entre 363 e 313 operários, em 1881 e 1890, respetivamente, ampliando, em 1917, para mais de 700 trabalhadores. Nas fiações de Monte Belo, com duas edificações separadas, o número de operários era relativamente semelhante, em 1881, com 300 trabalhadores na Companhia de Fiação Portuense⁴⁵⁰ – a primeira unidade a ser edificada – e 230 operários na Companhia de Fiação e Tecidos do Porto. Não obstante, a obsoleta Companhia de Lanifícios de Lordelo tinha vindo a decair, tanto no número de operários, como na quantidade de capital, entre 1881 e 1890. Com menor dimensão, mas podendo ainda considerar-se entre as grandes empresas, destacavam-se a Companhia de Asneiros, com 161 operários, e a Companhia de Lanifícios de Portalegre.

⁴⁴⁷ Poderíamos, ainda, mencionar a Companhia de Lanifícios de Alenquer, a firma comercial João Alves Bebião, a Companhia Manufatora de Artefactos de Malha, a Pinto & C.^a e a Companhia Nacional de Tinturaria e Estamparia, que decaíram, quer em fundos monetários, quer em número de trabalhadores.

⁴⁴⁸ De acordo com as informações contidas na investigação de Pedro Neves, *Grandes empresas industriais de um país pequeno: Portugal. Da década de 1880 à 1.ª Guerra Mundial*.

⁴⁴⁹ No final da década de Noventa de Oitocentos, a Fábrica de Fiação e Tecidos do Jacinto explorava a Fábrica dos Asneiros.

⁴⁵⁰ Sentindo-se um aumento relativamente significativo de 104 pessoas, em 1890.

Outras empresas, de média dimensão, com menor capital e um número total de trabalhadores mais diminuto – entre os 10 e os 100 operários –, investiam, também, nas marcas registadas.

Quadro 20 – Médias empresas que investiram no registo de marcas de têxteis (1883-1933)

Empresas	Ano	Capital fixo (rs)	Operários (n.º)
Llosent & C. ^a	1911	42.000\$000	90
Companhia Lisbonense de Estamparia e Tinturaria	1881	30.000\$000	82
	1890	160.000\$000	75
	1911	30.000\$000	86
Figueiredo & Comandita	1911	-	80
Companhia das Devesas (José Mariani)	1881	32.000\$000	76
Nunes Santos & C. ^a	1911	-	70
Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe	1890	258.000\$000	68
Companhia de Lanifícios Portuguesa	1911	100.000\$000	65
Francisco Otero Salgado	1911	-	65
Simões & C. ^a	1890	-	56
João Cupertino	1911	-	45
Sebastião da Costa Rato	1890	40.000\$000	40
Zeferino Ferreira Moura	1890	150.000\$000	39
Diogo H. Barbot	1890	3.000\$000	26
Rigoni Oliveira & C. ^a	1890	40.083\$000	17
José Narciso de Azevedo	1890	600\$000	17
Fiação do Bugio/José Florêncio Soares & C. ^a	1881	100.000\$000	150
	1890	130.000\$000	42
António da Costa Guimarães	1881	-	100

Fonte: *Inquérito Industrial de 1881. Inquérito Industrial de 1890. «Inquérito sobre as indústrias têxteis».*

Entre 1881 e 1911, com a análise cruzada dos Inquéritos Industriais e dos registos de marcas, foram assinaladas 17 empresas de média dimensão que procederam ao registo de marcas. À data de 1881, a firma do proprietário António da Costa Guimarães, em 1881, encontrava-se no limiar entre as grandes e as médias empresas, com um número total de operários a rondar a centena. No entanto, o exemplo mais notável foi a Fábrica de Fiação do Bugio, de José Florêncio Soares & C.^a, com um capital de 100:000\$000, em 1881, que tinha 150 operários –o que permitiria integrá-la entre as firmas de grande dimensão –, diminuindo, de forma abismal, em 1890, para os 42 operários.

A conhecida Companhia Lisbonense de Estamparia e Tinturaria manteve a sua situação operária estável entre os 82 e 86 operários, com um capital fixo de 30:000\$000, assim como a Companhia das Devesas, de José Mariani, em 1911, com 80 funcionários, a Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe – a mais «abastada» economicamente, com 258:000\$000 –, em 1890, com 68 trabalhadores, e a Companhia de Lanifícios Portuguesa, em 1911, com 65 operários. Com uma representação operária relativamente significativa

– de 39 a 90 operários –, entre 1890 e 1911, destacam-se, num intervalo de capitais entre 40:000\$000 e os 150:000\$000, as firmas Lloset & C.^a, a Figueiredo & Comandita, a Simões & C.^a e as firmas do proprietário Francisco Otero Salgado, a de João Cupertino, a de Sebastião da Costa Rato e a de Zeferino Ferreira Moura. Ainda na classificação das médias empresas destacam-se as firmas de Diogo H. Barbot e de Rigoni, Oliveira & C.^a, com 26 e 17 operários, respetivamente, e outras unidades fabris de futura ascensão, como a do proprietário José Narcisso Azevedo, com um capital de 600\$000, em 1890, e 17 operários.

Sem embargo, convém realçar que numerosas fábricas emblemáticas da industrialização portuguesa de finais do século XVIII e da primeira metade do século XIX – como a de José Mendes Veiga, a de Campos Melo & Irmão, a de Bernardo Daupias & C.^a – faziam parte do grupo das maiores empresas industriais portuguesas de princípios da década de 1880, cessando a sua atividade e «passando as suas unidades industriais a ser exploradas por outras empresas, cuja dimensão era bastante inferior em comparação com o grupo das 50 maiores à data da I Guerra Mundial»⁴⁵¹.

Ainda assim, para além das grandes e médias empresas, o tecido industrial português era constituído por numerosas unidades fabris de pequena dimensão. Inseridas num leque muito alargado, de Norte a Sul do País, as empresas de pequena dimensão, independentemente do seu capital ativo, não ultrapassavam os 10 operários.

3.4.1. Os registos de marcas de têxteis por empresas

Entre 1883 e 1933 foram registadas 2.303 marcas de têxteis em Portugal, por empresas e proprietários portugueses e estrangeiros. Este amplo espetro de registos demonstrava a importância do setor têxtil na economia nacional e a necessidade de salvaguardar os interesses comerciais dos detentores das marcas de têxteis.

O setor regulamentado das marcas registadas oferecia um panorama de interseção entre as empresas e os proprietários, destacando-se as características distintas que, de certa forma, os unia. Durante este período, independentemente da sua origem, a esmagadora maioria dos promotores de registos de marcas de têxteis estava sediada em Portugal, mas também nos mercados urbanos estrangeiros.

⁴⁵¹ NEVES, Pedro José Marto — *Grandes empresas industriais de um país pequeno: Portugal. Da década de 1880 à I.ª Guerra Mundial*, p. 226.

Quadro 21 – Promotores das marcas de têxteis, segundo a origem (1883-1933)

Nacionalidade	Empresas/proprietários (n.º)
Portugueses	406
Estrangeiros	105
Ingleses	30
Americanos	24
Italianos	4
Espanhóis	7
Franceses	4
Alemães	23
Belgas	1
Austríacos	1
Holandeses	4
Polacos	1
Africanos	1
Brasileiros	1
Suíços	1
Japoneses	1
Russos	1
Checoslovacos	1
Indeterminados	104
Total	616

Fonte: *Diário do Governo, 1883-1913. Boletim da Propriedade Industrial, 1914-1933.*

Uma análise simples dos registos de marcas de têxteis neste período revela, como seria de esperar, uma preponderância de empresas e proprietários portugueses, atingindo os 406 promotores. A hegemonia dos mercados urbanos e das plataformas de distribuição estrangeira fazia-se sentir, com 105 empresas e/ou proprietários estrangeiros a efetuarem os registos das suas marcas, em Portugal, distribuídos por quinze nacionalidades distintas. As nacionalidades inglesa e americana eram, de todas, as mais significativas nos registos de marcas de têxteis, com 30 e 24 empresas, respetivamente, seguindo-se 23 firmas alemãs. Simultaneamente, o peso da indústria espanhola, italiana, francesa e holandesa, com 7 e 4 empresas respetivamente, ultrapassava, ainda assim, os restantes promotores estrangeiros (Bélgica, Áustria, Polónia, África, Brasil, Suíça, Japão, Rússia e Checoslováquia), estando cada um desses países representado apenas por uma empresa.

Dentro de cada empresa e/ou estabelecimento comercial, os promotores das marcas de têxteis assumiam um lugar na cadeia de negócios. No setor têxtil, o investimento da maquinaria moderna foi a solução adotada para a sobrevivência de numerosas empresas no mundo industrial moderno, sendo que «o trabalhador, o operário,

o técnico e o encarregado foram eles frágeis da cadeia produtiva»⁴⁵², colocando «fabricantes e homens de negócios sob pressão da concorrência internacional»⁴⁵³.

Quadro 22 – Promotores das marcas de têxteis, segundo o lugar na cadeia de negócios (1883-1933)

Profissão	Registos (n.º)	Registos têxteis (%)
Comerciantes	217	9,42%
Negociantes	53	2,3%
Industriais	146	6,34%
Fabricantes	50	2,17%
Proprietários	11	0,48%
Mercador	1	0,04%
Estampadores	2	0,09%
Fiandeiros	1	0,04%
Tintureiros	1	0,04%
Armazenistas	1	0,04%
Engenheiros	3	0,13%
Professores	1	0,04%
Químicos	1	0,04%
Oficiais do Exército	1	0,04%
Cirurgiões	1	0,04%
Capitalistas	1	0,04%
Diretor	2	0,09%
Indeterminados	1.810	78,59%
Total	2.303	

Fonte: *Diário do Governo*, 1883-1913. *Boletim da Propriedade Industrial*, 1914-1933.

Vale a pena cruzar os dados dos registos de marcas com a posição dos seus promotores na cadeia de negócios. Como seria de esperar, entre 1883 e 1933, os negociantes e comerciantes detinham uma forte representação nos registos de marcas de têxteis (270 registos), face a um peso muito menor dos industriais, com 146 registos. Do mesmo modo, os fabricantes e os proprietários assumiam uma representação relativamente pequena nos registos de marcas de têxteis, com 50 e 11 registos, respetivamente. Ainda com menor destaque realçam-se outros personagens da indústria têxtil, nomeadamente os estampadores, os fiandeiros e os tintureiros, com 1 ou 2 registos. Convém ainda salientar a variedade das profissões dos promotores das marcas de têxteis que, apesar de não estarem aparentemente associados ao setor têxtil (engenheiros, professores, cirurgiões, oficiais do exército, diretores, químicos, entre outros), efetuaram pedidos para registarem as suas marcas de têxteis em Portugal. Além disso, se considerarmos a imensidão de registos indeterminados na caracterização das empresas e

⁴⁵² MADUREIRA, Nuno Luís (ed.) — *História do Trabalho e das Ocupações*, p. 1.

⁴⁵³ *Idem, ibidem*.

proprietários, percebemos que quase 80% dos registos (1.810) correspondiam a essa situação, podendo comprometer os resultados da nossa análise.

Analisadas as características dos perfis dos detentores das marcas, torna-se imprescindível abordar a quantidade de registos de marcas de têxteis efetuados pelas principais empresas e/ou proprietários portugueses. Num vasto leque de 605 empresas e/ou indivíduos que recorreram ao registo de marcas de têxteis, entre 1883 e 1933, convém realçar aquelas que foram mais determinantes na economia nacional e que, conseqüentemente, procederam a um maior número de registos.

Quadro 23 – Registos efetuados pelas principais empresas e/ou proprietários portugueses (1883-1933)

Empresas e/ou proprietários	Registos (n.º)	Registos têxteis (%)
Barros & Santos	10	0,43%
Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe	9	0,39%
Companhia de Fiação e Tecidos do Porto	6	0,26%
Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense	7	0,3%
Companhia de Fiação e Tecidos Portuense	4	0,17%
Companhia Fabril de Salgueiros	5	0,22%
Companhia Nacional de Estamparia e Tinturaria	10	0,43%
Empresa Fabril do Norte (EFANOR)	65	2,82%
Fábrica de Branqueação e Acabamentos, Lda.	25	1,09%
Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela	16	0,69%
Ferreira Marques & C. ^a	12	0,52%
Guilherme Graham Júnior & C. ^a	92	3,99%
Nunes dos Santos & C. ^a	13	0,56%
Pereira Gonçalves & C. ^a + Fábrica de Francos	62	2,69%
Pimentel & Alves, sucessor	10	0,43%
Simões & C. ^a	22	0,96%

Fonte: *Diário do Governo*, 1883-1913. *Boletim da Propriedade Industrial*, 1914-1933.

Entre 1883 e 1933, a firma escocesa estabelecida em Portugal Guilherme Graham & Júnior liderou os registos de marcas de têxteis, com 92 registos. Com empresas sediadas no Porto e em Lisboa, a família Graham estabelecida também, no setor dos vinhos e das conservas, registou marcas destinadas a lenços, chitas, veludos e tecidos de algodão. A partir de 1908, a firma portuguesa Empresa Fabril do Norte – EFANOR atingiu 65 registos de marcas de têxteis, com marcas destinadas a fio de algodão, em carrinhos, para máquinas de costura. A Fábrica de Francos – uma das pioneiras na produção de tecidos em Portugal –, localizada na cidade do Porto, desempenhou um papel significativo nos registos de marcas de têxteis. Reconhecida, igualmente, pela designação da firma industrial portuguesa Pereira Gonçalves & C.^a (ou Fábrica de Francos), alcançou 62

registos, com marcas destinadas a ligas de merino e a passamanarias de lã, em forma de galões, fitas, ligas, cadarços ou tranças.

A Fábrica de Branqueação e Acabamentos, sediada no Porto, atingiu 25 registos, com marcas destinadas aos fios de algodão, juntamente com a Simões & C.^a, estabelecida em Lisboa, que contou com 22 registos destinados a artefactos de malha. No distrito de Lisboa, a partir de 1895, a Companhia Nacional de Estamparia e Tinturaria, registou 10 marcas de têxteis, destinadas a chitas e lenços de algodão estampados. A célebre Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense, operava numa situação de multi-estabelecimento, alcançando, somente, 7 registos de marcas de têxteis, num período de cinquenta anos. Do mesmo modo, no Porto, apesar da dimensão das empresas, as companhias de Monte Belo – a Fiação e Tecidos do Porto e a Fiação e Tecidos Portuense –, a Companhia Fabril de Salgueiros e a Pimentel & Alves, Sucessor, ficaram-se pelos 4 a 10 registos. Ainda no Norte do País, a afamada Fiação do Rio Vizela que, em 1881, «produzia só por si um terço da produção nacional de fio»⁴⁵⁴, registou 16 marcas, destinadas a tecidos de algodão. No distrito de Braga, a Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe, «que reconverteu uma moageira em dificuldades no rio Ferro ao ramo têxtil»⁴⁵⁵, inscreveu 9 marcas de têxteis, a partir de 1930.

Por sua vez, os comerciantes Nunes dos Santos & C.^a, a Ferreira, Marques & C.^a e os industriais Barros & Santos, registaram 13, 12 e 10 marcas, respetivamente, direccionadas, em especial, aos fios e tecidos de algodão e à roupa branca.

Poderiam ainda referenciar-se vários exemplos de registos de marcas têxteis por empresas e/ou proprietários do setor, como Bernardo Daupias & C.^a, a Real Fábrica de Tomar, a Campos Mello & Irmão, a Pereira Gonçalves & C.^a, a Companhia de Fiação e Tecidos de Alcobaça, entre outras, destinadas a diferentes mercados, para detetar a escassa valorização do registo de marcas por parte das empresas mais antigas.

3.4.2. A imagem das marcas de têxteis

A questão central deste estudo não pode desligar-se dos limites da representatividade das imagens de identificação e valorização das marcas de têxteis.

⁴⁵⁴ ALVES, Jorge Fernandes — *Fiar e tecer: uma perspetiva histórica da indústria têxtil a partir do Vale do Ave*, p. 25.

⁴⁵⁵ *Idem*, p. 27.

Assumindo como exemplo o caso do Reino Unido, de acordo com a «Trade Mark Registration Act», o registo de marcas nominais não foi permitido, a menos que fosse utilizada numa marca anterior a 1875⁴⁵⁶. Só a partir de 1883, com a «Patents, Designs, and Trade Marks Act», foi permitido o registo de palavras extravagantes, ou seja, estritamente novas ou que não tivessem sido utilizadas em produtos de algodão. Para além disso, a palavra não tinha referência à qualidade do produto e também não poderia ser um nome geográfico⁴⁵⁷. Todavia, palavras como «Ariston» ou «Ribblewater» foram registadas, embora fizessem referência à qualidade e à proveniência do produto⁴⁵⁸. Em 1903, com a «Trade Marks (Cotton Wares)» – apesar do projeto ter sido rejeitado –, não podiam ser registadas quaisquer marcas de algodão com uma palavra e, no pedido de registo de marcas algodoeiras com palavras, letras ou algarismos, o requerente devia renunciar ao direito exclusivo sobre as mesmas⁴⁵⁹.

Os fabricantes de produtos de algodão utilizavam nas marcas registadas «mottoes, letters, quality numbers, fancy stutching, ribbons and bands – all of which tended to make Manchester’s cotton marks very complicated»⁴⁶⁰. David Higgins e Geoffrey Tweedale dão-nos o exemplo das marcas de combinação que poderiam ser derivadas de várias formas, nomeadamente através do agrupamento de dois objetos registados – de maneira a gerar uma ideia inédita inexistente em qualquer uma das duas marcas – ou a criação de novas marcas com símbolos e figuras comuns do comércio, juntamente com uma marca da classe A de outra empresa⁴⁶¹. Além do mais, centram-se na questão dos títulos de linha – trias de fios, cordões ou fios coloridos que eram tecidos no fim das peças – nas marcas de algodão. Reconhecido como importante mecanismo no comércio, as dobraduras indicavam que o tecido estava completo e, evidentemente, tornavam-se úteis para distinguir a qualidade superior do mesmo⁴⁶². Não obstante, «also thought that headings were as capable of distinguishing a product as a trademark»⁴⁶³.

Em Portugal, a partir de 1901, os dados dos registos de marcas de têxteis ofereciam-nos representações que confrontavam a preocupação de utilizar as imagens relacionadas com os elementos de mercado, de elegância, de segurança, de resistência e

⁴⁵⁶ *Idem*, p. 221.

⁴⁵⁷ *Idem*, p. 222.

⁴⁵⁸ *Idem*, p. 223.

⁴⁵⁹ *Idem*, p. 223-224.

⁴⁶⁰ HIGGINS, David; TWEEDALE, Geoffrey — «The Trade Mark Question and the Lancashire Cotton Textile Industry, 1870–1940», p. 209.

⁴⁶¹ *Idem*, p. 216.

⁴⁶² *Idem*, p. 218.

⁴⁶³ *Idem*, p. 218-219.

de identidade regional ou nacional, associando, simultaneamente, denominações de fantasia e características de distinção empresarial, para a valorização das suas marcas de têxteis.

Alguns dos atributos de diferenciação utilizados com maior frequência nas imagens e na descrição das diversas marcas foram os elementos de distinção empresarial. O padrão mais recorrente destinava-se à inscrição do nome ou das iniciais da firma e/ou do proprietário nas imagens das marcas, de maneira a garantir a confiança do consumidor. Nesta perspetiva, se atentarmos na maioria das imagens de marcas de têxteis, grande parte dos requerentes – portugueses e estrangeiros – gravava o seu nome no desenho da marca, como elemento central. Se observarmos o exemplo da Empresa Fabril do Norte, das inúmeras marcas registadas, a mais simples e a mais reconhecida correspondia a uma etiqueta circular que continha na bordadura o nome da firma «E. F. do Norte» e no centro as iniciais «EFN»⁴⁶⁴. Igualmente, os representantes da Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso – Tomás Hargreaves e António José da Silva Teles – registaram uma etiqueta circular, contendo na zona circunjacente a indicação do nome da firma e na zona central as iniciais envolvidas entre si⁴⁶⁵.

Figura 1 – Marca da EFANOR, em 1911.



Figura 2 – Marca da Fábrica de Santo Tirso, em 1907.



Fonte: *Diário do Governo*, n.º 115, 1911.05.18.

Fonte: *Boletim da Propriedade Industrial*, n.º 1, 1907.01.

Para além da identificação do nome da empresa e/ou do proprietário, uma minoria dos requerentes optava por utilizar nos desenhos das marcas o retrato dos fundadores, conquistando a garantia da qualidade do produto por parte dos consumidores. Exemplo disso foi uma marca da firma comercial Almeida, Cunha & Irmão que registara, em 1928, uma etiqueta quadrilonga destinada a sarjas, que continha como elemento de distinção a

⁴⁶⁴ Ver Figura 1.

⁴⁶⁵ Ver Figura 2.

imagem do fundador Almeida Cunha⁴⁶⁶. Semelhantemente, Também a fábrica de sedas de António Francisco Nogueira assumia como destaque uma medalha com a imagem do fundador – Francisco José Nogueira – e a data de fundação (1855), com o lema «Fructifer Labor», ao lado de um tear de seda, que continha em baixo as iniciais do fundador⁴⁶⁷.

Figura 3 – Marca da Almeida, Cunha, em 1928.

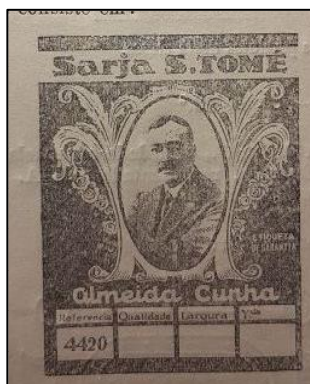
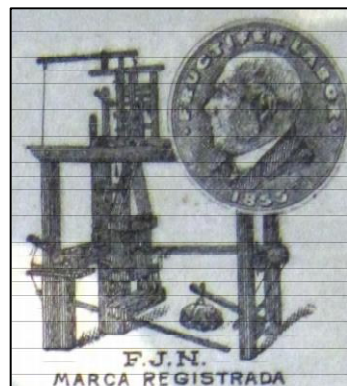


Figura 4 – Marca de António Nogueira, em 1918.



Fonte: *Boletim da Propriedade Industrial*, n.º 11, 1928.12.22.

Fonte: *Boletim da Propriedade Industrial*, n.º 2, 1918.05.17.

Ainda como elemento de distinção empresarial – e, sobretudo, como simbologia de confiança –, algumas firmas e/ou os proprietários apresentavam nas imagens das marcas a planta da fábrica ou do estabelecimento correspondente aos requerentes. Um dos exemplos mais conhecidos cabia à célebre Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense que assumia como elemento central da marca a fachada da fábrica e na zona inferior a indicação do tipo de fabrico «Fabrico Lisbonense»⁴⁶⁸. Não obstante, prevaleciam outras marcas com composições mais complexas: o proprietário José Mariani, preencheu grande parte do campo visual da sua marca, com uma panorâmica geral da fábrica das Devesas, identificando-se na zona superior um escudo com a imagem do fundador⁴⁶⁹.

⁴⁶⁶ Ver Figura 3

⁴⁶⁷ Ver Figura 4.

⁴⁶⁸ Ver Figura 5.

⁴⁶⁹ Ver Figura 6.

Figura 5 – Marca da C.F.T.L., em 1913.



Figura 6 – Marca de José Mariani, em 1918.



Fonte: *Diário do Governo*, n.º 101, 1913.05.01.

Fonte: *Boletim da Propriedade Industrial*, n.º 160, 1909.07.21.

Mais complexa é a composição do rótulo da Fábrica de Fiação e Tecidos do Bugio, que associa uma profusão de símbolos de distinção – ao centro, a planta do estabelecimento fabril e, na zona inferior, as condecorações e medalhas alcançadas nas exposições internacionais, «de Rio de Janeiro 1897 e Industrial de Lisboa de 1888», vendo-se nos extremos as medalhas e reversos das exposições citadas. O retrato do sócio fundador da firma, José Florêncio Soares, aparece como garantia da qualidade do produto, realçada com a indicação da proveniência, «Fafe»⁴⁷⁰.

⁴⁷⁰ Denote-se que é a única marca têxtil portuguesa que apresenta as medalhas obtidas nas exposições internacionais.

Figura 7 – Marca da Fiação do Bugio, em 1908.



Fonte: *Diário do Governo* n.º 265, 1908-11-21.

Se explorarmos as imagens das marcas de têxteis, conseguimos detetar que prevaleciam diferentes elementos de distinção para garantir a confiança do consumidor. De maneira a transmitir segurança ao cliente, uma parte das empresas têxteis, sobretudo as firmas estrangeiras – como a Clark & C. ° – utilizavam o esboço de uma âncora, como elemento central da marca⁴⁷¹.

Figura 8 – Marca da Clark & C. °, em 1929.



Fonte: *Boletim da Propriedade Industrial*, n.º 6, 1929.07.22.

⁴⁷¹ Ver Figura 8.

Não obstante, no setor têxtil – mais do que nos restantes setores – o uso de imagens de animais era extremamente recorrente para demonstrar a força, a resistência, a elegância e a agilidade do produto. Numa análise simples constatara-se que o leão foi o animal mais utilizado para indicar a força e a resistência do fio, surgindo como elemento central ou como denominação de fantasia. A título de exemplo, a preencher grande parte do campo visual, a Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela registou um rótulo que tinha a figura de um leão, erguido sobre um pedestal⁴⁷². Para além de ser reconhecido como um animal dominante – o rei dos animais –, diferentes firmas adaptavam a sua fama à realidade dos seus produtos. Exibido de díspares formas, é no registo da firma Oliveira, Antunes & C.^a que a representação da força do leão surge com mais criatividade: a disputa, entre dois leões, por um xaile de lã, sem o rasgar, garantindo a força do tecido e a sua robustez⁴⁷³.

Figura 9 – Marca da Fábrica Rio Vizela, em 1915.



Figura 10 – Marca de Oliveira, Antunes & C.^a, em 1913.



Fonte: *Boletim da Propriedade Industrial*, n.º 23, 1915.06.15. **Fonte:** *Diário do Governo*, n.º 191, 1913.08.16.

Ainda assim, não era só na figura do leão que simbolizava a força do produto que cada marca pretendia registar. A representação mitológica do dragão como uma criatura poderosa encontrava-se relacionada com a descrição das marcas de têxteis, para elucidar a fortaleza do tecido de cada empresa. Em 1928, os comerciantes Oliveira, Antunes & C.^a, registaram uma marca que continha a figura de um dragão – muitas vezes associada à cidade Invicta – sobreposto sob um tecido padronizado, sem o conseguir rasgar, expondo a ideia de que nem mesmo a força deste ser mitológico era capaz de «destruir» o produto registado⁴⁷⁴. Do mesmo modo, a resistência têxtil era elucidada pela utilização

⁴⁷² Ver Figura 9.

⁴⁷³ Ver Figura 10.

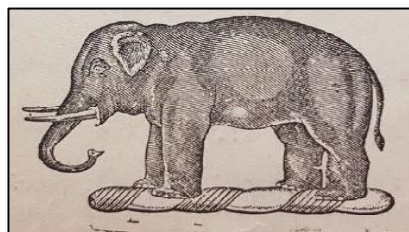
⁴⁷⁴ Ver Figura 11.

de figura de elefantes, de tigres, de águias, de camelos, ou até mesmo, de búfalos. Como exemplo, a firma inglesa Clark & C. °, registara uma marca destinada a tecidos de algodão que empregara como elemento de distinção a imagem de um elefante⁴⁷⁵.

Figura 11 – Marca de Oliveira, Antunes, em 1915.



Figura 12 – Marca de Oliveira, Antunes & C.^a, em 1913.



Fonte: *Boletim da Propriedade Industrial*, n.º 9, 1928.11.14.

Fonte: *Boletim da Propriedade Industrial*, n.º 192, 1923.11.16.

Para além da robustez característica dos animais, a força dos produtos têxteis encontrava-se associada a diferentes elementos de distinção. Um dos exemplos mais recorrentes pertencia à firma inglesa J. P. & Coats que, anualmente, registava etiquetas circulares – para o topo dos carrinhos de linha – que continham no centro a indicação da quantidade da linha e em volta uma corrente disposta em círculo, representando a resistência da marca⁴⁷⁶. Igualmente, a utilização de imagens de vulcões em erupção e de canhões de guerra⁴⁷⁷ pretendia simbolizar a robustez dos tecidos.

Figura 13 – Marca de J. P. & Coats, em 1916.



Figura 14 – Marca de Ferreira, Marques & C.^a, em 1913.



Fonte: *Boletim da Propriedade Industrial*, n.º 11, 1926.03.04.

Fonte: *Diário do Governo*, n.º 211, 1913.09.09.

⁴⁷⁵ Ver Figura 12.

⁴⁷⁶ Ver Figura 13.

⁴⁷⁷ Ver Figura 14.

Todavia, prevaleciam marcas mais pitorescas para caracterizar a fortaleza de determinados produtos. Entre numerosos exemplos realça-se, em 1930, a marca da firma Manuel Rodrigues de Oliveira Sá & Filhos, que apresentava como elemento de distinção a imagem de um lutador, robusto, a puxar um fio, sem o conseguir romper⁴⁷⁸. Reconhecendo, ainda, a qualidade do fio, inúmeras empresas optavam por utilizar, como elemento representante da marca, figuras mitológicas, como os deuses Mercúrico, Júpiter e Hermes, empenhando caduceus.

Figura 15 – Marca de Manuel Rodrigues de Oliveira Sá & Filhos, em 1930.



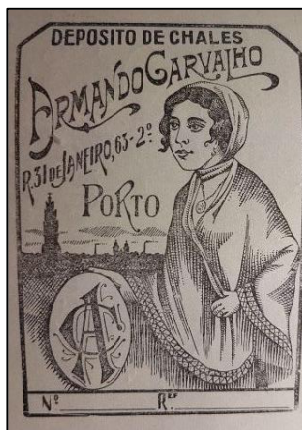
Fonte: *Boletim da Propriedade Industrial*, n.º 8, 1930.10.04.

No setor têxtil, sobretudo, na confecção do produto final para o consumidor, o público feminino era utilizado nas imagens das marcas para atrair o prestígio das mesmas. Na maioria das marcas destinadas a xales de lã, os industriais e os comerciantes têxteis procuravam associar como elemento de distinção a figura feminina, empregando um xaile, simbolizando elegância e conforto, de maneira a promover o seu produto e atingir o público-alvo⁴⁷⁹.

⁴⁷⁸ Ver Figura 15.

⁴⁷⁹ Ver Figura 16 e 17.

Figura 16 – Marca de Armando Carvalho, em **Figura 17** – Marca de Oliveira & Silva, em 1924. 1926.



Fonte: *Boletim da Propriedade Industrial*, n.º 6, 1926.10.11. **Fonte:** *Boletim da Propriedade Industrial*, n.º 5, 1924.05.01.

O mesmo acontecia no vestuário confeccionado. Se analisarmos os registos de marcas de têxteis destinados a meias e a peúgas de senhora, grande parte das inscrições detinham como elemento de distinção a imagem de uma mulher. Representando a elegância do produto, em 1933, os célebres Armazéns Grandella registaram uma marca que tinha como elemento de destaque a figura de uma mulher enlaçada com uma meia, denominada «Naïr». Ao estilo dos grandes armazéns de Paris e de Londres, registavam, de igual forma, marcas destinadas ao vestuário de luxo, como a «Mireia»⁴⁸⁰.

Figura 18 – Marcas dos Armazéns Grandella, em 1930.



Fonte: *Boletim da Propriedade Industrial*, n.º 4, 1930.07.07.

⁴⁸⁰ Ver Figura 18.

Para além das figuras femininas, as representações acessórias associadas à imagem da mulher apareciam com frequência: à data de 1912, o proprietário Benjamim da Costa Matos registara uma marca simbólica que assumia como elemento central a representação de um leque, associado à elegância e à frescura da mulher⁴⁸¹. Não obstante, a graciosidade dos produtos têxteis não se destinava, exclusivamente, ao público feminino. Embora fosse pouco frequente, figuravam representações de «janotas»⁴⁸².

Figura 19 – Marca de Benjamim Matos, em 1912. **Figura 20** – Marca de José Clemente, em 1913.



Fonte: *Diário do Governo*, n.º 77, 1912.02.04. **Fonte:** *Diário do Governo*, n.º 239, 1913.10.13.

De igual forma, a simbologia nacional estava presente nas imagens das marcas de têxteis. Valorizavam-se, sobretudo, as figuras históricas, como, por exemplo, na marca dos comerciantes Sousa & Moraes, Sucessores, que apresenta como elemento de distinção, em primeiro plano, a representação de D. Afonso Henriques, no seu auge conquistador⁴⁸³. Outrossim, algumas marcas de têxteis optavam por utilizar a imagem de caravelas portuguesas como elemento de distinção, de maneira a promover a evocação nacionalista ou até mesmo como fator de ampliação de mercados.⁴⁸⁴

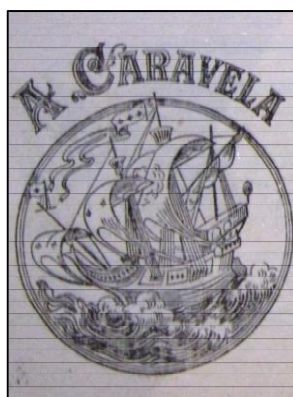
⁴⁸¹ Ver Figura 19.

⁴⁸² Ver Figura 20.

⁴⁸³ Ver Figura 21.

⁴⁸⁴ Ver Figura 22.

Figura 21 – Marca de Sousa & Moraes, em 1912. **Figura 22** – Marca dos Graham's, em 1918.



Fonte: *Diário do Governo*, n.º 77, 1912.02.04.

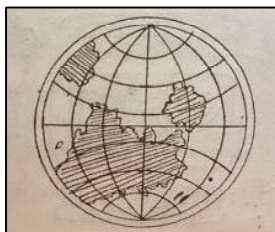
Fonte: *Boletim da Propriedade Industrial*, n.º 3, 1918.06.26.

Mais complexa será a análise das marcas de têxteis que continham elementos característicos de mercados. No entanto, convém realçar que a maioria dos promotores optavam por utilizar nas suas marcas – independentemente do elemento de distinção – a imagem de globos de pequena ou grande dimensão, elucidando que a marca estaria reconhecida no mercado mundial. Se considerarmos as marcas que continham, em primeiro plano, a representação de globos, obtemos dois exemplos característicos: o primeiro pertencente à Fábrica de Branqueação e Acabamentos, Limitada, que nos apresenta a imagem de um globo com a superfície terrestre⁴⁸⁵. O segundo, mais completo, do comerciante Aureliano J. Neves, sobrepõe a figura de um cavaleiro na imagem do hemisfério Norte⁴⁸⁶.

⁴⁸⁵ Ver Figura 23.

⁴⁸⁶ Ver Figura 24.

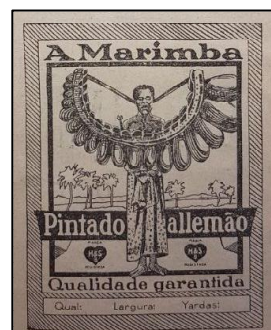
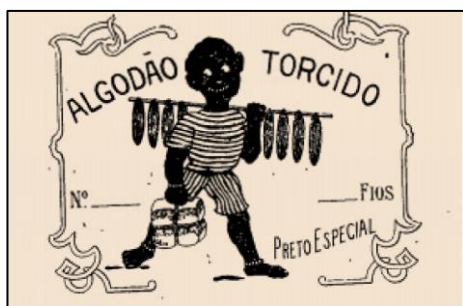
Figura 23 – Marca da Fábrica de Branqueação e Acabamentos, em 1932. **Figura 24** – Marca de Aureliano Neves, em 1908.



Fonte: *Boletim da Propriedade Industrial*, n.º 7, 1932.08.31. **Fonte:** *Diário do Governo*, n.º 227, 1908.10.08.

Alguns proprietários têxteis optavam por usar imagens de nativos africanos para demonstrar a origem da matéria-prima ou o destino do produto no mercado final. A marca da firma Pimentel & Alves, Sucessor, apresenta-nos a figura de um africano, a transportar fibras de algodão, lendo-se «Algodão Torcido» e «Preto Especial»⁴⁸⁷, elucidando-nos sob a origem da matéria-prima e a cor do fio. Por outro lado, a marca dos alemães Herz & Schoberg apresenta-nos uma composição mais complexa. Denominada como «A Marimba», a marca assume como elemento de distinção um indivíduo a tocar a marimba – um instrumento com lamelas de madeira, de origem angolana –, lendo-se o tipo de produto «Pintado alemão». Para garantir a confiança por parte do consumidor, na zona inferior lê-se «Qualidade garantida»⁴⁸⁸. Efetivamente, esta marca estaria associada ao mercado angolano, a que se destinava o produto.

Figura 25 – Marca de Pimentel & Alves, em 1913. **Figura 26** – Marca da Herz & Schoberg, em 1932.



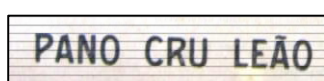
Fonte: *Diário do Governo*, n.º 201, 1913.08.28. **Fonte:** *Boletim da Propriedade Industrial*, n.º 7, 1932.08.31.

⁴⁸⁷ Ver Figura 25.

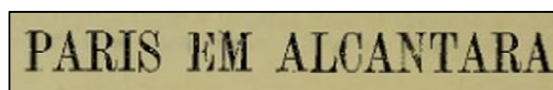
⁴⁸⁸ Ver Figura 26.

As marcas de fantasia eram extremamente comuns no universo têxtil. Destinadas a promover a elegância, a resistência e a qualidade do produto, várias empresas têxteis adotavam nomes característicos para as suas marcas. A robustez dos tecidos poderia ser associada a denominações de fantasia, como nos apresenta a sociedade portuguesa Almeida Cunha, Limitada, na sua marca designada «Pano Cru Leão»⁴⁸⁹. Outrossim, a elegância dos tecidos têxteis não era representada, na sua exclusividade, por figuras da alta sociedade. Na maior parte dos casos, as denominações de fantasia enalteciam a beleza dos fios ou dos materiais confeccionados, com designações, por exemplo «Paris em Alcântara»⁴⁹⁰, «Lisboa à Moda», «Panno Pimpão»⁴⁹¹, «Bico de Cysnes», entre outras.

Figura 27 – Marca de Almeida Cunha, em 1918. **Figura 28** – Marca de Luiz Gonzaga da Silva, em 1901.



Fonte: *Boletim da Propriedade Industrial*, n.º 1, 1918.05.04.



Fonte: *Boletim da Propriedade Industrial*, n.º 118, 1901.05.28.

Figura 29 – A marca de Almeida, Cunha & Irmão, em 1913.

Panno Pimpão

Fonte: *Diário do Governo*, n.º 105, 1913.05.07.

3.5. Os sinais de exportação das marcas de têxteis

A segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX foram períodos de grande crescimento do comércio externo. Entre 1856 e 1910, Portugal sofreu três períodos de maior crescimento das exportações: entre 1866 e 1875; entre 1886 e 1898, com o abandono do padrão-ouro em 1891; e entre 1898 e 1910, com a diminuição do

⁴⁸⁹ Ver Figura 27.

⁴⁹⁰ Ver Figura 28.

⁴⁹¹ Ver Figura 29.

valor das exportações devido à desvalorização da moeda. O crescimento industrial português foi limitado pelo diminuto papel do Estado no incentivo à industrialização e pela aquisição de grande parte da maquinaria estrangeira para as indústrias mais sofisticadas do ponto de vista técnico. Grande parte da produção era constituída por bens de consumo destinados ao mercado interno, sujeitos «às limitações impostas pelo nível da procura interna, que apenas aumentavam lentamente»⁴⁹².

Tratando-se de um dos setores mais dinâmicos em Portugal, os têxteis ocuparam um lugar cimeiro no valor de produção e exportação manufatureira, visando abastecer o mercado interno e o Ultramar, com a exportação de produtos de algodão e de lã⁴⁹³. Na década de noventa de Oitocentos, quando foi concedida a proteção aos mercados coloniais, as exportações portuguesas de produtos de algodão aumentaram, consideravelmente, no total das exportações industriais, o que não acontecera com a exportação de lanifícios. Segundo Pedro Lains, o facto de uma das maiores fábricas de algodão de Lisboa ter chegado a produzir, em 1891, sete tipos diferentes de fios «mostra como seria de facto difícil conseguir economias de escala num mercado de dimensões reduzidas em setores em que as barreiras tarifárias eram da ordem de 30-50%»⁴⁹⁴.

Em termos estatísticos, entre 1891 e 1910, a exportação de produtos de algodão para o Ultramar atingiu 51% das exportações totais, destinadas a populações indígenas muito pobres⁴⁹⁵. Em 1910, o peso da indústria têxtil no conjunto da exportação industrial portuguesa era mais de 17% em volume, destinando-se, sobretudo, às colónias e ao Brasil⁴⁹⁶. A partir de 1915, as exportações têxteis subiram, embora com algumas oscilações, atravessando, depois, uma conjuntura difícil, devido à guerra, às dificuldades de transportes e de abastecimento de matérias-primas.

Atentando na história das marcas, torna-se curioso compreender em que medida os registos internacionais se inscreviam nos registos nacionais. Os países com economias vigorosas optavam por atrair empresas estrangeiras.

Como já foi possível apurar no capítulo anterior, o Acordo de Madrid conduziu à formação do registo internacional de marcas comerciais em Genebra, permitindo aos peticionários registar as suas marcas em todos os países signatários, mediante apresentação de um pedido. Tomando como exemplo o caso da Espanha, com a aprovação

⁴⁹² *Idem*, p. 219.

⁴⁹³ MARQUES, A. H. de Oliveira — «Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias», p. 316.

⁴⁹⁴ LAINS, Pedro — *A economia portuguesa no século XIX.*, p. 66.

⁴⁹⁵ *Idem*, p. 94.

⁴⁹⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) — «Portugal da Monarquia para a República», p. 130.

dos acordos internacionais, os estrangeiros sem estabelecimento local podiam registrar as suas marcas, desde que existisse um acordo bilateral de comércio entre os respetivos países⁴⁹⁷ – nomeadamente com o Reino Unido e a França. Como nos demonstra o estudo de Patrício Sáiz e Paloma Fernández, entre 1850 e 1905, «trademarks issued [...] came almost 20 percent, higher than the approximately 10 percent of non-residents registered on average in some countries»⁴⁹⁸.

Nos Estados Unidos da América, no primeiro ano de registos de marcas (1870), nenhuma firma estrangeira se encontrava registada no país. Em 1871, já se contavam sete marcas britânicas e duas canadianas que compunham o contingente estrangeiro de 2%, no conjunto de marcas registadas. Após a decisão da *Supreme Court* contra a lei federal, o Reino Unido assumiu um papel preponderante nos registos estrangeiros dos Estados Unidos, juntamente com a França e a Alemanha, ocupando uma taxa de 6%. Com o interesse internacional a crescer cada vez mais, em 1890 as empresas estrangeiras detinham 8,6% dos registos de marcas dos Estados Unidos – com o Reino Unido a dominar com 4% – aproximando-se da França⁴⁹⁹. Entre 1886 e 1906, apesar do domínio das empresas britânicas, em França houve um aumento considerável de marcas registadas por empresas estrangeiras. Embora ainda não se possa fazer uma comparação sólida dos registos de estrangeiros em França com os de outros países, observa-se que, em 1886, cerca de 9% dos registos correspondiam a empresas dos EUA⁵⁰⁰.

Outrossim, no Reino Unido, o crescimento de mercados de exportação revelou-se fundamental para o desenvolvimento da indústria. Desde o século XIX até 1914, Lancashire beneficiou da rápida expansão dos mercados de exportação, estimulando um grau crescente de especialização da indústria, sobretudo, da fiação e tecidos de algodão⁵⁰¹. O papel dos «merchant-converters» tornou-se fundamental para impulsionar as vendas dos produtos britânicos nos mercados internos e externos e, conseqüentemente, compreender as necessidades do consumidor. Desde 1850, a Índia – principalmente Bombaim, Madras e Bengala – foi o maior mercado de exportação de Lancashire, atingindo 38% das exportações⁵⁰².

⁴⁹⁷ SÁIZ, Patrício; FERNÁNDEZ PÉREZ, Paloma — «Catalonian Trademarks and the Development of Marketing Knowledge in Spain, 1850-1946», p. 244.

⁴⁹⁸ *Idem*, p. 247.

⁴⁹⁹ DUGUID, Paul; MERCER, John; LOPES, Teresa da Silva — «Reading Registrations. An Overview of 100 Years of Trademark Registrations in France, the United Kingdom, and the United States», p. 17.

⁵⁰⁰ *Idem*, p. 16.

⁵⁰¹ HIGGINS, David; TWEEDALE, Geoffrey — «The Trade Mark Question and the Lancashire Cotton Textile Industry, 1870-1940», p. 207.

⁵⁰² *Idem*, p. 209.

Numa perspetiva comparativa, Portugal assumia uma dimensão de marcas estrangeiras registadas mais significativa do que nos registos encontrados na França, no Reino Unido e nos Estados Unidos⁵⁰³. Todavia, o registo das marcas portuguesas nos registos estrangeiros é praticamente inexistente. De acordo com Paul Duguid, John Mercer e Teresa da Silva Lopes «the Portuguese case suggests the extent to which foreign could dominate an economy, keeping local firms not only out of foreign markets, but even out of their own domestic markets»⁵⁰⁴. Tomando como exemplo o setor têxtil, entre 1885 e 1901, os registos das empresas estrangeiras tornaram-se dominantes: depois da «lei das marcas» de 1883, as firmas estrangeiras representavam 54,67% no conjunto das restantes marcas do mesmo setor.

Quadro 24 – Número de registos de marcas de têxteis efetuados por empresas e/ou proprietários com sede no estrangeiro (1883-1933)

Países	Registos (n.º)	Registos têxteis (%)
Reino Unido	-	-
Escócia	181	8,02%
Inglaterra	158	7%
Irlanda	1	0,04%
Alemanha	199	8,82%
França	56	2,48%
Países Baixos	14	0,62%
Itália	4	0,18%
Espanha	3	0,13%
Bélgica	11	0,49%
Áustria-Hungria	6	0,27%
Estados Unidos da América	71	3,15%
China	4	0,18%
Japão	2	0,09%
Malásia	7	0,%
União Sul Africana	1	0,04%
Angola	2	0,09%
Moçambique	1	0,04%
Total	721	31,3%*

Fonte: *Diário do Governo*, 1883-1913. *Boletim da Propriedade Industrial*, 1914-1933.

Ao contrário do que seria de esperar, em todo o período estudado, os registos de marcas de têxteis efetuados por empresas e/ou proprietários estrangeiros, em Portugal, obteve uma representatividade de 31,3%. Todavia a percentagem dos registos de marcas

⁵⁰³ *Idem, ibidem.*

⁵⁰⁴ *Idem*, p. 19.

têxteis efectuados por estrangeiros no conjunto das marcas registadas foi diminuto, com 1,68%.

Entre 1883 e 1933, os dois países constituintes do Reino Unido dominaram os registos de marcas de têxteis por estrangeiros, com mais de 48% do total. As firmas estabelecidas na Escócia são dominantes, com os importantes fabricantes de linhas, J. P. & Coats, estabelecidos em Ferguslie Thread Works, e a Clark & C.^a, situada em Anchor Mills, ambas em Paisley. As empresas sediadas em Inglaterra têm também um peso significativo nos registos de marcas de têxteis em Portugal, destacando-se as sociedades anónimas Tootal Broadhurst Lee Co., com sede e estabelecimento em Oxford Street, n.º 56, em Manchester, e a Courtaulds, Limited, em Saint Martin-le-Grand, n.º 16, em Londres, e a sociedade tintureira e «acabadora de fazendas», The Bradford Dyer's Association, com fábrica em Well Street, n.º 39, Bradford, em Yorkshire. Por sua vez, a Irlanda tinha menor expressão na representação dos registos de marcas de têxteis, com 0,04% pelo inglês Henry Campbell & C.^a, com sede em Belfast.

A Alemanha ocupa o segundo lugar entre os países estrangeiros com registos de marcas têxteis em Portugal, com 199 registos, liderada pela sociedade anónima Dollfus-Mieg & C.^{ie}, estabelecida em Mülhausen i/E. e Belfort, e pelos comerciantes Herz & Schaberg, com sede em Berlim e estabelecimento na Rua do Comércio, n.º 70 a 81, em Lisboa.

Segue-se a França, com 56 registos de marcas de têxteis em Portugal, destacando-se os fabricantes de algodões Les Fils de Cartier Bresson, com fábrica em Boulevard Sebastopol, n.º 86, em Paris, e pelos industriais Maurice Feringa & C.^a, também estabelecidos em Paris.

Os Países Baixos surgem mais distanciados, com 14 registos de marcas têxteis, por diversas empresas, entre as quais a já referida firma holandesa Naamlooze Vsnnootschap Koninklijke Weefgoederenfabriek voorheen C. T. Stork & C. °, estabelecida em Hengelo. A Bélgica aparece representada com 11 registos, destacando-se a sociedade anónima La Ninovite, em Nivone. Na Áustria, com marcas associada às camisas, colarinhos e punhos, sobressaem os industriais M. Foss & Löwenstein, em Praga, e, em Itália, com 4 registos, os proprietários da fábrica Canapificio Veneto, Antonino & Ceresa, estabelecidos em Veneza, e o industrial Cucirine Cantoni Coats, com sede em Milão e sucursal na Rua da Fábrica, n.º 45, 1.º andar, no Porto. Ao contrário do que seria de esperar, as empresas espanholas têm uma expressão diminuta nos registos de

marcas de têxteis em Portugal, apresentando apenas 3 registos, requeridos pela firma catalã Compañia Hilaturas de Fabra y Coats, com sede em Barcelona.

Os restantes continentes, com representação nos registos de marcas de têxteis efetuados em Portugal, tinham menor expressão, se excetuarmos os Estados Unidos da América, com 71 registos, repartidos pela The Singer Manufacturing Company, com fábrica na Broadway, n.º 149, Nova Iorque, entre outros. Do continente asiático salientam-se a China, o Japão e a Malásia, com uma representação mínima, onde se encontravam os industriais Men Chuen Chan, em Shangai, os japoneses Kabushikikaisha Itomanshoten, em 3, Azuchimachi, Yonchome, Higashiku, Osaka e os malaicos, Guthrie & C.º Limited, situados na 1, Collyer Quay, Penng, Malaca, 49, Beach Street, respetivamente. No continente africano, com menor representatividade, na União Sul Africana, com 0,04% destaca-se a firma sul-africana W. M. Cuthbert & C.º, estabelecida em Joanesburgo. Igualmente, as colónias portuguesas, Angola e Moçambique, estavam representadas por apenas 3 registos de marcas de têxteis, onde laboravam a Pompadour, Limitada, a Heinrich G. Oppermann e o comerciante Adolfe Kung.

3.5.1. As marcas de têxteis estrangeiras registadas em Portugal

Entre 1883 e 1933, foram assinalados, aproximadamente, 721 registos de marcas de têxteis estrangeiras, por firmas sediadas em diferentes países, principalmente na Alemanha, no Reino Unido e nos Estados Unidos da América, como já foi possível constatar nos subcapítulos anteriores.

Em Portugal, na fase inicial dos registos de marcas, a iniciativa da têxtil estrangeira era superior à nacional, muito devido ao facto de já possuírem um sistema regulamentado de marcas nos países de origem. Como seria de esperar, entre 1883 e 1901, as firmas escocesas Clark & C.⁵⁰⁵ e a J. P. & Coats⁵⁰⁶ alcançaram um número total de registos que ultrapassou em grande escala os registos portugueses. Durante este período, a firma de origem inglesa Guilherme Graham & Júnior, sediada em Lisboa, fez 44 registos. Estas unidades fabris de grande dimensão obtiveram, de forma consistente, o número mais elevado de registos anuais, adquirindo 58 e 66 inscrições, respetivamente. Também a prestigiada firma francesa Les Fils de Cartier Bresson⁵⁰⁷ e a alemã Dollfus-

⁵⁰⁵ Fundada em 1736.

⁵⁰⁶ Em 1896, dá-se a fusão entre as firmas Clark & C.º e a J. P. Coats, apesar de registarem as suas marcas a título individual.

⁵⁰⁷ Fundada em 1825.

Mieg & Cie.⁵⁰⁸ registaram um grande número de marcas de têxteis. Poder-se-ia, ainda, fazer referência a diferentes empresas estrangeiras – como os fabricantes de linha Ross Duncan ou os industriais franceses Maurice Frings & C.º – que, quando comparadas às restantes firmas e/ou proprietários portugueses, dominaram os registos de marcas solidamente.

Num intervalo de tempo mais duradouro, entre 1901 e 1933, esta posição acabará por se alterar em determinadas empresas. O domínio dos registos de marcas pelas firmas escocesas Clark & C.º e a J. P. & Coats⁵⁰⁹, seria ultrapassado pela sociedade anónima alemã Dollfus-Mieg & C.^a. Estes bons resultados parecem ter despertado a atenção dos industriais alemães que registaram, durante este período, 77 marcas de têxteis, em Portugal.

Por outro lado, valeria a pena cruzar os registos das empresas estrangeiras, que, entre 1883 e 1901, dominaram os registos de marcas de têxteis, com as inscrições feitas – por empresas e/ou proprietários distintos – entre 1901 e 1933. A título de exemplo e recorrendo ao caso da prestigiada firma francesa Les Fils de Cartier Bresson – no período antecedente uma das empresas que registara maior número de marcas de têxteis – facilmente se deteta que não registou qualquer marca neste período. Em contrapartida, a partir desta data, aparecem, com relativa frequência, algumas empresas emergentes, como a Herz & Schoberg (11 registos), a Courtaulds (16 registos), a Bradford Dyer's (32 registos) ou a Tootal Broadhurst Lee & Cº (18 registos).

Na ampla variedade de registos de marcas de têxteis efetuados pelas empresas estrangeiras, convém realçar aquelas que foram mais decisivas na economia portuguesa e que, por conseguinte, concretizaram o maior número de registos em Portugal.

⁵⁰⁸ Fundada em 1746.

⁵⁰⁹ Diminuindo a proporção total de registos para as 22 e 32 inscrições, entre 1901 e 1933, respetivamente.

Quadro 25 – Registos efetuados pelas principais empresas estrangeiras (1883-1933)

Empresas	Registos (n.º)	Registos têxteis (%)
Clark & C. °	86	3,73%
Courtaulds Limited	16	0,69%
Dollfus-Mieg & Cie.	110	4,78%
Herz & Schoberg	11	0,48%
J. P. & Coats	92	3,99%
Koln Rottweil Aktiengesellschaft	11	0,48%
Les fils de Cartier Bresson	45	1,95%
Mez Aktiengesellschaft	5	0,22%
Société Anonyme La Ninovite	6	0,26%
The Bradford Dyer's Association	32	1,39%
The Musingwear Corporation	9	0,39%
The Singer Manufacturing	15	0,65%
Tootal Broadhurst Lee Company	18	0,78%
William Hollins & Company	7	0,3%
Zuid-Afrikaansch Handelshuis	7	0,3%

Fonte: *Diário do Governo*, 1883-1913. *Boletim da Propriedade Industrial*, 1914-1933.

Como já foi possível constatar, a firma alemã Dollfus-Mieg & Cie, liderou os registos de marcas de têxteis. Se a considerarmos uma das maiores empresas têxteis exportadoras, esta firma fazia jus à sua notoriedade. As suas marcas consistiam em rótulos, «retangular rodeado de uma vinheta de fantasia, lendo-se no centro "Société anonyme d'industrie textile ci-devant Dollfus, Mieg & Cie. D. M. C. Mulhouse-Belfort-Paris"»⁵¹⁰ ou na «figura de mulher com asas, tendo nas mãos uma fita onde se lê: "Tenri Filo Magnum Textitur Opus"»⁵¹¹. Cada um dos seus registos eram destinados a «cordões de lã»⁵¹², a «cordões de seda»⁵¹³, a «cordões de linho, juta e ramie»⁵¹⁴, a «linhas»⁵¹⁵, a «galões e passamanarias»⁵¹⁶ e a «retrós»⁵¹⁷.

Igualmente, em França, os fabricantes de algodões Les Fils de Cartier Bresson, registaram 45 marcas de têxteis – tendo uma «à cabeça um pequeno retângulo, em que se leem as palavras "Coton a marquer, au canevas alphabétique"»⁵¹⁸ – destinadas a «carrinhos e meadas de fio de algodão para coser»⁵¹⁹.

⁵¹⁰ *Diário do Governo*, 4º Trimestre, 1897.12.16.

⁵¹¹ *Idem, ibidem*.

⁵¹² *Diário do Governo*, n.º 155, 1911.07.06.

⁵¹³ *Idem, ibidem*.

⁵¹⁴ *Diário do Governo*, n.º 155, 1911.07.06.

⁵¹⁵ *Boletim da Propriedade Industrial*, n.º 7, 1907.07.

⁵¹⁶ *Diário do Governo*, n.º 155, 1911.07.06.

⁵¹⁷ *Idem, ibidem*.

⁵¹⁸ *Diário do Governo*, 1º Trimestre, 1886.01.23.

⁵¹⁹ *Diário do Governo*, 3º Trimestre, 1885.08.08.

As firmas escocesas J. P. & Coats e a Clark & C.º alcançaram 92 e 86 registos, respetivamente, com marcas destinadas a «linhas de coser»⁵²⁰ e a «carinhos de linhas»⁵²¹. No entanto, se avaliarmos a junção das duas empresas, detinham a maior representatividade estrangeira – cerca de 8% – no setor têxtil. Não obstante, cada marca tinha um elemento de distinção muito próprio. Em 1893, a firma Clark & C.º registou uma marca que correspondia a um «rótulo tendo ao centro um homem segurando uma esfera, lendo-se na parte inferior: "Atlas warranted superior quality"»⁵²², demonstrando a força e a universalidade do produto. Por outro lado, em 1888, a sociedade J. P.& Coats obteve o registo de uma marca que consistia num «rótulo quadrilongo com uma vista da fábrica, tendo de um lado as duas faces da medalha da exposição de 1855, e do outro as da exposição de Londres de 1862»⁵²³, valorizando a distinção da sua empresa.

Muito graças à quantidade total de estabelecimentos, as empresas sediadas no Reino Unido apresentavam o maior número de registos de marcas de têxteis estrangeiras em Portugal. Para além da dimensão isolada dos exemplos mencionados anteriormente, a firma de tinturaria e acabamento de fazendas The Bradford Dyer's alcançou 32 registos, enquanto os fabricantes de fição Tootal Broadhurst Lee & C.º registaram 18 marcas. Igualmente, a sociedade anónima industrial de fiandeiros e fabricantes Courtaulds Limited registou 16 marcas de têxteis, destinadas a diferentes categorias do setor, tal como os fiandeiros William Hollins & Company, com 7 registos, com marcas destinadas a «fios e tecidos de lã»⁵²⁴ e a «artigos de malha e de retroseiro»⁵²⁵.

A Alemanha estava bem representada no universo das marcas registadas em Portugal e, em particular, no setor têxtil. O domínio da já referida Dollfus-Mieg & Cie não deixava «espaços em branco» para o registo de novas marcas alemãs de têxteis. No entanto, certas firmas acabariam por quebrar a sua supremacia. A partir de 1912, apesar da sua pequena dimensão empresarial, os comerciantes alemães Herz & Schoberg, estabelecidos na Rua dos Douradores, em Lisboa, registaram 11 marcas de têxteis, destinadas a produtos de algodão, ao mesmo tempo que as sociedades industriais Mez Aktiengesellschaft e a Koln Rottweil registaram 5 e 11 marcas, respetivamente.

⁵²⁰ *Diário do Governo*, 3º Trimestre, 1885.09.02.

⁵²¹ *Diário do Governo*, 4º Trimestre, 1888.10.04.

⁵²² *Diário do Governo*, 4º Trimestre, 1893.11.15.

⁵²³ *Diário do Governo*, 4º Trimestre, 1888.10.04.

⁵²⁴ *Boletim da Propriedade Industrial*, n.º 1, 1907.01.

⁵²⁵ *Idem, ibidem*.

Outrossim, os Estados Unidos da América detinham, de igual forma, uma presença notória nos registos de marcas. Entre as principais empresas destacava-se a firma The Singer Manufacturing, com 15 registos de marcas de têxteis, destinadas, sobretudo a «carrinhos de linha para coser «algodão Singer» de três, seis e doze fios, de diversos números e com diferentes jardas»⁵²⁶. E a firma The Musingwear Corporation, estabelecida em Minesota, registou 9 marcas de têxteis destinadas à confecção.

Poder-se-ia, ainda, fazer referência a diferentes firmas estrangeiras, uma vez que o panorama global das marcas de têxteis não se encontrava limitada ao Reino Unido, à França, à Alemanha e aos Estados Unidos, incluindo, igualmente, os Países Baixos, a Bélgica, a Espanha, a Itália, ou até mesmo em outros continentes.

⁵²⁶ *Diário do Governo* n.º 262, 1902.11.19.

Conclusão

Nestas páginas finais, resta-nos fazer algumas observações, necessariamente breves, em relação aos resultados da pesquisa desenvolvida sobre os registos de marcas de têxteis, entre 1883 e 1933.

Desde 1883, com a aprovação da «lei das marcas», iniciou-se o registo das marcas comerciais e industriais das diferentes companhias empresariais e dos proprietários individuais, nacionais e estrangeiros, em Portugal. No setor dos têxteis, a primeira marca têxtil registada ocorreu a 19 de janeiro de 1885, pelos fabricantes de linhas J. P. & Coats. Apesar do trajeto ter sido pouco linear – com progressos e oscilações –, a evolução das marcas de têxteis não ultrapassou, em média, os 45 registos por ano, no conjunto das restantes marcas registadas, entre 1883 e 1933. Como seria de esperar, com a análise dos registos de marcas registadas, os têxteis, reconhecidos como um dos setores mais importantes da economia portuguesa, assumiram uma percentagem pouco significativa, quando comparado com os restantes setores, como era o caso dos vinhos e das conservas, com um número total dos registos bastante mais significativo.

A análise da distribuição territorial foi um dos objetivos principais desta investigação. Com a implantação de numerosas fábricas e oficinas nos principais centros urbanos de Portugal, o núcleo nortenho – composto pelos concelhos do Porto, Matosinhos, Vila Nova de Gaia, Santo Tirso e Póvoa de Varzim – assumiu uma clara supremacia nos registos de marcas de têxteis, destacando-se das restantes regiões do país, à exceção da região de Lisboa, cuja representação das marcas de têxteis era, igualmente, relevante. A dicotomia Porto-Lisboa fazia-se sentir, mas poderíamos arriscar que, num período de 50 anos, apesar das oscilações, a indústria têxtil permaneceu predominante, no Norte do país, apesar da criação de novas unidades fabris têxteis em Lisboa e Santarém e de a capital constituir o maior polo industrial da época.

De igual modo, numa análise sintética, foi possível constatar que, das 2.303 marcas de têxteis registadas, entre 1883 e 1933, as empresas e/ou os proprietários tinham de indicar a classe de produtos a que cada registo se destinava. Entre 1885 e 1901, das 494 marcas de têxteis – apesar das flutuações registadas ao longo do período – a classe predominante foi, sem qualquer dúvida, a destinada a linhos e algodões, por incluir as principais produções têxteis em Portugal. A partir de 1901, a classe destinada aos fios e tecidos de algodão assumiu o primeiro lugar entre as diferentes classes de têxteis.

Mais intensiva foi a análise do tipo de empresas que investiram no uso das marcas de têxteis. O cruzamento com outras fontes, nomeadamente os *Inquéritos Industriais* e o *Boletim do Trabalho Industrial*, permitiu uma análise mais profícua da dimensão e da antiguidade das empresas. A análise cruzada das fontes permitiu analisar o montante de capital das empresas e o número de operários, registando-se 24 empresas de grande dimensão e 17 firmas de média dimensão, que procederam a registos de marcas. Ainda assim, se o tempo o permitisse e se, efetivamente, a informação fosse mais abundante, a análise de outras fontes, de forma minuciosa, permitiria identificar a outras empresas que recorreram às marcas de têxteis, neste período, uma vez que se registaram 615 unidades industriais e comerciais. Ora, não seria, portanto, de estranhar que a maior quantidade de registos estaria associada, evidentemente, às empresas mais notórias de Portugal, como, por exemplo, a Empresa Fabril do Norte, os Graham's, a Fábrica de Francos e a Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense, entre outras que foram anteriormente mencionadas. Relacionando-se com este ponto, convém destacar que cada promotor de marca tinha um lugar na cadeia de negócios, analisando-se detalhadamente – e com algumas surpresas – a representação da profissão/ocupação dos diferentes promotores, no conjunto das marcas de têxteis.

Finalmente, apesar da expectável hegemonia das empresas portuguesas no conjunto de registos de marcas de têxteis, a importância das empresas estrangeiras fez-se sentir, com firmas distribuídas por 15 nacionalidades distintas, sendo assinalados 721 registos de marcas de têxteis por parte de estrangeiros. Tratando-se de um estudo extremamente complexo – sem acesso a fontes ou estudos que abordem, detalhadamente, as questões operárias, de maquinismos e até mesmo de produção das empresas estrangeiras – apostou-se numa pesquisa mais simples, identificando-se o número total de registos pelas firmas estrangeiras, com distribuição pelos países em que se encontravam sediadas.

Uma das questões centrais deste estudo – e de todas, a mais interessante – esteve relacionada com as estratégias de construção e comunicação da imagem das marcas de têxteis. De entre as características comuns que poderiam prevalecer entre as mesmas, foi possível constatar que, entre 1901 e 1933, as denominações de fantasia eram um «poço sem fundo» no universo das marcas de têxteis. Ao contrário do que tem vindo a ser analisado nos diferentes estudos de outros setores da economia portuguesa, as imagens das marcas de têxteis não eram de difícil interpretação – salvo exceções –, uma vez que utilizavam atributos de diferenciação muito característicos: distinção empresarial (o nome

do proprietário, a planta do estabelecimento fabril e os retratos dos fundadores); segurança (as âncoras); imagens representativas da força e da robustez (os animais possantes, as correntes, os canhões de guerra e as figuras mitológicas); elegância (as figuras femininas, os «janotas» e a simbologia associada à mulher); elementos de nacionalidade (as caravelas portuguesas e as figuras históricas); os elementos característicos dos mercados (as figuras de nativos africanos e os globos).

Dentro desta problemática do setor regulamentado das marcas de têxteis, a nossa investigação, desenvolvida num período curto e marcado, em grande parte, pelas incertezas e dificuldades suscitadas pela crise pandémica que afetou o país e o mundo entre 2020 e 2022, procurou conter-se nas generalizações possíveis. Se fosse possível enriquecê-la, poderíamos, ainda, aventurar-nos no cruzamento com outras fontes, como os relatórios de contas das firmas, para analisar os investimentos nas estratégias de *marketing*, relacionadas com uma ou outra marca de têxteis de diferentes firmas portuguesas.

Fontes e bibliografia

Fontes

Fontes hemerográficas

Diário do Governo. Lisboa, 1883-1913.

Boletim da Propriedade Industrial: publicação oficial da Repartição da Indústria. Lisboa, 1914-1933.

Inquérito Industrial de 1881. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881-1882.

Inquérito Industrial de 1890. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.

«A indústria das rendas». *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 94. Lisboa: Imprensa Nacional, 1914.

«Inquérito sobre as indústrias têxteis». *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 105. Lisboa: Imprensa Nacional, 1916.

«Estatística Industrial. Ano de 1917». *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 116. Lisboa: Imprensa Nacional, 1926.

«Inquérito sobre a indústria da seda». *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 142. Lisboa: Imprensa Nacional, 1930.

«Registo do Trabalho Nacional». *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 150. Lisboa: Imprensa Nacional, 1931.

Fontes legislativas

Convention de Paris pour la Protection de la Propriété Industrielle du 20 Mars 1883. Arrangement concernant la repression des fausses indications de provenances sur les marchandises, 14.04.1891.

Lei 04.06.1883. *Diário do Governo*, junho de 1883.

Decreto 15.12.1894. *Diário do Governo*, dezembro de 1894.

Regulamento 28.03.1895. *Diário do Governo*, março de 1895.

Lei de 30.04.1896. *Diário do Governo*, maio de 1896.

Decreto 01.03.1901. *Diário do Governo*, março de 1901.

Bibliografia

ALMEIDA, Alberto Ribeiro de — *Denominação de Origem e Marca*. Coimbra: Coimbra Editora, 1999.

- ALVES, Jorge Fernandes — «A indústria têxtil do Norte de Portugal até à década de 1920: representações empresariais». In *A Indústria Têxtil no Vale do Ave. História, desafios e perspectivas. Actas do Congresso*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1998, p. 11-33.
- ALVES, Jorge Fernandes — «A Indústria Têxtil do Vale do Ave». In MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel (coord.) — *Património e Indústria no Vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002, p. 372-389.
- ALVES, Jorge Fernandes — «Cruzar os fios: a fábrica têxtil Riopele no contexto empresarial do Vale do Ave». *Estudos do século XX*, n.º 4, 2004, p. 437-468.
- ALVES, Jorge Fernandes — «Riopele: revisitação de um sonho fabril». *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, n.º 1, 2005, p. 71.
- ALVES, Jorge Fernandes — «Uma nebulosa a noroeste: a indústria algodoeira». *Ler História*, n.º 36, 1999, p. 83-123.
- ALVES, Jorge Fernandes — *Fiar e tecer: uma perspetiva histórica da indústria têxtil a partir do Vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão/Museu da Indústria Têxtil, 1999.
- ALVES, Jorge Fernandes — *Riba d'Ave na memória da indústria algodoeira*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, 1999.
- BENTLY, Lionel; DAVIS, Jennifer; GINSBURG, Jane C. (ed.) — *Trade Marks and Brands: An Interdisciplinary Critique*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- CÂMARA, Benedita — *A Economia da Madeira (1850-1914)*. Vol. 2. Funchal: Universidade da Madeira, 1997. Dissertação de Doutoramento em História Contemporânea.
- CORDEIRO, José Manuel Lopes — *A indústria portuense no século XIX*. 2 Vol. Braga: Universidade do Minho / Instituto de Ciências Sociais, 2006. Dissertação de Doutoramento em História Contemporânea.
- DESCAMPS, Paul — *Le Portugal: la vie sociale actuelle*. Paris: Firmin-Didot, cop. 1935
- DUGUID, Paul; MERCER, John; LOPES, Teresa da Silva — «Reading Registrations. An Overview of 100 Years of Trademark Registrations in France, the United Kingdom, and the United States». In DUGUID, Paul; LOPES, Teresa da Silva (ed.) — *Trademarks, Brands, and Competitiveness*. Nova Iorque: Routledge, 2010, p. 9-30.

- HIGGINS, David; TWEEDALE, Geoffrey — «The Trade Mark Question and the Lancashire Cotton Textile Industry, 1870–1940». *Textile History*, vol. 27 (2), 1996, p. 207-228.
- JUSTINO, David — *A formação do espaço económico nacional, 1810-1913*. 2 vol. Lisboa: Veja, 1989.
- LAINS, Pedro — *A economia portuguesa no século XIX*. Lisboa: INCM, 1995, p. 35.
- MADUREIRA, Nuno Luís (ed.) — *História do Trabalho e das Ocupações*. Vol. I, *A Indústria Têxtil*. Lisboa: Celta, 2001.
- MARQUES, A. H. de Oliveira — «Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias». In MARQUES, A. H. de Oliveira — *História de Portugal*, vol. III. Lisboa: Editorial Presença, 1998.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) — «Portugal da Monarquia para a República». In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) — *Nova História de Portugal*. Vol. XI. Lisboa: Editorial Presença, 1991.
- MARQUES, Teresa Sá — «Sistema Produtivo Industrial e Território um estudo da Têxtil em Guimarães», *Revista da Faculdade de Letras: Geografia*, I série, 1988. Vol. 4.
- NEVES, Pedro José Marto — *Grandes empresas industriais de um país pequeno: Portugal. Da década de 1880 à 1.ª Guerra Mundial*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Economia e Gestão, 2007. Dissertação de Doutoramento em História Económica e Social.
- PERDIGÃO, José Henrique de Azeredo — «A Indústria em Portugal (Notas para um inquérito)». *Arquivos da Universidade de Lisboa*. Vol. III. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1916.
- PEREIRA, Gaspar Martins — «O Porto industrial na segunda metade do século XIX». Texto inédito, cedido pelo autor.
- PEREIRA, Gaspar Martins; CRUZ, Marlene — «Origem e distinção: as marcas de vinhos no final do século XIX». *CEM – Cultura, Espaço & Memória*, n.º 8, dezembro 2017, p. 409-410.
- PEREIRA, José de Campos — *Portugal Industrial: Características. Números. Comentários*. Lisboa: Livraria Profissional, 1919.
- RAMOS, Rui (coord.) — «A Segunda Fundação». In MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal*, vol. 6. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

- REIS, Jaime — «A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913». *Análise Social*, vol. XXIII (96), 1987-2.º, p. 207-227.
- ROSAS, Fernando — *O Estado Novo nos anos trinta, 1928-1938*. Lisboa: Estampa, 1986.
- ROSAS, Fernando (coord.) — «O Estado Novo (1926-1974)». In MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal*, vol. 7. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- SÁIZ, Patricio; FERNÁNDEZ PÉREZ, Paloma — «Catalonian Trademarks and the Development of Marketing Knowledge in Spain, 1850-1946». *The Business History Review*, vol. 86 (2), Summer 2012, p. 239-260.
- TEIXEIRA, Maria de Fátima — *Companhia de Fiação de Crestuma. Do fio ao pavio*. Porto: FLUP, 2017. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.

Anexos

**Anexo 1 – Evolução dos registos de marcas por classes de têxteis
(1883-1901)**

Classes de têxteis								
	65. ^a	77. ^a	78. ^a	79. ^a	80. ^a	81. ^a	83. ^a	85. ^a
1883	-	-	-	-	-	-	-	-
1884	-	-	-	-	-	-	-	-
1885	-	-	-	-	-	-	-	-
1886	-	-	-	-	-	-	-	-
1887	-	-	-	-	-	-	-	-
1888	-	-	-	-	-	-	-	-
1889	-	-	-	-	-	-	-	-
1890	-	-	-	-	-	-	-	-
1891	-	-	-	-	-	-	-	-
1892	-	-	-	-	-	-	-	-
1893	-	-	-	-	-	-	-	-
1894	-	-	-	-	-	-	-	-
1895	-	-	1	2	15	-	8	2
1896	-	-	2	5	38	-	15	2
1897	1	-	33	35	16	-	41	5
1898	-	-	1	1	9	-	13	1
1899	-	-	-	2	11	-	11	1
1900	-	-	-	4	4	-	7	6
Total	1	0	37	49	93	0	95	17

Fonte: *Diário do Governo*, 1883-1901.

**Anexo 2 – Evolução dos registos de marcas por classes de têxteis
(1901-1933)**

Classes de têxteis								
	44. ^a	45. ^a	46. ^a	47. ^a	49. ^a	51. ^a	52. ^a	55. ^a
1901	-	-	-	11	3	-	-	-
1902	2	3	3	23	2	14	2	-
1903	4	3	3	16	2	10	13	-
1904	6	3	2	8	1	38	9	-
1905	4	4	4	27	3	4	-	-
1906	3	-	-	32	5	4	4	-
1907	9	6	7	24	3	9	2	-
1908	1	1	5	23	-	8	2	1
1909	2	1	6	15	4	6	1	1
1910	4	2	1	15	7	6	4	-
1911	2	3	3	17	5	3	5	-
1912	1	-	2	13	4	8	3	-
1913	9	3	7	23	4	2	8	2
1914	7	4	6	22	2	10	6	-
1915	1	4	4	7	3	-	8	2
1916	-	-	2	3	3	3	3	2
1917	5	3	2	7	2	2	5	1
1918	2	5	2	15	1	8	4	-
1919	6	2	1	3	3	6	4	-
1920	29	-	12	2	-	5	1	5
1921	3	-	1	6	3	4	15	1
1922	6	5	6	8	7	9	16	6
1923	11	6	4	19	9	2	2	1
1924	7	8	12	35	8	5	32	-
1925	4	2	4	19	6	4	5	1
1926	5	4	4	33	5	1	13	1
1927	2	3	8	16	2	2	33	1
1928	11	4	7	25	5	2	12	1
1929	8	9	17	30	4	1	40	-
1930	6	5	6	22	7	2	28	-
1931	4	6	13	24	7	5	39	-
1932	9	7	4	65	5	3	10	-
1933	12	2	8	24	7	5	32	-
1934	7	1	2	5	2	-	2	
Total	192	109	166	637	134	191	363	26

Fonte: Diário do Governo, 1901-1913. Boletim da Propriedade Industrial, 1914-1934.